

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

**Anuário do
Instituto
Rio-Branco
1976**



INSTITUTO RIO-BRANCO

SUMÁRIO

HISTÓRICO	9
ORGANIZAÇÃO	12
DIA DO DIPLOMATA	
Formatura da Turma de 1975	14
Discurso do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores ..	17
ATIVIDADES DO INSTITUTO RIO-BRANCO	
Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata	25
Programas	38
Curso de Preparação à Carreira de Diplomata	
Organização do Curso	46
Ano Letivo — 1976	51
Programas	57
Diplomandos de 1976	95
Biblioteca	98
ANEXOS	
Textos das Provas do Exame Vestibular	
Provas Vestibulares Iniciais relativas ao Exame Vestibular para o ano Letivo de 1976	105
Provas Vestibulares Finais relativas ao Exame Vestibular para o Ano Letivo de 1976	114
Provas Vestibulares Iniciais relativas ao Exame Vestibular para o Ano Letivo de 1977	117
Provas Vestibulares Finais relativas ao Exame Vestibular para o Ano Letivo de 1977	123
Legislação	127
Pessoal	147
Pessoal do Instituto Rio-Branco de 1945 a 1976	149
Professores do Instituto Rio-Branco	153
Relação dos ex-professores do Instituto Rio-Branco	168

INSTITUTO RIO-BRANCO

1976

Diretor:

MINISTRO SERGIO FERNANDO GUARISCHI BATH

Chefe da Secretaria:

SECRETÁRIO MARIA DA NATIVIDADE DUARTE RIBEIRO PETIT

Coordenador de Ensino:

**SECRETÁRIO ADHEMAR GABRIEL BAHADIAN (INTERINO)
CLARISSE JEANNE FRANCE FILIATRE FERREIRA DA SILVA (ADJUNTA)**

Assistente do Diretor:

SECRETÁRIO CARLOS HENRIQUE CARDIM

**Secretária-Administrativa do IRBr
MARIA GEMINA MACEDO DE QUEIROZ**

O Instituto Rio-Branco foi criado pelo Decreto-Lei n.º 7.473, de 18 de abril de 1945, na ocasião das comemorações do Centenário do Barão do Rio-Branco. A idéia, já anteriormente lançada pelo Embaixador Jorge Latour, quando ainda Secretário, voltou a tomar impulso, dinamizada pelo seu próprio autor.

Os objetivos específicos do Instituto eram, de um lado, a formação básica do diplomata profissional e, de outro, a manutenção do seu aperfeiçoamento contínuo.

A regulamentação e o início da realização das metas, fixadas pelo Decreto-lei n.º 7.473, ocorreram já no Governo do Presidente Eurico Gaspar Dutra, no quadro do Decreto-lei n.º 9.032, de 6 de março de 1946.

Os diplomas legais que criaram o Instituto Rio-Branco, e lhe regularam o funcionamento mantiveram o sistema dualista de admissão à Carreira diplomática, isto é, de concursos diretos, chamados concursos de provas, e de exame vestibular seguido do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, com a duração de dois anos. Esta última forma vem prevalecendo sobre a primeira, para responder à necessidade de fornecer aos futuros Diplomatas o treinamento profissional prévio adequado, recorrendo-se ao concurso de provas apenas quando o número de vagas na classe inicial da carreira o exija.

Pelo Decreto n.º 45.535, de 5 de março de 1959, foi alterada a sistemática do Exame Vestibular, no sentido de que seu processamento se realize em duas etapas, consistindo a primeira de provas de seleção prévia (*). Ademais, o trabalho de seleção poderá ser realizado em localidades onde se apresente número suficiente de candidatos, ampliando-se assim a área geográfica do recrutamento e logrando-se ao mesmo tempo a descentralização do Exame Vestibular.

Até 1976 foram realizados 31 exames vestibulares e, através do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, foram formados 573 diplomatas. Com a nomeação da turma de 1976 elevou-se a 754 o número de funcionários que ingressaram na Carreira de Diplomata através do Instituto Rio-Branco, incluindo-se, entre estes, os 81 recrutados mediante Concurso de Provas relativos aos anos de 1954, 1955, 1962, 1967, 1975 e 1976.

Por despacho de 5 de junho de 1975 o Senhor Ministro de Estado da Educação e Cultura homologou o Parecer n.º 1.843/75, do Conselho Federal de Educação, que reconhece o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata como curso de graduação de nível superior e atribui ao Instituto Rio-Branco a designação de estabelecimento de nível superior.

Nos termos do Relatório que informou o citado Parecer, o reconhecimento em questão "permite aos diplomados pelo CPCD gozar das prerrogativas que a lei confere aos formados por curso superior".

Nos últimos dias de 1975 o Ministro de Estado das Relações Exteriores aprovou o Plano de Reforma e Transferência do IRBr, que lhe foi submetido pelo Diretor do Instituto. O Plano começou a ser executado imediatamente. Assim, o Gabinete do Diretor, na nova administração, já se instalou em Brasília, e durante os meses de janeiro a março foram prepara-

(*) De acordo com a Portaria Ministerial n.º 411, de 25 de julho de 1975, estas Provas passaram a denominar-se Provas Vestibular Iniciais.

das instalações provisórias, que permitiram o início das aulas do Primeiro Ano do CPCD em 5 de abril. Em meados do ano a Contabilidade e parte da Secretaria e do Arquivo foram trazidos para Brasília, bem como teve início a transferência do acervo da Biblioteca, confiado à Biblioteca Central do Itamaraty. No segundo semestre foram expandidas as instalações, de modo a permitir que, em 1977, os dois Anos do CPCD funcionassem normalmente em Brasília. Como parte desse processo foi realizado, em junho e julho, o Exame Vestibular, para o CPCD, pela primeira vez centralizado na Capital.

Aproveitando a oportunidade da transferência, foi iniciado o processo de reforma do Instituto com uma série de inovações de organização e de método. Entre elas, 1) o recebimento de bolsistas estrangeiros; 2) a expansão da carga de matérias profissionais; 3) a designação de Orientadores para os alunos.

A reforma será desenvolvida no ano de 1977.

ORGANIZAÇÃO

O Instituto Rio-Branco é órgão integrante do Ministério das Relações Exteriores e está diretamente subordinado ao Ministro de Estado.

As atividades do Instituto são disciplinadas pelo Regimento Interno da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, Decreto n.º 71.534, de 12 de dezembro de 1972, complementado pela Portaria n.º 357, de 15 de março de 1973 e por Regulamento próprio, aprovado pelo Decreto n.º 60.355, de 10 de março de 1967 (alterado pelas Portarias Ministeriais números 401 e 411, respectivamente de 4 de março e 25 de julho de 1975).

O Instituto Rio-Branco tem por finalidade:

- I — o recrutamento, a seleção e a formação de pessoal para a Carreira de Diplomata;
- II — o aperfeiçoamento e a especialização de funcionários do Ministério das Relações Exteriores;
- III — a realização, por iniciativa própria ou em mandato universitário, de cursos especiais dentro do âmbito de seus objetivos;
- IV — a difusão, mediante ciclos de conferências e cursos de extensão, de conhecimentos relativos aos problemas nacionais e internacionais;
- V — a organização e realização de Plano de Pesquisas e Publicações.

O Instituto, sob a chefia do Diretor, compreende: Secretaria (SBR) e Coordenação de Ensino (CEBR).

O Diretor é nomeado pelo Presidente da República e escolhido pelo Ministro de Estado, por indicação do Secretário-Geral, dentre os Ministros de Primeira e Segunda Classe.

O Chefe da Secretaria e o Coordenador de Ensino são nomeados pelo Ministro de Estado dentre os diplomatas das categorias de Ministro de Segunda Classe, Conselheiro e Primeiro Secretário. Cabe ao Instituto manter os seguintes cursos:

- I — Curso de Preparação à Carreira de Diplomata;
- II — Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas;
- III — Curso de Altos Estudos;
- IV — Cursos Especiais;
- V — Cursos de Extensão.

Compete ainda ao Instituto organizar concursos de provas para a Carreira de Diplomata.

DIA DO DIPLOMATA

Realiza-se, tradicionalmente, a 20 de abril, "Dia do Diplomata" data do nascimento de José Maria da Silva Paranhos, Barão do Rio-Branco, como parte de suas celebrações, a solenidade de entrega dos diplomas e medalhas aos concluintes do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

Em cerimônia presidida por Sua Excelência o Senhor Presidente da República, General-de-Exército, Ernesto Geisel, com a presença de Sua Excelência o Senhor Vice-Presidente da República, General-de-Exército Adalberto Pereira dos Santos e do Senhor Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Antonio Francisco Azeredo da Silveira, foram diplomados, em 1976, os seguintes alunos que concluíram o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata no ano anterior:

Carlos Alberto Simas Magalhães
Antônio José Vallim Guerreiro
Ruy Carlos Pereira
Maria Stela Santos Pompeu Brasil
Renan Leite Paes Barreto
Marcos Caramurú de Paiva
Cezar Augusto de Souza Lima Amaraí
Eduardo dos Santos
Ernesto Otto Rubarth
Régis Percy Arslanian
Fernando Augusto Ferraz Muggiati

Gilberto Fonseca Guimarães de Moura
Carlos Eduardo Sette Câmara da Fonseca Costa
Maurício Roberto Oswald Vieira
Roberto Teixeira de Mesquita
Dante Coelho de Lima
Américo Dyott Fontenelle
Raymundo Santos Rocha Magno
Marcelo Roberto Soares Novaes
Sérgio Sanginito Novaes da Silva
Ruben Antonio Corrêa Barbosa
Romero Cabral da Costa Filho

Fizeram jus ao "Prêmio Rio-Branco" os alunos Carlos Alberto Simas Magalhães — medalha de ouro, 1.º lugar, e Antônio José Vallim Guerreiro — medalha de prata, 2.º lugar.

Nesta cerimônia foram apresentados os candidatos aprovados no Concurso de Provas para Ingresso Direto na Carreira de Diplomata, realizado em 1975/76. É a seguinte a relação:

Marcio Florêncio Nunes Cambraia
Edmundo Sussumu Fujita
Fausto Martha Godoy
Maria Lucy Gurgel Valente
Genésio Silveira da Costa
Gonçalo de Barros Carvalho e Melo Mourão
Maria Ercília Borges Alves
Paulo Cesar de Oliveira Campos
Miguel Gustavo de Paiva Torres
Paulo Tarrisse da Fontoura
Maria Aparecida Lopes Nahu
Eduardo Augusto Ibiapina de Seixas
Antonio José Maria de Souza e Silva
Mário Vilalva
Gustavo Mesquita de Siqueira
Carlos Henrique Cardim
Gilberto de Almeida Ferreira
Paulo Antonio Pereira Pinto

Carlos Augusto de Oliveira
Alirio de Oliveira Ramos
Michael Patricius de Almeida Goggin
Josel Luiz Pellegrino
Adalnio Senna Ganen
João Batista Cruz
René Pinto de Mesquita Junior
Carlos Alfredo Lazary Teixeira

Na ocasião, discursou o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Antonio Francisco Azeredo da Silveira, cuja oração é transcrita, integralmente, a seguir.

DISCURSO DO MINISTRO DE ESTADO DAS
RELAÇÕES EXTERIORES
EMBAIXADOR ANTÔNIO FRANCISCO
AZEREDO DA SILVEIRA,
NAS COMEMORAÇÕES, EM 1976, DO "DIA DO DIPLOMATA"
E DA FORMATURA DA TURMA DE 1975 DO
INSTITUTO RIO-BRANCO

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
General Ernesto Geisel,

Meus colegas diplomatas aprovados no Concurso de Provas e
concluintes do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata,
Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Senhor Presidente,

É esta a terceira vez que Vossa Excelência honra esta Casa
com sua presença no Dia do Diplomata.

Em 1974, Vossa Excelência aqui esteve, passadas poucas semanas da sua alta investidura como Supremo Mandatário do País. Vossa Excelência havia, pouco tempo antes, anunciado o seu programa de Governo, do qual constavam tarefas precisas afeitas ao Itamaraty. Tive a oportunidade, então, de convidar os concluintes da turma de 1973 a engajarem seus esforços na obra que Vossa Excelência oferecia à diplomacia brasileira.

A eles alertei, também, para as dificuldades que iriam encontrar em razão da própria natureza da atividade diplomática e das circunstâncias objetivas dentro das quais iriam atuar no mundo contemporâneo. Repito, aqui, algumas daquelas palavras que permanecem válidas como advertência aos meus jovens colegas que agora se iniciam como funcionários diplomáticos: "A tarefa do diplomata é necessariamente discreta e até

mesmo, muitas vezes, tanto mais eficaz quanto obscura. Flexível e adaptável, desvia-se ela dos modelos programáticos que facilitam a contabilidade dos êxitos ou a definição dos sucessos. Imaginativa e versátil, pode parecer expediente quando está sendo tática, inconsciente quando pragmática, fria quando realista. E, por ser eminentemente política, é, sobretudo, uma arte do possível”.

Ainda nessa ocasião, interpretando as diretrizes básicas formuladas por Vossa Excelência, apresentei aos novos diplomatas o que já transparecia como a visão que tinha, do papel do Brasil no mundo, o Governo de Vossa Excelência. Disse, então:

“Por suas dimensões, por suas potencialidades, o Brasil tende a aumentar o peso específico de sua presença no mundo. Essa presença nunca será negativa, matizada por antagonismos ou impregnada por preocupações de preponderância. Não nos movem, tampouco, preconceitos herdados ou impostos. País de um povo generoso, o Brasil busca a convivência e a cooperação e estendemos a nossa simpatia a todos os que comungam conosco aspirações semelhantes. Zelosos de nossa independência, entendemos e apoiamos aqueles que aspiram manifestar, livres de imposições exógenas, os legítimos anseios nacionais. Abominamos toda sorte de prepotência, mas, mesmo com a brandura que é um dos apanágios históricos do Brasil, estaremos sempre, como no passado, preparados para enfrentá-la firmemente. Tranquilos em nossas fronteiras, negociadas pacificamente com vizinhos que hoje são todos amigos e irmãos, vemos com inquietação a violação territorial contra a vontade dos povos. E acreditamos que os caminhos da paz e do progresso, pela compreensão e pela conveniência, são numerosos e acessíveis”.

Em 1975, quando Vossa Excelência deu à turma de concluintes do ano anterior o privilégio de sua presença nesta Casa, já era possível fazer um balanço de como respondeu o Itamaraty ao desafio lançado pelo Governo para uma ampliada e crescente

participação brasileira no cenário internacional. Fomos além disso, porém. Confrontados com a imensidão da tarefa, nos demos conta de que não bastava ao Itamaraty estar apto hoje a cumpri-la, mas importava estar preparado a poder continuar a exercê-la no futuro. Disse, então, que “para sermos eficientes amanhã temos que ser previdentes hoje” e, prometendo equipar o Itamaraty para preparar os Embaixadores do Brasil do ano 2000, assumi, perante Vossa Excelência, o compromisso de apresentar sugestões de reforma do Instituto Rio-Branco que aumentassem a representatividade regional e social dos diplomatas, modernizassem as técnicas de preparação para a Carreira e possibilitassem a reciclagem e o aperfeiçoamento dos funcionários desta Casa.

Hoje, Senhor Presidente, Vossa Excelência tem diante de si a turma de concluintes de 1975 e os diplomatas aprovados no Concurso de Provas. Na simultaneidade dessa presença há um involuntário simbolismo.

Disse que um dos objetivos que o Itamaraty pretende alcançar no sistema de recrutamento é o de aumentar a representatividade regional e social dos diplomatas. Para esse fim estão contribuindo duas séries de medidas. Uma é a reestruturação da forma de exame para ingresso no Concurso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD) e das condições em que se opera o próprio Curso em Brasília. A outra é a projetada regularização do Concurso de Provas para Acesso Direto à Carreira, pelo menos na fase de crescimento por que passa o Itamaraty.

No caso dos exames para o CPCD, que são o instrumento principal de recrutamento de que dispõe o Instituto Rio-Branco, a prática da realização das provas preliminares em diversos Estados da União tem contribuído para aquele resultado. A exigência de apenas dois anos de qualquer curso universitário, permite, também, grande diversificação da preparação de base. Mas são as mudanças da própria técnica dos exames que pretendem melhorar o recrutamento, com a ênfase colocada na capacidade intelectual e não apenas no inventário de conhe-

cimentos. No Curso propriamente dito, as mesmas reformas estão sendo introduzidas, de modo a caracterizá-lo como a fase profissionalizante de sua formação de nível universitário. Ao cabo do CPCD, temos formado um agente diplomático de alto nível intelectual e plenamente familiarizado com os deveres profissionais. Ao lado disso, maiores bolsas concedidas aos alunos e facilidades de alojamento, alimentação e transporte, tornam, agora, a freqüência ao Instituto acessível a estudantes de qualquer parte do País e de qualquer situação financeira.

Quanto aos Concursos Diretos, pretendem eles permitir o acesso à Carreira a candidatos situados em áreas de recrutamento distinta da do CPCD: pessoas de mais idade e experiência, portadores de diploma universitário e que tragam para o Itamaraty o benefício da diversidade de sua formação fundamental.

Tais pessoas, por lá já terem, geralmente, situações pessoais e profissionais estabelecidas, não têm condições de cursar o CPCD mesmo com as vantagens fornecidas aos alunos do Instituto, perfeitamente adequados para as categorias de estudantes. Muitas vocações diplomáticas poderão, dessa forma, ser identificadas e aproveitadas.

De Vossa Excelência, Senhor Presidente, tive, também, o apoio para que pudessem ser instituídos o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas e o Curso de Altos Estudos previstos em lei, mas, até hoje, nunca regulamentados. Graças aos recursos fornecidos pela Secretaria de Planejamento, está o Instituto Rio-Branco habilitado a tomar os passos definitivos para a instalação daqueles cursos em futuro quase imediato.

Uma importante inovação ocorrida no presente ano é a abertura do Instituto Rio-Branco à presença de bolsistas estrangeiros. Temos, já freqüentando o Instituto, bolsistas da África e da América Latina. Estamos certos de que sua presença no Instituto, se a eles poderá servir, muito contribuirá igualmente, para as relações entre o Brasil e seus países de origem.

O Instituto começa este ano, ainda, seus programas de preparação em novas línguas estrangeiras. Mais e mais se diversificam os interesses da nossa diplomacia e a habilitação dos diplomatas em línguas pouco comuns se torna importante instrumento para a diplomacia bilateral. Tem, pois, grande significado o esforço que o Instituto está procurando desenvolver nesse sentido.

Como vê Vossa Excelência, os últimos doze meses foram férteis em atividades do Itamaraty no que respeita ao Instituto Rio-Branco. Foram feitas reformas, foram introduzidas novas atividades e foram plantadas muitas sementes. É com orgulho que dessas inovações fazemos o inventário.

Meus jovens colegas,

Os Senhores têm o privilégio de ingressar na Carreira Diplomática num momento de excepcional vitalidade da nossa política externa. Graças à orientação que à diplomacia brasileira vem dando o Presidente Ernesto Geisel, o Brasil emerge de uma relativa indiferenciação internacional para uma posição de primeiro plano no concerto das nações. Essa crescente projeção brasileira se acompanha de uma acentuada responsabilidade para os que somos profissionais da diplomacia. O momento exige de nós capacidade de sacrifício, perspicácia, imaginação, tenacidade e também modéstia. Estas são as qualidades que farão dos Senhores os construtores, no plano das relações internacionais, do Brasil uno, forte e próspero, que é o objetivo de todos nós.

**ATIVIDADES DO INSTITUTO RIO-BRANCO
EM 1976**

EXAME VESTIBULAR AO CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

De acordo com a Portaria Ministerial n.º 411, de 25 de julho de 1975, foram alterados dispositivos do Regulamento do Instituto Rio-Branco no tocante ao Exame Vestibular para admissão ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata que passa a ser realizado em 2 fases:

- a) provas vestibulares iniciais
- b) provas vestibulares finais

As provas vestibulares iniciais se realizam, concomitantemente, na sede do Instituto Rio-Branco e nas capitais de vários Estados da União; os exames e provas das demais fases se efetuam na sede do Instituto Rio-Branco. Aos candidatos residentes nos Estados que se habilitam nas provas vestibulares iniciais, o Instituto Rio-Branco provê transporte e hospedagem, em Brasília, para se submeterem aos demais exames e provas.

São condições para a inscrição no Exame Vestibular: a) ser brasileiro e atender o requisito do Art. 145, parágrafo único, da Constituição Federal; b) contar no mínimo 19 e no máximo 30 anos de idade; c) ser eleitor e estar quite com as obrigações militares; d) ter idoneidade moral, apresentando atestado de antecedentes; e) estar vacinado contra a varíola, a menos de 3 anos, apresentando atestado fornecido por autoridade sanitária; f) ter concluído, pelo menos, a segunda série

ou 4.º período de curso de graduação de escola superior reconhecida, ou de universidade estrangeira, neste caso, desde que comprovada a equivalência com os correspondentes estudos no Brasil. Por ocasião da inscrição, bastará a apresentação de atestado de matrícula na segunda série, mas será essencial prova de conclusão daquela série acadêmica para a efetivação da matrícula no Curso de Preparação.

Quando o candidato for casado com pessoa de nacionalidade estrangeira, sua inscrição dependerá de autorização especial do Ministro de Estado das Relações Exteriores.

A divulgação do vestibular é feita, por funcionários da Carreira, nas diferentes capitais onde funcionam os centros de inscrição. Os candidatos aprovados nas provas vestibulares iniciais são submetidos a exames de sanidade e capacidade física e psíquica, a cargo de entidade oficial ou oficializada, ou de junta médica de especialistas, à escolha do Diretor do Instituto Rio-Branco. É também realizada investigação dos costumes e do conceito corrente dos candidatos. Os exames e a investigação têm efeito eliminatório.

Uma comissão, de três membros, designada pelo Diretor do Instituto, entrevista os candidatos e, com base nos resultados dos exames, da investigação e da entrevista, emite, a respeito de cada um deles, parecer sobre sua aptidão para a carreira diplomática e sobre a conveniência de sua admissão às provas vestibulares finais. Quando a comissão conclui contrariamente à admissão do candidato, o Diretor submete o respectivo expediente, com o seu parecer, à decisão do Ministro de Estado. De igual forma procede o Diretor caso discorde de parecer favorável da comissão.

As provas vestibulares finais destinam-se a completar o processo de seleção do Exame Vestibular, e a aferir conhecimentos básicos indispensáveis aos estudos, a serem realizados no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

São considerados aprovados os candidatos que obtêm em cada matéria eliminatória e na média global, a nota mínima

de 50 pontos, sendo que a nota zero, em qualquer das provas classificatórias, os elimina. Os candidatos aprovados ficam habilitados a matricular-se no 1.º Ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, de acordo com a classificação final e dentro do número de vagas fixado pelo Edital de abertura de inscrição. O Exame Vestibular só é válido para matrícula no CPCD no ano letivo imediato.

EXAME VESTIBULAR PARA O ANO LETIVO DE 1976 (*)

As instruções e os programas para este exame obedeceram ao disposto na Portaria Ministerial n.º 412, de 25 de julho de 1975.

PROVAS VESTIBULARES INICIAIS

As inscrições para as Provas Vestibulares Iniciais permaneceram abertas de 1.º de setembro a 31 de outubro de 1975. As provas se efetuaram nos dias 26, 27 e 28 de novembro, no Distrito Federal e nas cidades do Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo.

A banca examinadora, presidida pelo Embaixador Alfredo Teixeira Valladão, Diretor do Instituto Rio-Branco e assessorada pelo Secretário Maria da Natividade Duarte Ribeiro Petit, Chefe da Secretaria do IRBR, ficou assim constituída:

Provas Eliminatórias

Português

Professores

Evanildo Bechara e
Adhemar Gabriel Bahadian

(*) Exame Vestibular realizado entre novembro de 1975 e março de 1976.

Inglês

Professoras

Aíla de Oliveira Gomes
Maria Regina Abrantes da Silva Pinto e
Klara Silvia Wirz

Provas Classificatórias (Língua estrangeira opcional a escolha do candidato)

Francês

Professores

Daniel Harold Benson e
Fátima dos Santos

Alemão

Professora Gretchen Becker

Espanhol

Professora Maria de Lourdes Cavalcanti Martini Teixeira dos Santos

As provas realizadas fora do Rio de Janeiro foram aplicadas pelos seguintes diplomatas:

Belo Horizonte — Secretário Marcelo Moretzoem de Andrade

Brasília — Conselheiro Arnaldo Rigueira

Porto Alegre — Secretário Piragibe dos Santos Tarragô

Recife — Secretário Carlos Alberto Lopes Asfora

Salvador — Secretário Luiz Cesar Vinhaes da Costa

São Paulo — Secretário João Zicardi Navajas

Movimento Geral

Inscritos	240
Desistentes	92
Submeteram-se às provas	148 (*)
Aprovados	23

(*) Dentre estes candidatos figuram os que apenas prestaram provas dos idiomas nos quais não lograram aprovação na 1.ª fase do Concurso de Provas (item 12 das Instruções do Exame Vestibular ao CPCD, publicadas no D.O. de 30 de julho de 1975).

EXAMES DE SANIDADE E CAPACIDADE FÍSICA E PSÍQUICA, INVESTIGAÇÃO E ENTREVISTAS

Estes exames tiveram início em janeiro de 1976: exames de sanidade e capacidade física realizados no Centro de Medicina Aeroespacial do Ministério da Aeronáutica, sob a direção do Brigadeiro-Médico Doutor Plínio Ricciardi e exames de sanidade e capacidade psíquica efetuados no Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro pela seguinte comissão: Doutor Eustáchio Portella Nunes Filho, Presidente; Doutores Luciano Barbosa Lopes e Jorge Adelino Rodrigues da Silva e Psicólogas Geny Kuperman e Terezinha Féres Carneiro. Como coordenador dos referidos exames foi designado o Doutor Fernando Cardoso de Souza, chefe do Serviço Médico do Escritório Regional do Ministério das Relações Exteriores no Rio de Janeiro.

A comissão encarregada de avaliar a aptidão dos candidatos, de conformidade com o disposto no Art. 7.º e parágrafos do Regulamento do Instituto Rio-Branco, foi assim constituída: Ministro Sérgio de Queiroz Duarte, Ministro Adolpho Corrêa de Sá e Benevides e Secretário Maria da Natividade Duarte Ribeiro Petit.

Foram convocados para estes exames 35 candidatos: 23 aprovados na 1.ª fase do Exame Vestibular, 9 reprovados nas provas orais de língua da 1.ª fase do Concurso de Provas para Ingresso na Carreira e 3 reprovados na 2.ª fase do referido Concurso.

Movimento Geral

Convocados	35
Desistentes	1
Inabilitados	6
Habilitados	28

PROVAS VESTIBULARES FINAIS

As provas Vestibulares Finais realizaram-se de 2 de fevereiro a 8 de março, na sede do Instituto Rio-Branco no Rio de Janeiro. A banca examinadora, presidida pelo Diretor do Instituto Rio-Branco, Ministro Sérgio Fernando Guarischi Bath, e assessorada pelo Secretário Maria da Natividade Duarte Ribeiro Petit, ficou assim constituída:

Prova Eliminatória

História do Brasil

Professores

Américo Lourenço Jacobina Lacombe e
José Sales Tiné

Provas Classificadoras

Geografia

Professora

Bertha Koiffmann Becker

História Mundial

Professor

Arno Wehling

Direito

Professor

Caio Mário da Silva Pereira

Foram convocados para a 2.^a fase do Exame Vestibular, 28 candidatos aprovados nos Exames de Sanidade e Capacidade Física e Psíquica, Investigação e Entrevistas, 12 (*) reprovados na 3.^a fase do Concurso de Provas e 1 reprovado na 2.^a fase do referido Concurso que entrou com Mandado de Segurança, totalizando 41 candidatos.

Movimento Geral

Convocados	41
Desistentes	2
Reprovados em História do Brasil	3
Não obtiveram a média global mínima exigida	2
Aprovados	34

Foi a seguinte a classificação final:

José Roberto de Almeida Pinto
(Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva — medalha de prata)
Paulo Joppert Crissiuma
(Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva — medalha de bronze)
Leda Lúcia Martins Camargo
Antenor Américo Mourão Bogéa Filho
João Batista da Costa
Maria de Lourdes Vieira Nogueira
Flávio Helmold Macieira
Paulo Cesar Meira de Vasconcellos
Milton de Freitas Almeida Neto

(*) Item 12 das Instruções do Exame Vestibular ao CPCD, publicadas no D.O. de 30 Julho de 1975.

Katia Godinho Gilaberte
Michael Francis de Maya Monteiro Gepp
Pedro Scalisse Neto
Paulo Sergio Traballi Bozzi
Sidney Pinto Fernandes
Vera Lúcia dos Santos Caminha
Maria-Theresa Lazaro
Everton Vieira Vargas
Pedro Henrique Lopes Borio
Rolemberg de Souza
Fernando Jablonski
Ricardo Alonso Bastos
Orlando Celso Timponi
Antonio Carlos do Nascimento Pedro
Vergniaud Elyseu Filho
Marcela Maria Nicodemos
Cesar de Paula Cidade
Luiz Antonio Dubeux Fonseca
Alcides Gastão Rostand Prates
Eliana de Sampaio Ferraz
Paulo Wangner de Miranda
Gladys Ann Garry Facó
José Amir da Costa Dornelles
Renato Soares Menezes
Ana Elisa de Magalhães Padilha Pupo Neto

EXAME VESTIBULAR PARA O ANO LETIVO DE 1977 (*)

As instruções e os programas para este exame obedeceram ao disposto na Portaria Ministerial n.º 432, de 17 de março de 1976.

(*) Exame Vestibular realizado no decorrer de junho e julho de 1976.

Provas Vestibulares Iniciais

As inscrições para as Provas Vestibulares Iniciais permaneceram abertas de 31 de março a 14 de maio de 1976.

As provas se efetuaram nos dias 1, 2, 3 e 4 de junho, no Distrito Federal e nas cidades do Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo.

A banca examinadora presidida pelo Ministro Sérgio Fernando Guarischi Bath, Diretor do Instituto Rio-Branco, e assessorada pelo Secretário Maria da Natividade Duarte Ribeiro Petit, Chefe da Secretaria, ficou assim constituída:

Provas Eliminatórias (com a exceção de uma das línguas estrangeiras)

Português

Professores

Carlos Henrique da Rocha Lima
Secretário Adhemar Gabriel Bahadian e
Secretário Maria da Natividade Duarte Ribeiro Petit

Francês

Professoras

Fátima dos Santos e
Brigitte Lorenzana Calcaneo

Inglês

Professoras

Aíla de Oliveira Gomes
Maria Regina Abrantes da Silva Pinto e
Klara Sílvia Wirz (Suplente)

História do Brasil

Professores

Américo Lourenço Jacobina Lacombe e
José Sales Tiné

As provas realizadas fora do Rio de Janeiro foram aplicadas pelos seguintes diplomatas:

Belo Horizonte — Secretário Agenor Soares dos Santos
Brasília — Secretário João Zicardi Navajas

Porto Alegre — Secretário Victor Manzolillo de Moraes

Recife — Secretário Miguel Gustavo de Paiva Torres

Salvador — Secretário Virgílio Moretzoem de Andrade

São Paulo — Secretários Márcio Florêncio Nunes Cambraia e Carlos Henrique Cardim

Movimento Geral

Inscritos	490
Desistentes	175
Prestaram provas	315
Aprovados	25

EXAMES DE SANIDADE E CAPACIDADE FÍSICA E PSÍQUICA, INVESTIGAÇÃO E ENTREVISTAS

Estes exames tiveram início em 5 de julho e foram realizados no Hospital das Forças Armadas de Brasília, sob a presidência do General-Médico Doutor Otávio Mendes de Oliveira, Diretor do referido Hospital, assessorado pelos Doutores Evane Soares, Coordenador, e Fernando Cardoso de Souza, Coordenador-Adjunto, ambos pertencentes ao quadro médico do Ministério das Relações Exteriores.

A Comissão incumbida de avaliar a aptidão dos candidatos, de conformidade com o disposto no Art. 7º e parágrafos, do Regulamento do Instituto Rio-Branco, foi assim constituída: Ministro Sérgio de Queiroz Duarte, Ministro Adolpho Corrêa de Sá e Benevides e Secretário Maria da Natividade Duarte Ribeiro Petit.

Submeteram-se a estes exames 25 candidatos aprovados nas provas vestibulares iniciais realizadas nos primeiros dias do mês de junho.

Convocados	25
Inabilitados	4
Habilitados	21

PROVAS VESTIBULARES FINAIS

As provas vestibulares finais se realizaram de 19 a 26 de julho, na sede do Instituto Rio-Branco, em Brasília.

A banca examinadora presidida pelo Ministro Sérgio Fernando Guarischi Bath, Diretor do IRBR, e assessorada pelo Secretário Maria da Natividade Duarte Ribeiro Petit, Chefe da Secretaria, ficou assim constituída:

Provas classificatórias

Geografia

Professor

Jean Louis Boudou

História Mundial

Professor

Arno Wehling

Direito

Professor

Caio Mário da Silva Pereira

Dos 21 candidatos aprovados 1 desistiu de prestar a prova de Direito.

Foi a seguinte a classificação final:

Pedro Fernando Bretas Bastos
(Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva — medalha de prata)
João Solano Carneiro da Cunha
(Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva — medalha de bronze)
Alcir Carvalho Rebello
Thaís Eleonora Guerra Rego
Agemar de Mendonça Sanctos
Francisco Chagas Catunda Resende
Almerinda Augusta de Freitas Carvalho
Fernando Henrique Oliveira de Macedo
José Jorge Alcazar Almeida
Ana Maria Sampaio Fernandes
Neith Maria de Almeida Prado Costa
Frederico Salomão Duque Estrada Meyer
Eduardo Gastal Affonso Penna
Gláucia Silveira Gauch
Antonio Carlos Lopes
Décio Cavalheiro
Pedro Ludovico Estivallet Teixeira
Pedro Luiz Rodrigues
Maria Laura da Rocha
Lúcia Maria Maierá

CARACTERÍSTICAS DAS PROVAS

- 1) A prova de Português constará das seguintes partes:
 - a) Redação sobre tema de ordem geral, com extensão de 450 a 600 palavras.
Valor: 60 pontos.
 - b) Resumo de um ou mais textos.
Valor: 40 pontos.
- 2) As provas de Inglês e Francês constarão de duas partes:
 - a) Redação sobre tema de ordem geral, com a extensão de, no mínimo, 400 palavras.
Valor: 60 pontos.
 - b) Versão de um ou mais textos.
Valor: 40 pontos.
- 3) As demais provas se comporão de:
 - a) Dissertação, no valor de 40 pontos.
 - b) Três pequenas dissertações, no valor de 20 pontos cada uma.
- 4) Todas as provas serão escritas e terão duração de quatro horas e meia.
- 5) Na prova de Direito será admitida a consulta a textos legais não comentados.

PROGRAMAS

HISTÓRIA DO BRASIL

1.^a PARTE

O BRASIL A PARTIR DA INDEPENDÊNCIA

1. **O Brasil Imperial — Política e Administração:** A Constituição de 1824. A evolução dos partidos políticos. Os movimentos políticos e suas influências sócio-econômicas.
2. **O Brasil Imperial — Economia:** A estrutura econômica. A política econômico-financeira do Império até 1844. O protecionismo alfandegário e suas conseqüências. A mão-de-obra: o braço escravo, o trabalhador assalariado.
3. **O Brasil Imperial — Sociedade e Cultura:** A população. A estrutura social. Vida cultural.
4. **O Brasil Imperial — Política externa:** O reconhecimento da Independência. Os problemas platinos. As fronteiras. Questões com a Inglaterra.
5. **O Advento da República:** As crises do fim do Império: a questão religiosa, as questões militares, a abolição da escravatura. O Partido Republicano: suas idéias e ação. O Positivismo.

2.^a PARTE

O BRASIL A PARTIR DA REPÚBLICA

6. **O Brasil Republicano — Política e Administração:**
 - a) **A Primeira República (1889-1930)** — O Governo Provisório. A Constituição de 1891. A Emenda Constitucional de 1926. A Revolução de 1930.
 - b) **A Segunda República (1930)** — O constitucionalismo de 1932. A Constituição de 1934. O Estado Novo e a Constituição de 1937. A redemocratização e a Constituição de 1946. A Constituição de 1967.
7. **O Brasil Republicano — Economia:**
 - a) **A Primeira República (1889-1930)** — A estrutura econômico-Financeira; as heranças imperiais e as modificações trazidas pela Primeira República. A crise de 1929 e suas conseqüências.
 - b) **A Segunda República (a partir de 1930)** — A industrialização. Repercussões da Segunda Guerra Mundial na economia brasileira. A política econômica a partir do Movimento de 1964.
8. **O Brasil Republicano — Sociedade e Cultura:** A população: a expansão demográfica; a imigração e a colonização; as migrações internas; a urbanização. A estrutura social. A legislação trabalhista.
9. **O Brasil Republicano — Política externa:**
 - a) **A Primeira República (1889-1930)** — O reconhecimento da República e os problemas diplomáticos até 1898. A obra do Barão do Rio-Branco. O Brasil e o Pan-americanismo. A Primeira Guerra Mundial e o Brasil na Liga das Nações.

b) **A Segunda República (a partir de 1930)** — Política externa do Brasil. A Segunda Guerra Mundial. O Brasil e a ONU. O Brasil e a OEA.

GEOGRAFIA

A) A organização do espaço terrestre

1. Os componentes naturais. Interrelações do relevo, clima, vegetação e solo: os grandes eco-sistemas da superfície terrestre e sua significação para o homem.
2. A ação humana. Distribuição, crescimento e mobilidade espacial da população.
3. A Anglo-América. Condicionantes naturais e organização espacial da economia.
4. A Europa Ocidental. Condicionantes naturais e organização espacial da economia.
5. A Europa Oriental. Condicionantes naturais e organização espacial da economia.
6. A América Latina. Condicionantes naturais e organização espacial da economia.
7. O Continente africano. Condicionantes naturais e organização espacial da economia.
8. A Ásia e o Pacífico. Condicionantes naturais e organização espacial da economia.

B) O Brasil

1. O quadro natural: Características gerais e principais unidades do relevo brasileiro. Os recursos do subsolo.
2. As grandes unidades climático-botânicas e suas relações com a ocupação humana.

3. Distribuição geográfica da população e seus fatores: o povoamento, o crescimento vegetativo, as migrações internas e o processo de urbanização. Estrutura etária e profissional da população.

4. Características da agricultura no Brasil: a estrutura fundiária; a utilização da terra; áreas agro-pastoris; expansão da fronteira agrícola.

5) Características e distribuição espacial da atividade industrial. Principais centros industriais. A infra-estrutura para o desenvolvimento: o potencial energético e seu aproveitamento; a rede de transporte.

6. As grandes regiões brasileiras: o quadro natural e a ocupação humana.

HISTÓRIA MUNDIAL

1.ª Parte:

1. Transformações do século XVIII. A crise do Antigo Regime e o Despotismo Esclarecido. A Revolução Industrial e a Revolução Francesa.

2. Da Era Napoleônica à Europa da Santa Aliança.

3. O Liberalismo e o Princípio das Nacionalidades no século XIX. As Reformas na Inglaterra. A unificação da Itália e da Alemanha.

4. A expansão da Europa no século XIX. A política das Grandes Potências na China, no Japão e na África. As rivalidades coloniais até 1914.

5. A política européia do Congresso de Berlim de 1878 à Primeira Guerra Mundial. O Sistema das Alianças. Os problemas balcânicos.

6. O Pensamento Político, Social e Econômico do século XIX. O Progresso Científico e Tecnológico.

2.^a Parte:

7. A Primeira Guerra Mundial e suas conseqüências políticas, sociais e econômicas. Os Princípios de Wilson, a Paz de Versalhes e a Liga das Nações.

8. A Europa entre as duas Guerras. A Crise Econômica de 1929-1932. A União Soviética. A Alemanha e o Nazismo. A Itália e o Fascismo.

9. A Segunda Guerra Mundial e suas conseqüências. As Conferências de Moscou, Teerã, Ialta e Potsdam.

10. A Reconstrução da Europa. O Plano Marshall e a política de integração econômica. A Comunidade Econômica Europeia e o Bloco Soviético. A Comunidade Britânica.

11. A Ásia de 1918 a 1965. A Dissolução do Império Otomano. A Liga Árabe e o Estado de Israel. A Índia, a China e o Japão.

12. A Guerra Fria e a formação de blocos. O problema de Berlim. A Guerra da Coreia. A OTAN e o Pacto de Varsóvia.

13. A emancipação das Nações Africanas.

14. O Mundo de 1945 a 1965. Os problemas econômicos e a revolução tecnológica e científica. Os principais problemas políticos e militares na Europa, Ásia e África. A ação da ONU.

3.^a Parte:

15. Os movimentos de Independência na América e a formação de novos Estados.

16. Os Estados Unidos, da Independência à Primeira Guerra Mundial. Expansão territorial. Guerra de Secessão. Desenvolvimento econômico. A Doutrina de Monroe e a América Latina. A guerra com a Espanha.

17. A América Latina, da Independência à Primeira Guerra Mundial. Aspectos gerais da evolução política, econômica e social. Principais questões internacionais.

18. Os Estados Unidos entre as duas guerras; o isolacionismo; Roosevelt, o "New Deal" e a política da Boa Vizinhança.

19. A América Latina entre as duas guerras. Aspectos gerais da evolução política, econômica e social. Principais questões internacionais.

20. As Américas e a Segunda Guerra Mundial. A participação da América Latina. A consolidação do princípio de solidariedade continental e o fortalecimento do sistema interamericano.

21. O Pan-americanismo. Origem e principais aspectos da sua evolução. O Tratado do Rio de Janeiro e a Organização dos Estados Americanos.

22. As Américas de 1945 a 1965. Desenvolvimento econômico e problemas sociais e políticos. A cooperação interamericana.

DIREITO

Normas gerais

1. Direito e Estado. O Direito e as outras normas sociais. Direito e Moral. Direito natural e Direito positivo.

2. O Direito objetivo: conceito, conteúdo. A norma jurídica: definição e elementos. O Direito subjetivo.

3. As fontes do Direito objetivo: a lei e o costume; a analogia e os princípios gerais do Direito.

4. A autonomia da vontade e a ordem pública. A doutrina e a jurisprudência.

5. A Lei, espécies. A Constituição e as Leis ordinárias. O Decreto e o Regulamento. Os Tratados.

6. Promulgação e publicação. Vigência espacial e temporal. Revogação.

7. Conflitos de leis. Hierarquia das normas. Conflitos no espaço. Direito Internacional Privado.

8. Conflitos no tempo: direito intertemporal. Princípios básicos do direito brasileiro no assunto.

9. A interpretação da norma jurídica; os métodos tradicionais. O bem comum, a justiça social, a equidade. Condenação do abuso de direito.

DIREITO CIVIL

10. Direito Civil: conceito — Parte Geral e Parte Especial.

11. Pessoa Natural: o início da personalidade; capacidade de direito e de fato; da incapacidade e seu suprimento.

12. Pessoa Jurídica: noção, constituição e extinção; classificação.

13. Domicílio.

14. Dos bens; principais classificações.

15. Os fatos e os atos jurídicos. Elementos do ato jurídico. Classificação. Os defeitos dos atos jurídicos; os vícios de vontade. A forma e a prova do ato jurídico.

16. As modalidades do ato jurídico: o termo, a condição e o encargo. A validade do ato jurídico, Nulidade e anulabilidade.

17. Atos ilícitos. Elementos. Responsabilidade civil. Obrigações por atos ilícitos. Prescrição e decadência.

18. O Direito das Coisas. Os direitos reais. A propriedade e a posse.

19. Os direitos reais limitados. Os direitos reais à substância e ao valor da coisa. A propriedade literária, científica e artística.

20. O Direito das Obrigações. Conceito e elemento de obrigação. Classificação e fontes das obrigações. Os contratos, os atos unilaterais e os atos ilícitos. Os efeitos das obrigações. O pagamento. A cessão de créditos.

21. Os contratos. A compra e venda, a doação, a locação, o empréstimo, o depósito, o mandato, a sociedade, a parceria, o seguro, a fiança, a conta corrente e a abertura de crédito.

22. O Direito de Família. O casamento, celebração e efeitos do casamento. Relações de parentesco, alimentos. Validade do casamento. Dissolução da sociedade conjugal. O desquite.

23. Regime de bens.

24. Filiação. Legitimação. Reconhecimento. Adoção. Pátrio poder. Tutela, curatela e ausência. Proteção social dos incapazes.

25. Direito das sucessões: conceito e espécies de sucessão. Herança e legado. Transmissão de herança. Aceitação e renúncia. Herança jacente e herança vacante.

26. A sucessão legítima. Representação.

27. A sucessão testamentária. Conceitos e espécies de testamento.

28. Herdeiros necessários. Redução. Substituições. Deserdades; indignidade. Revogação dos testamentos. Inventário e partilha.

CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA (CPCD)

Organização do Curso

O Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD), ministrado em dois anos, é gratuito e de frequência obrigatória.

O Curso obedece a planejamento global, no qual se integram os programas das diversas matérias, inclusive os do Exame Vestibular. Para fins de coordenação, as matérias estão agrupadas em setores. O plano de estudos do CPCD figura no quadro da página 150.

O escalonamento das matérias, em grau crescente de conteúdo profissional, é feito de forma que as disciplinas de uma fase possam servir de embasamento aos estudos da fase seguinte. O plano de estudos obedece, a pressupostos e objetivos correspondentes a cada setor:

Português e Comunicação Profissional — Os alunos devem trazer do Exame Vestibular sólido conhecimento da língua e possuir capacidade de expressão clara e correta. Esta disciplina, ministrada no 1.º ano do Curso, além de reger-se pelo sistema de conhecimento do idioma sob os aspectos normativos e estilísticos, está estritamente harmonizada com a Cadeira de Organização e Métodos de Trabalho do M.R.E., enfatizando-se o estilo de correspondência oficial do Itamaraty.

Francês e Inglês — Os alunos também devem trazer do Exame Vestibular conhecimentos que os habilitem a ler, falar, traduzir e verter corretamente. As aulas são dadas, parte em conjunto, e parte em turmas selecionadas de acordo com o nível de conhecimento dos alunos.

Durante o Curso, os alunos recebem treinamento complementar destinado a desenvolver sua capacidade de compreensão e expressão oral e escrita, em condições tanto quanto possível semelhantes às situações reais de trabalho. Critérios de formação profissional orientam, igualmente, os cursos de Francês e Inglês.

Língua Alternativa — A partir de 1976 os alunos do 1.º ano do CPCD (Curso de Preparação à Carreira de Diplomata), além do aperfeiçoamento no Francês e Inglês, tiveram que optar por uma das seguintes línguas: árabe, espanhol, russo e alemão. O objetivo é que o aluno do CPCD adquira durante os 2 anos do Curso, um conhecimento básico da língua alternativa que escolheu.

Política — Os estudos políticos realizados no Curso têm por fundamento três matérias do Exame Vestibular: Geografia (Sistemática, Regional e do Brasil); História do Brasil e História Mundial (do Século XVIII até 1950 e uma parte especialmente dedicada à História das Américas). Com base nessas matérias, são ministradas, no 1.º período do 1.º ano, duas disciplinas: Política Internacional e Pensamento Político Contemporâneo. Ao 2.º período do 1.º ano correspondem as mencionadas matérias e mais: Geografia Política e Econômica, todas disciplinas de caráter nitidamente profissional. Finalmente, no decorrer do 2.º ano, foram ministradas, nos dois períodos, aulas de História das Relações Exteriores do Brasil.

Direito — Já tendo efetuado prova de Direito (Normas Gerais, Direito Civil e Direito Comercial) no Exame Vestibular, recebem os alunos, no 1.º ano, ensinamentos de Direito Comercial (1.º período) e de Direito Constitucional e Instituições Políticas (2.º período). No 2.º ano há duas Cadeiras de caráter profissional: Direito Internacional Público e Direito Internacional Privado.

Economia — Todo o estudo da Teoria Econômica se faz nos dois anos do Curso. No tocante ao programa desta Cadeira, dedicou-se um maior número de aulas ao estudo dos Problemas Econômicos Contemporâneos, evitando-se, assim, de dar maior ênfase ao aspecto teórico da matéria. Esta disciplina, ministrada nos dois períodos do 2.º ano, possibilitará ao futuro diplomata conhecimentos práticos e objetivos dos problemas nacionais e internacionais.

Orientação Profissional — Consta da matéria Organização e Métodos de Trabalho do Ministério das Relações Exteriores, ministrada no 2.º ano. Nesta Cadeira, os alunos recebem treinamento prático para as tarefas que deverão desempenhar na Secretaria de Estado.

Dentro também da Orientação Profissional está incluído um programa, em que cada grupo de 7 alunos tem um orientador — diplomata de experiência — indicado pelo Diretor do Instituto.

Em reuniões quinzenais com este Orientador, podem os alunos colocar questões sobre a “Carreira”, temas econômicos, políticos e sobre o próprio C.P.C.D.

Regime Didático

Na execução dos programas, procura-se acentuar os aspectos profissionais e interdisciplinares do treinamento objetivado pelo Curso de Preparação à Carreira de Diplomata. Em consequência, a fim de racionalizar os encargos escolares dos alunos, permitindo-lhes melhor aproveitamento nos estudos e visão mais integrada dos cursos ministrados, promove-se a preparação de trabalhos que impliquem, sempre que possível, tratamento interdisciplinar de temas profissionais.

Aprovação

É aprovado o aluno que obtém, no mínimo, 50 pontos em cada matéria e 65 pontos de média global.

Poderá requerer exame de segunda época o aluno que tiver média global e só não tenha logrado a nota final mínima em uma matéria. É permitida a repetência, uma só vez e no ano letivo imediato, ao aluno que se encontre em uma das seguintes situações: não tenha obtido os pontos necessários no exame de segunda época; se bem aprovado em todas as matérias, não tenha conseguido a média global mínima; ou, por motivo justo, haja excedido o número de faltas admissíveis.

A nota final do CPCD é a média ponderada das médias globais do Exame Vestibular e de cada ano letivo, atribuindo-se peso 1 à primeira e peso 2 à média global de cada ano.

Professores

Os professores são designados pelo Diretor do Instituto Rio-Branco, após aprovação dos seus nomes pelo Ministro de Estado. A designação é feita para um ano letivo apenas, podendo, entretanto, haver recondução. Os membros do Corpo Docente são escolhidos entre os professores universitários e funcionários da carreira de Diplomata, tendo estes últimos preferência para reger as Cadeiras especializadas inerentes à atividade diplomática.

Bolsas

Aos alunos do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata são concedidas bolsas de estudo, cujo montante é fixado anualmente pelo Diretor do Instituto.

Prêmios

Nos termos do Art. 25 do Regulamento do Instituto Rio-Branco, o aluno classificado em 1.º lugar no CPCD recebe a medalha de ouro “Prêmio Rio-Branco” e no 2.º lugar a medalha de prata. Em 1956, foi instituído o “Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva” constante de medalhas de prata e bronze conferidas ao 1.º e 2.º colocados no Exame Vestibular ao CPCD.

CPCD — PLANO DE ESTUDOS

		C. P. C. D.			
SETORES	EXAME VESTIBULAR	1.º Ano		2.º Ano	
		I Período	II Período	I Período	II Período
Línguas	Português Francês Inglês	Expressão e Redação Profissional Francês Inglês Língua Alternativa	Expressão e Redação Profissional Francês Inglês Língua Alternativa	Francês Inglês Língua Alternativa	Francês Inglês Língua Alternativa
Política	Geografia (Sistemática Regional e do Brasil) História do Brasil (e História Mundial (e das Américas)	Ciência Política	Geografia Política e Econômica	História das Relações Exteriores do Brasil	História das Relações Exteriores do Brasil
Direito	Direito	Teoria Geral do Direito Público	Teoria Geral do Direito Público	Direito Internacional Público Direito Internacional Privado	Direito Internacional Público Direito Internacional Privado
Economia		Economia	Economia	Economia Problemas Econômicos Contemporâneos	Economia Problemas Econômicos Contemporâneos
Orientação Profissional				Organização e Métodos de Trabalho do M.R.E.	Organização e Métodos de Trabalho do M.R.E.

Em 1976, o ano letivo do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata teve início a 21 de janeiro e terminou a 13 de dezembro com o seguinte desdobramento:

1.º ANO

1.º período — 5 de abril a 30 de junho

2.º período — 2 de agosto a 13 de dezembro

2.º ANO

1.º período — 21 de janeiro a 7 de maio

2.º período — 7 de junho a 3 de setembro, seguido das provas finais.

Por determinação do Senhor Ministro de Estado, o ano letivo do 2.º ano do CPCD foi encerrado a 17 de setembro, tendo sido compensada a redução do período letivo com a intensificação das aulas semanais.

1.º ANO

Corpo Docente

Através de Portaria, o Diretor do Instituto Rio-Branco designou os seguintes professores:

LINGUAS

Francês

Professor Michel Hospital
Professor René Blanchard

Inglês

Professor Ian Bruce
Professora Sara Walker

LINGUAS ALTERNATIVAS

Alemão

Professor Andreas Birkholz

Árabe

Professor Issa Antonio Bonduki

Espanhol

Professora Maria José Braga Ribeiro

Russo

Professor Hugo Hortêncio de Aguiar

DIREITO

Teoria Geral do Direito Público

Professor José Francisco Rezek

ECONOMIA

Economia I

Conselheiro Adriano Benayon do Amaral

GEOGRAFIA

Geografia Política e Econômica

Professora Margarida M. Penteado Orelhana

ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL

Expressão e Redação Profissional

Secretário Celso Luiz Nunes Amorim

Organização e Métodos de Trabalho do M.R.E.

Ministro Sérgio Fernando Guarischi Bath

Orientadores dos Alunos:

Conselheiro Alvaro da Costa Franco
Conselheiro Gilberto Coutinho Paranhos Velloso
Conselheiro Sérgio da Veiga Watson
Secretário Roberto Pinto Ferreira Mameri Abdenur

POLÍTICA

Ciência Política

Professor José Carlos Brandi Aleixo

Corpo Discente

Cursaram o 1.º Ano os 33 alunos aprovados no Exame Vestibular realizado de novembro de 1975 a março de 1976, que foram promovidos ao 2.º Ano com a seguinte classificação:

José Roberto de Almeida Pinto
Paulo Joppert Crissiuma
Katia Godinho Gilaberte
Pedro Henrique Lopes Borio
Maria de Lourdes Vieira Nogueira
Leda Lúcia Martins Camargo
Cesar de Paula Cidade
Pedro Scalisse Neto
Paulo Cesar Meira de Vasconcellos
João Batista da Costa
Fernando Jablonski
Alcides Gastão Rostand Prates
Vera Lúcia dos Santos Caminha

Renato Soares Menezes
Marcela Maria Nicodemos
Ana Elisa de Magalhães Padilha Pupo Netto
Flávio Helmoold Macieira
Maria-Theresa Lazaro
Everton Vieira Vargas
Vergniaud Elyseu Filho
Milton de Freitas Almeida Neto
Orlando Celso Timponi
Ricardo Alonso Bastos
Paulo Sérgio Traballi Bozzi
Luiz Antônio Dubeux Fonseca
Eliana de Sampaio Ferraz
Sidney Pinto Fernandes
Paulo Wangner de Miranda
José Amir da Costa Dornelles
Michael Francis de Maya Monteiro Gepp
Rolemberg Estevão de Souza
Gladys Ann Garry Facó
Antônio Carlos do Nascimento Pedro

2.º ANO

Corpo Docente

Pela Portaria n.º 1, de 6 de janeiro de 1976, o Diretor do Instituto Rio-Branco designou os seguintes professores:

LÍNGUAS

Francês

Professor André Selon

Inglês

Professor John Mulholland

POLÍTICA

História das Relações Exteriores do Brasil

Professor Oswaldo José de Campos Melo

ECONOMIA

Economia

Professora Rosélia Perissé da Silva Piquet

Problemas Econômicos Contemporâneos

Professor Flávio Penteado Sampaio

DIREITO

Direito Internacional Público

Professores

Carlos Alberto Dunshee de Abranches e
Celso Duvivier de Albuquerque Mello

Direito Internacional Privado

Professores

Haroldo Teixeira Valladão e
Hilton Rios (assistente)

ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL

Organização e Métodos de Trabalho do Ministério das Relações Exteriores

Secretários

Maria da Natividade Duarte Ribeiro Petit e
Adhemar Gabriel Bahadian

Corpo Discente

A turma que concluiu o 2.º ano em 1976 foi constituída dos alunos que terminaram o 1.º ano, em 1975, com exceção de um componente de turma que se desligou do CPCD em virtu-

de de ter logrado aprovação no Concurso de Provas iniciado em setembro de 1975. Damos, a seguir, a relação dos diplomandos, na ordem de classificação final:

Afonso José Sena Cardoso
 José Antonio Marcondes de Carvalho
 Marcus André Rouanet Machado de Mello
 Ênio Cordeiro
 Maria Luiza Neves Ribeiro
 Luiz Gilberto Seixas de Andrade
 Arthur Virgílio do Carmos Ribeiro Neto
 José Carlos de Araújo Leitão
 Victor Manso de Mello Vianna
 Antonio Júlio Cesário de Mello Cirauda
 José Antonio Gomes Piras

Fizeram jus ao "Prêmio Rio-Branco" os alunos Afonso José Sena Cardoso — medalha de ouro, 1.º lugar, e José Antônio Marcondes de Carvalho — medalha de prata, 2.º lugar.

Com a nomeação dessa turma elevou-se a 654 o número de funcionários que, desde 1947, ingressaram na Carreira de Diplomata através do Instituto Rio-Branco.

CONFERÊNCIA

Dentro, ainda, da programação didática prevista para o CPCD, foi realizada, para os alunos do 2.º ano, a seguinte conferência: "Política Externa dos Estados Unidos: a Próxima Fase": Professor Richard N. Gardner — Professor de Direito e de Organização Internacional na Universidade de Columbia.

CURSO DE PREPARAÇÃO A CARREIRA DE DIPLOMATA

1.º Ano

TEORIA GERAL DO DIREITO PÚBLICO

I. Temas Introdutórios

1. Direito público, direito privado e ordem pública.
2. Direito público interno e internacional.
3. Divisão do direito público interno.

II. O Estado Brasileiro

1. Personalidade jurídica do Estado. Soberania nacional.
2. A população brasileira. A nacionalidade e a cidadania.
3. O território brasileiro em sentido estrito. As extensões legais.

III. A Organização Nacional

1. O regime republicano, a forma federativa do Estado e o sistema presidencial de governo.
2. A ordem jurídica. A competência da União e dos Estados federados.

3. Os três poderes independentes e harmônicos. Formação e estrutura. Controle recíproco. A constitucionalidade das leis e a legalidade dos atos da Administração.
4. O processo legislativo. A iniciativa das leis, o procedimento ordinário e os procedimentos especiais.

IV. A dinâmica do Regime Representativo

1. Os direitos políticos: gozo potencial e exercício.
2. Alistabilidade e elegibilidade.
3. Condição jurídica dos partidos políticos. Disciplina partidária.

ECONOMIA I

Distribuição das matérias

O curso de economia, a ser iniciado em agosto de 1976, deverá ser dado em três semestres, prevendo-se um total de 64 aulas de cinqüenta minutos em cada semestre. Dentro desse esquema se distribuirá as matérias da seguinte forma: a) segundo semestre de 1976, Introdução à Economia (16 aulas) e Microeconomia (48 aulas); b) primeiro semestre de 1977: Macroeconomia (48 aulas) e Desenvolvimento Econômico (16 aulas); c) segundo semestre de 1977: Economia Internacional.

Método de estudo

O método de estudo terá os seguintes elementos principais:

- 1) uso de livro texto, com leitura prévia do capítulo correspondente a cada aula; 2) roteiro de aula previamente distribuído; 3) aula expositiva destinada a: a) consolidar o conhecimento de matérias contidas no livro texto; b) expor outras matérias relacionadas com o tema do capítulo, de especial interesse para o curso; c) discussão e eventual esclarecimento de dúvidas originadas na leitura e/ou na aula; 4) avaliação por meio de respostas dos alunos perguntas selecionadas dentre as for-

muladas ao fim de cada capítulo do livro texto (além da usual avaliação de fim de semestre); 5) seminários: esta modalidade poderá ser utilizada a partir da Parte II do programa do semestre de 1976, tendo como objeto temas propostos pelo Professor e desenvolvendo-se do seguinte modo: três relatores por sessão e discussão na seguinte; os participantes serão, em princípio, voluntários e receberão nota relativa à sua participação; será indicada bibliografia especial para uso dos expositores.

Livro Texto

"Introdução à Análise Econômica", de Paul A. Samuelson

Parte 1 — Introdução à Economia

I — 1. A significação de alguns dos grandes temas econômicos. 2. Definição e objeto da economia. 3. O método na ciência econômica.

II — 1. A lei da raridade. 2. Os conceitos de transformação e substituição. 3. O potencial de produção e seu crescimento. 4. Problemas demográficos.

III — 1. O mecanismo dos preços como regra do jogo no sistema de livre empresa e concorrência perfeita. 2. A repartição da renda em consumo e investimento. 3. O sistema de trocas: a) especialização e divisão do trabalho; b) moeda.

IV — 1. Mercado: procura e oferta; 2. Efeitos de modificações na procura e na oferta; 3. O equilíbrio do mercado em concorrência perfeita e imperfeita.

V — 1. Noções básicas sobre as formas das empresas e sobre suas fontes de financiamento. 2. O fator gerencial.

Parte 2 — Microeconomia

I — 1. Elasticidade de oferta e de procura.

a) direção das curvas; b) conceito de elasticidade; c) variação do equilíbrio no tempo. 2. Elementos dinâmicos na determinação da oferta e da procura e dos preços. 3. Limitações da intervenção no mecanismo dos preços.

II — 1. Oferta e Procura de produtos agrários. 2. Peculiaridades da produção agrícola. 3. O declínio relativo da agricultura. 4. Problemas da intervenção estatal na agricultura.

III — 1. A agregação das “procuras” individuais, das empresas e institucionais. 2. Elasticidade-renda e outras variações. 3. Complementaridade e substituição entre produtos. 4. A lei da utilidade marginal decrescente. 5. O equilíbrio por meio da igualização das utilidades marginais.

IV — 1. A agregação das “ofertas”. 2. O custo marginal e sua relação com a maximização do lucro. 3. Síntese do custo marginal e da utilidade marginal. 4. Eficiência.

V — 1. Análise dos custos. 2. A rentabilidade mínima. 3. Custos implícitos e de oportunidade. 4. A maximização da rentabilidade por meio de custos decrescentes e sua tendência à ruptura das condições de concorrência perfeita. 5. Economias e deseconomias externas.

VI — 1. Estrutura de Mercado. 2. A subdivisão de mercados por meio da diferenciação dos produtos. 3. Receita marginal tornada função apenas da demanda. 4. Lucro monopolista, divergência entre o preço e o custo marginal. 5. Efeito sobre a alocação de recursos.

VIII — 1. Concorrência imperfeita. 2. Defesa econômica ou política anti-cartéis. 3. Traços predominantes da estrutura de mercado contemporâneo. 4. As multinacionais. 5. Competição oligopolista. 6. Inovação e dinamismo; monopólios provisórios.

VIII — 1. A procura por fatores de produção. 2. Conceito de função de produção. 3. Produto marginal. 4. Igualização do produto marginal e eficiência.

IX — 1. Remuneração dos fatores de produção. 2. Remuneração dos fatores e eficiência: determinação do emprego de recursos escassos.

X — 1. Remuneração do fator Trabalho: a) pela lei da oferta e da procura em concorrência perfeita; b) relação quantitativa face aos demais fatores. 2. Imperfeições de concorrência no mercado de trabalho e demais características deste.

XI — 1. Remuneração do fator capital. 2. A determinação dos juros. 3. A formação do estoque de capital. 4. Os juros e as políticas monetária e anticíclica. 5. Lucros e incentivos.

XII — 1. Síntese dos capítulos precedentes: a) O sistema de preços como resposta às indagações básicas da economia (pressuposto: concorrência perfeita); b) imperfeições da concorrência. 2. O bem-estar como objetivo e a prática de seu atingimento.

CIÊNCIA POLÍTICA

I — Política e Ciência Política

1. Conceitos Básicos — Relações com outras ciências
2. Sistemas Políticos; Organização Política; Instituições Políticas

— SCHMITTER, Philippe C., "Reflexões sobre o conceito de Política", **Revista de Direito Público e Ciência Política**, Rio de Janeiro, 8 : 45-60, maio-agosto, 1965.

II — Poder Político

3. Poder; Autoridade; Influência; Dominação
4. Legitimidade; Legalidade

FREUND, Julien, **Sociologia de Max Weber**, Rio, Forense, 1970 Cap. IV, item III, n.º 15 (p. 173-85).

III — A Análise de Sistemas políticos

5. Sistema Social; Sistema Político; Sistema Econômico

— ALMOND, Gabriel A. and G. Bingham Powell, **Comparative Politics and Developmental Approach**, Boston, Little Brown, 1966. Cap. II.

IV — Instituições Políticas

6. Formas; Regimes; Sistemas; Tipos de Governo

— ALMEIDA PAIVA, Alfredo de, "Regimes Políticos e Sistemas de Governo Contemporâneo", **Revista de Direito Público e Ciência Política**, Rio de Janeiro, V.II (3): 101-28, Set-Dez. 1965

V — A Análise de Elites Políticas

7. Elites Políticas

— BOTTOMORE, T. B., **As Elites e a Sociedade**, Rio, Zahar, 1965, Cap. I (p. 7-21).

VI — Desenvolvimento Político

8. O Homem Político
9. Partidos Políticos; Facções Políticas
10. Grupos de Pressão; Grupos de Interesse

a) DUVERGER, Maurice, **Sociologia Política**, Rio, Forense, 1968. Parte Especial, Cap. I (p. 357-88)

b) DAHL, Robert A., **A Moderna Análise Política**, Rio, Lidador, 1966. Cap. VI (p. 97-121)

VII — Mudança Política

11. Mudança e Conflito Político

— DAHRENDORF, Ralf, "Alguns Problemas da Teoria Sociológica da Revolução", **Europaisches Archiv fur Sociologie**, II (1) 1961.

VIII — América Latina

12. Colonização — Aspectos e Conseqüências Políticas
13. Mudanças e Desenvolvimento

— LAMBERT, Jacques, **América Latina, Estruturas Sociais e Instituições Políticas**, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1969. 3.^a Parte, Cap. I (p. 195-212)

IX — Brasil

14. Origens Privatistas do Poder Público Brasileiro; Coronelismo

15. Evolução Política

— LEAL, Victor Nunes, **Coronelismo, Enxada e Voto**. São Paulo. Editora Alfa-Omega 1975.

ESPAÑHOL

A expressão oral:

Estudo da pronúncia espanhola, das estruturas gramaticais, e do vocabulário de registro freqüente do espanhol falado, através de exercícios práticos de expressão oral.

OBJETIVOS:

- Levar o aluno a dispor de um corpo de informações que o possibilitem a se expressar na língua espanhola.
- Estimular capacidades e habilidades que o levem a servir-se das informações recebidas.
- Contribuir à formação global do aluno.

PROCEDIMENTOS DIDÁTICOS

- Utilização do método audiovisual: "Vida y diálogos de España".
- Atividades de enriquecimento da expressão oral e da compreensão oral (audição de discos, reconstituição de textos, leitura de peças, relatos, poemas e outros).

ARABE

ALFABETIZAÇÃO

- O Alfabeto em palavras e frases, com tradução e caligrafia.
- O Verbo, (passado, presente e futuro).
- O Substantivo, (singular, masculino e feminino).
- O Artigo definido.
- As Preposições.

FRANCÊS E INGLÊS

(1.º e 2.º Anos)

Objetivos:

Conseguir que cada aluno:

- a) compreenda perfeitamente exposições e textos em francês e inglês sobre:
 - política
 - política internacional
 - direito internacional
 - economia
 - cultura geral: filosofia, sociologia, história, arte etc.;
- b) possa verter para essas línguas, de modo claro e preciso, textos em português sobre os temas acima mencionados;
- c) possa expressar-se sobre os mesmos temas, de modo claro e preciso, nos referidos idiomas;
- d) conheça as normas básicas de correspondência epistolar e protocolar nas línguas francesa e inglesa.

Métodos:

— Utilização de textos variados referentes ao maior número possível de assuntos.

— Coordenação com outras matérias ensinadas no Instituto Rio-Branco.

Prática de exercícios tais como:

- sumário de exposições
- sumário de leituras
- versão
- exposição
- debate
- redação de correspondência.

— Os pontos de gramática serão estudados unicamente a título corretivo: não se fará estudo sistemático e serão apenas sanadas as deficiências demonstradas no decorrer dos exercícios práticos acima mencionados.

GEOGRAFIA POLÍTICA E ECONÔMICA

Objetivos: Este curso visa fornecer aos aspirantes à Carreira de Diplomata, o conhecimento dos fenômenos e problemas básicos da Geopolítica e Geografia Humana e Econômica do Brasil, para o que dar-se-á destaque especial às conceituações métodos e teorias. No que concerne à Geografia do Brasil, os temas abordados visam duplo objetivo: o conhecimento dos problemas fundamentais do país e a possibilidade de utilizar esses conhecimentos, especialmente, na esfera dos Planejamentos Regionais. Procura-se capacitar o aluno a entender e analisar fenômenos geográficos e geo-econômicos, quer no âmbito nacional quer internacional. O contato com mapas e outras representações do território, possibilitará maior acuidade na percepção dos problemas de natureza geo-econômica, elementos fundamentais para uma análise no campo sócio-político.

GEOGRAFIA I — (Geografia e Geopolítica)

1. Geografia e Geopolítica
2. Fatores ambientais e política internacional
3. Relações entre os Estados
4. Fundamentos Geográficos do Poder Nacional: significância do território: fronteiras e limites. A função do mar territorial
5. Fundamentos Geográficos do Poder Nacional: O potencial humano. A explosão demográfica e seus corolários
6. Desigualdades internacionais do desenvolvimento. Teoria do Desenvolvimento Polarizado (Friedman 1968)
7. A divisão política do mundo: tendências e perspectivas
8. A procura do equilíbrio entre os países industrializados
9. Regiões subdesenvolvidas e o Mundo Tropical
Planificação regional para a América Latina
10. Posição da América Latina no sistema espacial mundial. Características formais do espaço latino-americano
Modelo de desenvolvimento regional da América Latina

GEOGRAFIA II (O Brasil e o Mundo)

11. O Brasil e o Mundo. Perspectiva geopolítica brasileira
12. O espaço brasileiro. Modelo de estrutura espacial
Crescimento econômico e estrutura espacial
13. Repartição e expansão da população brasileira.
Desigualdades regionais
14. A estrutura urbana brasileira. Cidades e redes urbanas.
Áreas metropolitanas no Brasil
15. As migrações internas no Brasil: reflexos de uma organização desequilibrada do espaço

16. O processo de industrialização no Brasil
Evolução das fontes energéticas. A siderurgia e seus problemas. Problemas atuais no programa industrial brasileiro
17. Problemas geo-econômicos da Agricultura Brasileira — Teoria do desenvolvimento agrícola (Mellor)
18. As vias de transporte e a Integração Nacional
19. A nova divisão regional do Brasil. Regiões polarizadas: regiões funcionais urbanas
20. As grandes regiões geo-econômicas do Brasil
Problemas regionais e a Integração Nacional
Definições de regiões para Planejamento e Desenvolvimento
21. O Planejamento integrado da Amazônia
22. O Nordeste: os recursos e os planos de desenvolvimento
23. O Brasil de Sudeste e suas novas perspectivas
24. O Brasil na América Latina: perspectivas de integração nacional e continental.

EXPRESSÃO E REDAÇÃO PROFISSIONAL

Metodologia

A Divisão do curso em dois semestres aconselha uma ênfase inicial no desenvolvimento das técnicas básicas de redação e exposição oral em temas vinculados às atividades do diplomata. Dentro de uma metodologia eminentemente prática se solicitará que os alunos realizem trabalhos semanais ou quinzenais, em que será testada e desenvolvida sua capacidade de redigir com clareza e objetividade sobre temas da atualidade política, econômica, social e cultural (nacional e internacional) ou, ainda, questões de História recente que ajudem a lançar luz sobre esses temas.

2. Os alunos deverão fazer, com periodicidade a ser determinada, pequenas exposições orais, sobre temas igualmente relevantes.

3. Grande parte das aulas será, assim, empregada em exercícios práticos, quer através das exposições orais, quer através dos comentários do professor, a exercícios escritos anteriores, quer, ainda, através de observações suscitadas por textos diversos (embora ligados à temática central do curso): artigos de jornal, editoriais, ensaios políticos. Aliás, as próprias deficiências eventualmente registradas com os exercícios práticos é que deverão determinar, em grande medida, o teor das aulas.

4. Um terceiro tipo de exercício consistirá em “relatórios de leitura” de obras vinculadas e temas políticos, econômicos e culturais, de preferência ligados à realidade brasileira. Com esses exercícios, pretende-se não só estimular a leitura de textos cujo conhecimento é importante em si mesmo para o diplomata, mas verificar a capacidade de condensação, de análise crítica, e de inserção dos fatos em seu contexto-social, econômico, político, nacional, regional, por parte dos alunos. Esses mesmos textos poderão também ser objeto de seminários (exposição e debates) em aula.

5. Assim, o semestre inicial procuraria dar e/ou consolidar instrumentos básicos para o desenvolvimento, no segundo, das técnicas específicas da comunicação diplomática.

Expressão e Redação Profissional (1.º Semestre)

1.ª Parte — Introdução à Comunicação Diplomática

1. Técnicas de Expressão Oral e Escrita. Suas qualidades básicas: lógica, clareza, concisão.

2. As características do “discurso diplomático”

a) Dimensão política; dimensão econômica; dimensão cultural, etc.

b) A Informação diplomática: descrição e análise.

2.^a Parte — Comunicação do MRE. Tipos de comunicação e sua posição no processo de elaboração e execução da política externa. Regras gerais de correspondência oficial e sua tramitação. Normas específicas de redação. Urgência e Sigilo

3.^a Parte — A Linguagem e a Diplomacia.

1. A linguagem na diplomacia bilateral:

- a) troca de notas;
- b) comunicados conjuntos;
- c) acordos;

2. A linguagem na diplomacia multilateral:

- a) a expressão oral;
- b) projetos de resolução, declarações, explicação de voto, etc.
- c) "informes de relator" e relatórios finais, de conferências, "comissões de estilo".
- d) convenções internacionais.
- e) aspectos semânticos de negociações políticas e aspectos políticos de negociações semânticas.

3. A dimensão interna da linguagem diplomática:

- a) a redação e seus "públicos";
- b) comunicados à imprensa;
- c) informações a outros órgãos e personalidades públicas ou privados,
- d) discursos e conferências.

O programa será ministrado através de uma carga relativamente alta de exercícios práticos, (orais e escritos) que serão objeto de comentários durante as aulas. Pretende-se utilizar leitura e interpretação de textos ligados à atividade diplomática, bem como fazer uso intensivo de "exemplos vivos" das várias formas de correspondência oficial.

2.º Ano

HISTÓRIA DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL

I — A Herança de Portugal

- 1. Bulas, Papéis e Tratados de Limites entre Portugal e Espanha, até meados do século XVIII.
- 2. Do Tratado de Madrid ao de Badajoz.
- 3. A política exterior de D. João VI no Brasil: A Cisplatina e Calena. Tratados.

II — O Brasil e o Mundo

- 1. O reconhecimento da Independência.
- 2. O Brasil na política internacional, da Independência à Primeira Guerra Mundial.
- 3. O Brasil, do Tratado de Versalhes à Segunda Guerra Mundial.
- 4. O Brasil na Segunda Guerra Mundial.
- 5. O Brasil e a ONU.

III — O Brasil e a América do Sul

- 1. O Brasil e as nações platinas
 - 1.1 Evolução histórica do Rio da Prata e Paraguai.
 - 1.2 Relações do Brasil com as nações platinas.
 - 1.3 Limites e fronteiras. Tratados e demarcações.
- 2. O Brasil e as nações andinas
 - 2.1 Evolução histórica da área andina.
 - 2.2 Relações do Brasil com as nações andinas
 - 2.3 Limites e fronteiras. Tratados e demarcações.
- 3. O Brasil e as nações setentrionais

- 3.1 Evolução histórica do Norte da América do Sul (Colômbia, Venezuela e Guianas).
- 3.2 Relações do Brasil com a Colômbia e Venezuela.
- 3.3 Limites e fronteiras com a Colômbia, Venezuela e Guianas. Tratados e demarcações.

IV — O Brasil e a América do Norte e Central

- 1. O Brasil e os EUA
 - 1.1 Evolução histórica dos EUA
 - 1.2 Relações do Brasil com os EUA. (1822-1950). Tratados.
- 2. O Brasil e o México
 - 2.1 Evolução histórica do México.
 - 2.2 Relações do Brasil com o México. Tratados.
- 3. O Brasil e a América Central e Antilhana.
 - 3.1 Evolução histórica da América Central.
 - 3.2 Relações do Brasil com a América Central. Tratados.
 - 3.3 Evolução histórica das Antilhas.
 - 3.4 Relações do Brasil com as nações antilhanas. Tratados.

V — O Brasil e o Pan-Americanismo

- 1. O Pan-americanismo, do Congresso do Panamá à OEA. As conferências pan-americanas.
- 2. O Brasil e o Pan-americanismo; participação nas conferências pan-americanas e na OEA.

ECONOMIA II

1.ª Etapa

A) Economia Internacional

Unidade I — Aspectos teóricos do Comércio Internacional

- 1.1 — A divisão internacional do trabalho.
- 1.2 — A lei dos custos comparativos.
- 1.3 — A modernização dos custos comparativos:
 - introdução dos custos de transporte;
 - introdução de custos não constantes; e
 - vários bens e vários países.
- 1.4 — Aspectos dinâmicos do comércio internacional
 - dotações e movimento de fatores;
 - funções de produção na sua perspectiva histórica;
- 1.5 — Efeitos do Comércio Internacional:
 - dotação de fatores e o padrão de comércio;
 - efeitos do comércio internacional sobre os preços dos fatores;
 - igualação dos preços relativos dos fatores; e
 - relações de troca.

Unidade II — O Balanço de Pagamento e seu ajustamento

- 2.1 — Componentes do Balanço de Pagamentos em Contas Correntes:
 - Balança Comercial;
 - Balança de Serviços.
- 2.2 — A Conta de Capital:
 - movimentos de capital a curto-prazo;
 - empréstimos;
 - investimentos diretos.
- 2.3 — Déficit, superávit e reservas.
- 2.4 — Desequilíbrios no Balanço de Pagamentos e seus ajustamentos.

Unidade III — **Câmbio**

3.1 — O Mecanismo dos Pagamentos no Exterior.

3.2 — Taxas de Câmbio:

- taxas de câmbio livremente flexíveis;
- desvalorizações controladas;
- taxas múltiplas de câmbio.

B) **O processo de desenvolvimento econômico**

Unidade I — **Noções Gerais das Teorias do Desenvolvimento Econômico:**

1.1 — Análise clássica

1.2 — Análise marxista

1.3 — Análise neo-clássica

1.4 — Análise pós-keynesiana.

Unidade II — **Os conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento:**

2.1 — Interpretações ao subdesenvolvimento;

2.2 — Indicadores do grau de desenvolvimento;

2.3 — Estatísticas Nacionais — Comparações Internacionais.

Unidade III — **Mecanismo do Crescimento Econômico:**

3.1 — Modelo geral de crescimento

3.2 — Modelo de eliminação do atraso econômico

- conceito de excedente econômico;
- poupança interna e financiamento externo.

Unidade IV — **Dotação interna de fatores e tecnologia**

4.1 — O problema das proporções de fatores.

4.2 — Alocação setorial de fatores.

Unidade V — **Teorias do Subdesenvolvimento**

5.1 — O círculo vicioso da pobreza de Myrdal.

5.2 — A decolagem de Rostow.

5.3 — Desenvolvimento equilibrado "versus" desenvolvimento não equilibrado.

5.4 — Desenvolvimento com oferta ilimitada de mão-de-obra

5.5 — Interpretação histórica do subdesenvolvimento (centro-periferia).

2.^a Etapa

A) **Desenvolvimento econômico na América Latina**

Unidade I — **Formação econômica da América Latina**

1.1 — O modelo primário-exportador.

1.2 — O processo de substituições de importações.

Unidade II — **Viabilidade de Distintas Estratégias de Desenvolvimento**

2.1 — O papel das relações externas.

2.2 — As economias primário-exportadoras e seu relacionamento internacional.

2.3 — Estratégias de Desenvolvimento.

B) **A experiência brasileira de desenvolvimento econômico**

Unidade I — **Formação econômica do Brasil**

1.1 — A economia primária-exportadora.

1.2 — O processo de substituições de importações.

Unidade II — **Aspectos setoriais**

2.1 — A inflação como mecanismo de apoio à expansão industrial.

2.2 — Papel da agricultura.

2.3 — O setor serviços e seu papel na absorção de mão-de-obra.

Unidade III — Aspectos recentes do desenvolvimento econômico brasileiro

3.1 — Planejamento Econômico:

- Plano de Metas;
- PAEG;
- PED;
- PND I;
- PND II.

3.2 — Setor externo:

- Comércio exterior;
- Dívida externa;
- Multinacionais.

3.3 — Distribuição da Renda.

3.4 — Aspectos espaciais:

- Concentração espacial da indústria;
- Setor urbano;
- Desenvolvimento regional.

PROBLEMAS ECONÔMICOS CONTEMPORÂNEOS

Unidade I — Introdução e Caracterização do Campo de Análise.

Subunidade 1 — Os conflitos internacionais de interesses e suas repercussões no equilíbrio econômico do mundo atual — a evolução desses conflitos a partir da II Guerra Mundial e seus grandes protagonistas: os países da OCDE, o grupo dos 77, os países da OPEP, os dois grandes blocos socialistas, a África

e a América Latina. Os riscos políticos face ao crescente nacionalismo econômico nos países de menor desenvolvimento: a Conferência de Filadélfia, de novembro de 1975.

Subunidade 2 — As práticas das relações econômicas internacionais: os síndrome de cooperação e conflito — Os Governos nacionais e o setor privado. O desenvolvimento da economia empresada multinacional e a organização solidária de interesses comuns de espaços e recursos econômicos multinationais.

Subunidade 3 — Os esforços de liberalização do comércio e os planos de desenvolvimento internacional na década dos 60 — a ONU, o BIRD, o FMI, a OEA, o GATT e a UNCTAD. As grandes transformações econômicas institucionais das relações internacionais nos anos 70 — A crise iniciada em fins de 1973: avaliação e perspectivas.

Unidade II — A Economia Internacional e os Espaços Econômicos Internacionais

Subunidade 1 — Integração Econômica: origens, filosofias e linhas de resistência.

Subunidade 2 — A teoria da integração: análise dos efeitos-supressão e efeitos-criação. As posições de Viner e de Meade (efeitos terciário) e o teorema Lipsey e Lancaster. C. Kindleberger e a análise da teoria do "second best".

Subunidade 3 — A integração das economias em desenvolvimento: as análises de Gunnar Myrdal, de Henry Bourguinat, de Raul Prebisch.

Subunidade 4 — As modalidades de integração: zona de livre comércio, união aduaneira, mercado comum e união econômica.

Subunidade 5 — A Comunidade Econômica Européia: estrutura Institucional e dinâmica político-econômica. Estratégias e pro-

blemas fundamentais da Comunidade Econômica Européia: o desarmamento aduaneiro e o protecionismo não tarifário. A política agrícola comum — A FEOGA e o regime de “prelèvement”.

Subunidade 6 — A Comunidade Econômica Européia e os problemas monetários: a harmonização de políticas nacionais.

Subunidade 7 — A Comunidade Econômica Européia e os Estados Unidos da América: contencioso comercial e o monetário.

Subunidade 8 — A CEE e os países em desenvolvimento — As posições da África e da América Latina.

Subunidade 9 — Formação da Zona de Livre Comércio Européia e suas transformações recentes.

Subunidade 10 — O bloco socialista e suas formas de comércio exterior - Leste europeu e ocidente: preços, moedas convênio, arbitragem — CAEM — (COMECON) e sua operacionalidade político-econômica — Tendências atuais dos empreendimentos transideológicos.

Unidade III — Política Comercial Internacional

Subunidade 1 — Liberalismo versus Protecionismo, suas variações no tempo. Os esforços de liberalização do comércio internacional: A Carta de Havana, a OIC e o GATT.

Subunidade 2 — O GATT e sua estrutura — O princípio da não discriminação — A cláusula de nação mais favorecida — A manutenção dos regimes preferenciais: “stand-still” — Os “requests” e as reduções de direitos tarifários: a técnica linear e negociação produto por produto, a negociação com base em preferências pré-estabelecidas.

Subunidade 3 — As principais rodadas de negociações — A Dillon Round, a Kennedy Round e seus reflexos na grande expansão do comércio até 1973. A nova Tóquio Round.

Subunidade 4 — O GATT e o comércio norte-sul. A UNCTAD, as três principais Conferências — A VI Conferência em Nairobi — O sistema geral de preferências — O problema dos “primary commodities” — A Tese da Troca Desigual — A Conferência de Paris sobre petróleo, manufaturados e produtos básicos.

Subunidade 5 — Os acordos internacionais sobre os produtos de base — acordos e arranjos institucionais.

Unidade IV — O Financiamento Internacional do Desenvolvimento.

Subunidade 1 — Inter-relação entre comércio e ajuda — O falso dilema do “trade not aid”. A ajuda intergovernamental e investimentos diretos — Os movimentos internacionais de capitais.

Subunidade 2 — Os mecanismos internacionais de ajuda: Bilateralismo e o Multinacionalismo — As críticas de McNamara; o Relatório Williams — Os novos esforços da OCDE — O problema da transferência de tecnologia.

Subunidade 3 — O Grupo do Banco Mundial — Recursos e empréstimos; assistência técnica e estudos econômicos. Os empréstimos e financiamentos do Grupo BIRD ao Brasil.

Subunidade 4 — O Banco Interamericano de Desenvolvimento: estrutura de recursos originais; os recursos ampliados — empréstimos e assistência técnica — os “trust funds” — Acordos do BID com o Brasil. Principais projetos financiados.

Subunidade 5 — O BID e a Integração Latino-Americana: o INTAL e outros projetos.

Subunidade 6 — A cooperação técnica: princípios gerais — A Aliança para o Progresso e o FEAD — A Declaração dos Presidentes da América (1967) — O CIPE — O CICOM — O

CIES e a CECON — O Brasil como beneficiário e como colaborador nos programas de cooperação técnica.

Unidade V — O Sistema Monetário Internacional e a Ordem Econômica após a II Guerra Mundial — Bretton Woods — Os Planos Keynes e White.

Subunidade 1 — O Fundo Monetário Internacional: estrutura e operações — O código de boa conduta — As paridades cambiais — A conversibilidade monetária — O ouro.

Subunidade 2 — O FMI e o problema de liquidez internacional - Os planos de reforma e o Comitê dos 20 - o acréscimo de liquidez internacional, a desmetalização do dinheiro, o Direito Especial de Saque — As moedas internacionais de reserva — A proposta do Grupo dos 20 e a liberação parcial de reservas ouro; possíveis conseqüências.

Subunidade 3 — Os fluxos monetários: os eurodólares e os petrodólares — O penoso processo de reciclagem dessas excessivas concentrações de liquidez monetária. O preço internacional do petróleo e a sofrida busca de estabilização.

Subunidade 4 — "Inflation, Recession, Stagflation" — A crise mundial de comércio e pagamentos — idéias e sugestões para a construção de uma nova ordem econômica.

Unidade VI — Os Macro-Desafios Setoriais.

Subunidade 1 — O meio ambiente, a qualidade da vida, o crescimento zero do PNB e da população humana — Os estudos sobre política da fertilidade.

Subunidade 2 — As tragédias setoriais: o desastre do sahel africano — o déficit alimentar e as populações asiáticas — A ação da FAO — Propostas de reservas mundiais de alimentos — A tecnologia dos alimentos.

Subunidade 3 — O mercado mundial do petróleo até 1970.

Subunidade 4 — A lógica do desenvolvimento e suas conseqüências — Os modelos globais do Clube de Roma e as análises de Sauvy à proposição do crescimento zero.

Subunidade 5 — O Brasil-potência em processo e as novas implicações político-econômicas.

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

I — Introdução

1. Conceitos e terminologia.
2. A comunidade não organizada dos Estados.
3. Natureza das relações interestatais.
4. Evolução do Direito Internacional.
5. Irrompimento do homem do Direito Internacional.
6. Função do Direito na comunidade universal.
7. Direito Internacional e Política Externa.
8. Direito Internacional Positivo e Atividade Diplomática.

II — Organização Jurídica da Sociedade Internacional

1. Antecedentes. Independência e interdependência dos Estados. As duas ordens jurídicas.
2. Nações Unidas. Bases da Carta, sua natureza constitucional e emendas. Membros.
3. Objetivos e Princípios.
4. Assuntos da competência nacional (art. 2.º, n.º 7). Determinação pelo D.I. do âmbito de eficácia de norma interna.
5. Órgãos principais, a Corte e o Secretariado.
6. Organismos especializados.

7. Organização dos Estados Americanos. Princípios e estrutura. Protocolo de Buenos Aires, 1967.
8. Outras organizações regionais.
9. Reforma da ONU. Mini-estados. Objeções ao veto. Subdesenvolvimento e a população. Jurisdição internacional obrigatória e força supranacional.

III — Natureza do Direito Internacional:

1. Estrutura da norma interestatal. D.I. geral e particular, comum e consensual. **Jus cogens**.
2. Força obrigatória do Direito Internacional. As teorias e a realidade.
3. Validade do art. 2.º, n.º 6 da Carta da ONU.
4. Peculiaridades da norma internacional quanto à:
 - a) elaboração; b) aplicação judicial; c) execução coativa.
5. Relação entre a norma internacional e a interna.
6. Dualismo e monismo. Primado da norma internacional.
7. Textos convencionais e prática consuetudinária dos Estados nessa matéria.
8. Principais sistemas constitucionais. A Constituição e a jurisprudência brasileiras.

IV — Fontes do Direito Internacional

1. Conceito. Fonte material e formal.
2. art. 38.º n.º 1 do Estatuto do CIJ.
3. Convenção internacional. **Pacta sunt servanda**.
4. Prática consuetudinária dos Estados.
5. Princípios gerais de direito.
6. Precedente judicial e doutrina dos publicistas.
7. Resolução de organização internacional.
8. Codificação. Obra da Comissão de Direito Internacional da ONU.

V — Sujeitos de Direito Internacional

1. Estado. Elementos constitutivos. Formas especiais.
2. Soberania (art. 2.º n.º 1 da Carta da ONU).
3. Estrutura do Estado e suas relações externas.
4. Reconhecimento de Estado e de Governo. Sucessão.
5. Território sem governo próprio. Mandato. Tutela.
6. Personalidade das organizações internacionais.
7. Empresas estatais, bi ou multinacionais. Associação internacional de empresas privadas.
8. Indivíduos: Personalidade e responsabilidade internacional.

VI — Atos Jurídicos Internacionais

1. Atos unilaterais. Acordos bi e multilaterais. Tratado-lei e tratado-contrato. Terminologia.
2. Prática dos Estados. Convenções sobre o Direito dos Tratados. (Viena, 1969 e subseqüentes).
3. Capacidade de celebrar tratados. Estado, Organização internacional e outros sujeitos.
4. Consentimento, objeto e forma. Nulidade.
5. Negociação, aprovação, ratificação, adesão, vigência e registro.
6. Reservas. Interpretação, execução e efeitos.
7. Incorporação ao direito interno.
8. Revisão, denúncia e terminação.

VII — Direitos e Deveres do Estado

1. Independência. Auto-determinação.
2. Exercício da competência, inclusive jurisdicional.
3. Igualdade jurídica.
4. Legítima defesa.
5. Não-intervenção e ação coletiva.
6. Direitos e deveres econômicos. Comércio e matérias-primas.

7. Cooperação internacional. Ajuda econômica e assistência técnica. Saúde, alimentação, educação e outros organismos especializados.
8. Repressão da criminalidade e do tráfico de entorpecentes. Preservação do meio ambiente e outros deveres.

VIII — Competência do Estado:

1. Fatores determinantes: espaço, pessoas e outros. Âmbito da eficácia territorial de norma interna. Espaços excluídos da competência privativa dos Estados.
2. Elementos do território. Natureza da autoridade do Estado sobre cada elemento. Atos de império.
3. Território terrestre. Estabelecimento e perda de competência. Limites. Zonas polares e outras áreas internacionalizadas.
4. Território equóreo. Mar territorial. Zona contígua. Plataforma continental.
5. Alto Mar. Competência relativa à navegação, pesca, outras utilizações econômicas e cabos submarinos. Testes nucleares e usos bélicos. Fundo do mar e subsolo marítimo.
6. Território aéreo. Competência relativa ao espaço aéreo não abrangido nos territórios estatais.
7. Espaço exterior e corpos celestes. Internacionalização. Tratado de 1967.
8. Competência extraterritorial, pessoal ou por outro título.

IX — Órgãos das Relações Interestatais:

1. Chefe de Estado. Atribuições do Executivo, do Legislativo e do Judiciário.
2. Ministério das Relações Exteriores e outros órgãos.
3. Relações e imunidades diplomáticas. Convenção de Viena, 1961.
4. Conferências de plenipotenciários. Diplomacia parlamentar. Normas e técnicas.

5. Relações consulares. Convenção de Viena, 1963.
6. Bens e serviços do Estado no exterior. Doutrina dos Atos de Estado.
7. Organizações internacionais e suas relações com Estados e outros sujeitos.
8. Imunidades e privilégios das organizações internacionais.

X — Proteção Internacional dos Direitos Humanos

1. Distinção entre homem e súdito. Defesa de nacionais e estrangeiros contra abusos do Estado. Meios de proteção interna.
2. Cartas da ONU e OEA. Declarações Americana e Universal.
3. Tratado de Roma, 1950 e protocolos adicionais. Carta Social da Europa. Pactos aprovados pela ONU em 1966.
4. Protocolo de Buenos Aires, 1967 (arts. 51, 112 e 150). A CIDH. Convenção Americana sobre Proteção de Direitos Humanos.
5. Órgãos de execução. Esgotamento dos recursos da jurisdição interna. Natureza supletiva da proteção internacional.
6. Direito de petição e acesso a jurisdição internacional.
7. Convenções especiais. Genocídio. Direitos da mulher. Escravidão e trabalho forçado. Discriminação. Asilo e outros.
8. Proteção do trabalhador. As Convenções da OIT.
9. Relação entre direitos humanos, democracia representativa, regimes políticos distintos e segurança coletiva.

XI — Responsabilidade Internacional

1. Fundamentos: dever de reparar, abuso de direito ou teoria da boa-fé. Trabalhos da CDI da ONU.
2. Ação ou omissão violadora do Direito Internacional. Atos do Legislativo, Judiciário e fatos particulares.
3. Imputabilidade. Causas excludentes da responsabilidade.

4. Denegação de justiça, negligência e violação de direito adquirido.
5. Proteção diplomática. Reclamação, esgotamento dos recursos internos.
6. Danos causados à biosfera. Poluição dos mares, rios internacionais, atmosfera terrestre e espaço exterior. Uso nocivo da energia nuclear e outros meios.
7. Reparação do dano.
8. Responsabilidade das organizações internacionais.

XII — Comunicações Internacionais

1. Vias terrestres, fluviais, marítimas e aéreas. Liberdade de circulação e comunicação. Direito de passagem inofensiva.
2. Convenções sobre circulação por rodovia e ferrovia.
3. Principais convenções sobre rios, canais e estreito internacionais. Tratados e legislação do Brasil.
4. Navios e instalações marítimas. Regime da navegação.
5. Aeronaves. Convenção de Chicago, 1944 e as posteriores. OACI.
6. Artefatos e naves espaciais. Assistência a astronauta. Responsabilidade pelo lançamento e queda. Convenções.
7. Convenções sobre telecomunicações e de participação de frequências. Satélites de comunicação. INTELSAT e outros consórcios.

XIII — Solução Pacífica das Controvérsias

1. Controvérsia jurídica e conflito político. Distinção.
2. Negociação, bons ofícios e mediação.
3. Investigação e conciliação.
4. Solução através de organização internacional.

5. Arbitragem de controvérsia entre Estados. Natureza e processo. Efeitos do laudo. Convenções vigentes.

Convenções vigentes. Controvérsia entre Estado ou entidade estatal e particulares. Comércio exterior e inversões econômicas. Institucionalização da arbitragem internacional.

6. Solução judiciária. Corte Internacional de Justiça. Art. 92 a 96 da Carta da ONU. Estatuto anexo.
7. Competência contenciosa e consultiva da CIJ. Cláusula facultativa. Processo. Execução das decisões.
8. Outras cortes internacionais.

XIV — Segurança Coletiva e Uso da Força

1. Renúncia ao direito à guerra (**jus ad bellum**). Interdição do uso da força (art. 2.º n.º 4 da Carta da ONU). Definição de agressão.
2. Segurança internacional. Ameaça à paz. Medidas não coercitivas (arts. 39 a 41). Emprego de forças aéreas, navais ou terrestres (art. 42 a 50).
3. Legítima defesa. Conceito de ataque armado. Limite ao exercício da defesa (Art. 51).
4. Organismos regionais à ação coletiva (arts. 52 a 54).
5. Casos de uso da força pela ONU. As operações preventivas ou asseguratórias da paz. Custeio e aplicação do art. 19 da Carta. Força Interamericana da Paz.
6. Interdição de certos meios de ataques. Pessoas e locais protegidos (**jus in bello**). Conflitos armados internacionais. Lutas civis internacionalizadas. Conflitos internos: a guerra subversiva.

Convenções da Haia e de Genebra. O problema das violações e das represálias.

7. Naturalização. Espécie. Condições. Processo. Efeitos. Revogação.
8. Perda da nacionalidade. Reaquisição da nacionalidade. Pluralidade e ausência de nacionalidade.
9. Nacionalidade e Serviço Militar no direito brasileiro. Serviço Militar dos brasileiros residentes no Brasil e no estrangeiro. Casos de conflitos da nacionalidade. Fraude à lei. Nacionais no serviço estrangeiro e estrangeiros no serviço nacional.
10. Domicílio. Aquisição. Domicílio necessário. Domicílio de origem. Domicílio voluntário. Domicílio especial. Prova de domicílio. Pluralidade e falta de domicílio. Residência.
11. Autonomia da vontade. Outros elementos de conexão: território, foro, religião, raça, etc. Efeitos da mudança dos elementos de conexão.
12. Condição dos estrangeiros no Brasil. Entrada no território nacional. Imigração. Facilidades e restrições. Recursos administrativos e judiciários. Expulsão. Casos. Processos. Recursos. Efeitos.
13. Direitos e deveres dos estrangeiros em geral. Direitos políticos, direitos públicos não políticos e direitos privados.
14. Regime especial das pessoas jurídicas de direito público e de direito privado. Nacionalidade. Domicílio. Reconhecimento.
15. Aplicação da lei estrangeira. Conhecimento e prova da lei estrangeira. A ordem pública. A fraude à lei. A teoria dos direitos adquiridos.
16. Direito Civil internacional. Personalidade. Capacidade de direito. Capacidade de fato. Luta entre os princípios da nacionalidade e do domicílio. Solução do direito brasileiro.
17. Atos jurídicos. Vícios de consentimento. Forma. Prescrição.

7. Implicações sobre a neutralidade. Direitos dos beligerantes e neutros.
8. Armas nucleares. Tratado de Moscou, 1963 sobre explosões. Proscrição das armas nucleares. Tratado do México, 1967. Tratado de Não-Proliferação, 1968. Salvaguardas. Desarmamento geral e completo: requisitos de viabilidade jurídica.
9. Terrorismo internacional. Prevenção e repressão. Convenções e projetos.

DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

1. Apresentação e solução dos conflitos de leis no espaço. Direito Internacional Privado e Direito Intertemporal. Conflitos legislativos internacionais, interestaduais etc. Direito Internacional Privado. Direito Uniforme e Direito Comparado.
2. Fontes especiais do DIP: internacionais e internas. Relevância da jurisprudência e da doutrina. Conflitos entre as diversas fontes. Natureza das normas do DIP. Regras unilaterais e bilaterais.
3. Divergência espacial de normas do DIP, teorias da renúncia e da devolução e divergência temporal das normas do DIP.
4. Território. Conceito e espécies. Conflitos na respectiva determinação. Antiga extraterritorialidades. Modificações territoriais.
5. Conflitos de qualificação. Dos elementos de conexão. Conflitos sobre sua determinação.
6. Nacionalidade. Princípios gerais. Nacionalidade, cidadania e naturalidade. Espécies de nacionalidade. Pessoas naturais. Nacionalidade de origem. Aquisição. Lugar do nascimento. Filiação combinada com serviço público, residência e opção. Opção inconstitucional — Direito intertemporal — irrelevância do casamento. Prova da nacionalidade de origem. Ação declaratória.

18. Direito de Família. Conflitos de leis pessoais. Do casamento. Impedimentos. Forma.

19. Do casamento consular.

20. Efeitos pessoais e patrimoniais do casamento.

21. Desquite, divórcio e anulação de casamento.

22. Relações jurídicas entre pais e filhos. Constituição, efeitos e extinção ou suspensão. Alimentos. Tutela e Curatela. Proteção social dos incapazes.

23. Direito das Coisas. Direito das Obrigações. Substância e efeitos. Modalidades da execução. Da cláusula ouro. Das dívidas em moeda estrangeira simples e "aparentes". Dívidas em moedas estrangeiras e taxa de conversão.

24. Direito das sucessões. Testamentos. Do testamento consular.

25. Direito marítimo e aéreo internacional.

26. Direito Penal Internacional. Territorialidade e extraterritorialidade das leis penais.

27. Direito processual civil internacional. Competência. Forma do processo. Rogatórias. Homologação de sentenças estrangeiras.

28. Da cooperação internacional nos processos criminais. Da extradição internacional.

ORGANIZAÇÃO E MÉTODOS DE TRABALHO DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

I — Introdução ao Estudo das Teorias da Organização

II — Administração Pública:

- a) Organização administrativa federal.
- b) O Decreto-lei 200/67 e suas alterações.

III — Ministério das Relações Exteriores

a) Organização:

1. Secretaria de Estado: estrutura e competência dos diversos órgãos.
2. Missões diplomáticas: categorias, competência.
3. Repartições Consulares: categorias, competência.

b) Pessoal:

1. Diplomacia: legislação, deveres e funções.
2. Oficial de Chancelaria: legislação, deveres e funções.
3. Funcionários administrativos, auxiliares locais: legislação, deveres e funções.
4. Cônsules Privativos e Honorários: legislação, deveres e funções.

c) Comunicações:

1. Regras gerais de correspondência oficial.
2. Andamento e trânsito de correspondência oficial.
3. Normas específicas de redação oficial.
4. Correspondência postal, telegráfica e serviço telex:
 - a) Memorando
 - b) Exposição de Motivos
 - c) Telegrama
 - d) Instruções
 - e) Ofício
 - f) Despacho
 - g) Aviso
 - h) Nota
 - i) Carta de Chancelaria
 - j) Carta de Gabinete
 - l) Carta
 - m) Circulares

IV — A Atividade Diplomática

- a) Introdução à teoria e prática da informação diplomática.
- b) Introdução à teoria e prática da representação diplomática.
- c) Introdução à teoria e prática da negociação diplomática.
- d) O papel do Secretário de Embaixada na atividade diplomática:

1. A assessoria ao chefe da Missão Diplomática: conceitos e definição do campo.
2. A atividade do Secretário em organizações multilaterais.
3. A atividade do Secretário como chefe ou subchefe de Setor Comercial: a diplomacia como elemento de apoio ao empresário nacional.
4. O Secretário de Embaixada e seu papel como Secretário-Executivo de Delegações brasileiras.

V — A Ética Diplomática

VI — O Diplomata e seu papel no processo de desenvolvimento econômico e social nacional:

- a) A identidade profissional;
- b) A eficácia diplomática;
- c) O dever profissional.

**CPCD
DIPLOMANDOS DE 1976**

AFONSO JOSÉ SENA CARDOSO — (Estado do Rio de Janeiro)
Prêmio Rio-Branco — Medalha de ouro, 1.º lugar. Licenciado em Letras (Português-Latim) pelo Centro de Estudos Universitários de Brasília (1974). “Proficiency Certificate in English” pela Universidade de Cambridge (1976).

ANTONIO JÚLIO CESÁRIO DE MELLO CIRAUDE — (Estado do Rio de Janeiro)

Aluno do 5.º ano de Bacharelado da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Coursou o 1.º ano de Português-Ingês, da Faculdade Santa Úrsula. “Certificat Pratique de Langue Française (1^{er} degré) — Université de Nancy” (1972). “Lower and Proficiency Certificates in English” pela Universidade de Cambridge (1970/1973).

ARTHUR VIRGÍLIO DO CARMO RIBEIRO NETO — (Estado do Amazonas)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Coursou até o 6.º período na Faculdade de Sociologia e Política da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Coursou até o 3.º período na Faculdade de Ciências Econômicas da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Membro da Ordem dos Advogados do Brasil — Seção Rio de Janeiro.

ÊNIO CORDEIRO — (Estado do Paraná)

Aluno do 5.º ano de Bacharelado da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Coursou o 1.º ano da Faculdade de Letras da Universidade Católica do Paraná (1971).

JOSÉ ANTONIO GOMES PIRAS — (Estado de Minas Gerais)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro — UERJ (antiga UEG). V período do Curso de Regência da Escola de Música da Universidade Federal do Rio de Janeiro (1976). “Certificat Pratique de Langue Française (1^{er} degré) — Université de Nancy II”. Coursou até o 5.º ano da Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa. Membro da Ordem dos Advogados do Brasil — Seção Rio de Janeiro.

JOSÉ ANTONIO MARCONDES DE CARVALHO — (Estado do Rio Grande do Sul)

Prêmio Rio-Branco — Medalha de prata, 2.º lugar. Aluno do 4.º ano de Bacharelado da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). “Certificate of Proficiency in English” pela Universidade de Michigan.

JOSÉ CARLOS DE ARAÚJO LEITÃO — (Estado do Rio de Janeiro)

Aluno do 5.º ano de Bacharelado da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). “Lower Certificate in English” pela Universidade de Cambridge.

LUIZ GILBERTO SEIXAS DE ANDRADE — (Estado do Rio de Janeiro)

Bacharel em Ciências Econômicas pela Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro (1974). 2.º Tenente IM-RNR — Marinha (1972).

MARCUS ANDRÉ ROUANET MACHADO DE MELLO — (Estado do Rio de Janeiro)

Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva — medalha de bronze, 2.º lugar no Vestibular. Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (1976). Coursou o 1.º ano de Filosofia (pura) na Faculdade de Filosofia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). “Certificat d'Études Françaises (5^{ème} degré) — Associação de Cultura Franco Brasileira. “The Six-Year Course in English” — IBEU. “Certificate of Proficiency in English” pela Universidade de Michigan. Coursou até o 2.º semestre de Língua Alemã no Instituto Cultural Brasil—Alemanha.

MARIA LUIZA NEVES RIBEIRO — (Estado de Minas Gerais)

Coursou até o 4.º período de Economia na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. “Certificate of Proficiency in English” pela Universidade de Cambridge. “Certificate of Proficiency in English” pela Universidade de Michigan. “Certificate of Operacional Competence in English — Southern Illinois University”. Certificado de Tradutor e Intérprete de Inglês pela Escola de Tradutores e Intérpretes de Minas Gerais (ETIMIG). Certificado de Habilitação em Francês pela Escola de Tradutores e Intérpretes de Minas Gerais (ETIMIG).

VICTOR MANSO DE MELLO VIANNA — (Estado do Rio de Janeiro)

Coursou até o 4.º ano de Bacharelado na Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro — UERJ (antiga UEG) — 1969/72). Coursou o 1.º ano de Economia da “Université de Liège” — (1973/74).

BIBLIOTECA

Com a transferência do Instituto para Brasília, a verba destinada à aquisição do material bibliográfico foi, praticamente, toda utilizada lá, tendo sido adquiridas, no Rio, apenas 11 obras, num total de 43 volumes e 2 folhetos. Quanto às doações, na sua maioria feitas pelo IPEA e Escola de Guerra Naval, foram em número de 51 obras, totalizando 73 volumes e 5 folhetos.

AQUISIÇÃO

Origem	Obras	Volumes	Folhetos	Total
Compra	11	43	2	56
Doação	51	73	5	129
TOTAL	62	116	7	185

A Biblioteca manteve colaboração com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (antigo IBBD) enviando fichas das obras catalogadas ao Catálogo Coletivo Nacional de Livros.

O Serviço de Empréstimo, além de atendimento aos habituais usuários (alunos e professores), foi utilizado por pesquisadores diversos, bem como candidatos inscritos no concurso vestibular para o ingresso na Carreira de Diplomata.

Em meio às atividades de rotina, deu-se início, em março, à transferência do acervo para a Biblioteca Geral do Ministério em Brasília, com o envio de aproximadamente 1.000 volumes.

Em outubro, foram transferidos outros 1.810 volumes, sendo que para esta segunda etapa foi elaborado um trabalho de reclassificação das obras, conforme o sistema adotado naquela Biblioteca. A partir de então, vem-se efetuando a reclassificação das obras ainda existentes no Rio, que constituem a maior parte do acervo da Biblioteca.

ANEXOS

**TEXTOS DAS PROVAS DO
EXAME VESTIBULAR**

**TEXTO DAS PROVAS VESTIBULARES INICIAIS RELATIVAS
AO EXAME VESTIBULAR PARA O ANO LETIVO DE 1976**

PORTUGUÊS

Duração da prova: 4h30m.

A — Redação

Valor: 60 pontos.

Discorra sobre o seguinte tema:

“A Educação é a mais Eficaz das Heranças”

Observação: Esta redação deverá ter a extensão de 450 a 600 palavras. Tem como finalidade essencial aferir a capacidade de expressão clara e correta em língua portuguesa. Destina-se também a apurar o grau de maturidade do candidato através da interpretação pessoal do tema. Não pretende verificar conhecimento técnico especializado.

B — Resumo

Valor: 40 pontos.

Resuma o texto a seguir.

Observação: O candidato deverá utilizar-se dos seus próprios recursos expressivos, evitando repetir frases do texto.

Pode-se falar numa sociologia do açúcar? O autor deste ensaio é dos que pensam que sim. Se não há — pode haver e,

a seu ver, estaria já em formação — uma sociologia do açúcar, como pode haver, ou já haveria em potencial, uma sociologia do trigo, outra do vinho, ainda outra da mandioca. Todo produto que seja a base de um complexo sócio-cultural de vida e de conveniência humana é susceptível de servir de objeto a uma sociologia especializada no seu estudo. (...)

A civilização do açúcar começou a desenvolver-se no Brasil favorecida pelo início de uma fase revolucionariamente nova — acentua-se mais uma vez — de relações comerciais entre continentes, até o século XVI — o século desse começo ou desse início — quase isolados uns dos outros. O próprio comércio de escravos — tão ligado à economia brasileira do açúcar — ao fazer-se de modo sistemático, das Áfricas para as Américas — precedido, aliás, por um tráfico nada insignificante do Norte da África e da Guiné para a Península Ibérica: tráfico, a certa altura, estimulado pelo próprio Infante Dom Henrique por motivos cristianizantes, acrescentados aos de interesse sócio-econômico — foi para o que, de algum modo, concorreu para beneficiar. Com efeito, de tal modo favoreceu esse tráfico um intercuro cultural, ao lado do étnico, entre regiões até então tão separadas, como se não fossem parte do mesmo conjunto humano, que passou a significar novo período nas relações inter-humanas, inter-raciais e interculturais. Daí não ser possível ao historiador-sociólogo ou ao antropólogo de hoje, mais esclarecido na sua visão de tempos sociais e de fenômenos culturais, deixar de ver, nessa época e nesse fenômeno, aspectos positivos, ao lado dos negativos, do ponto de vista do desenvolvimento humano através daquela variedade de contatos de diferentes e até de cruzamento de antagonismos que quase sempre resulta em vantagens para o mesmo desenvolvimento: mesmo quando se tem verificado em consequência de guerras de conquistas ou de submissão de homens a outros homens por meio do trabalho escravo.

Mas não foi só essa variedade de contatos humanos que a Revolução Comercial — Comercial e já Industrial — favore-

ceu, a partir do século XVI, alcançando, com esse favor, a civilização que desde então teve seu começo em terras brasileiras com o cultivo da cana e a indústria e o comércio do açúcar. Outros intercursos foram favorecidos ou estimulados ou ampliados.

É considerável o número de vegetais e de animais úteis, valiosos, que, juntamente com colonizadores europeus e escravos africanos, foram desde então, ou em anos posteriores, introduzidos no Brasil: sobretudo no Brasil econômico e socialmente mais apto a recebê-los e a deles se utilizar, e que era o Brasil açucareiro. Entre os animais, o boi, a galinha e a cabra, o carneiro, o pato, o cavalo — desde logo tão ligados à economia dos engenhos patriarcais de açúcar estabelecidos no Brasil. Também desde logo, ou em anos posteriores, foram transplantedos para o Brasil a uva, o trigo, a cebola, a alface, a alfafa, a canela, a laranja, o dendê.

Pode-se sugerir ter sido principalmente à sombra das casas grandes patriarcais dos primeiros engenhos brasileiros de açúcar que se iniciou o aproveitamento, para o que se constituiria no Brasil, em Portugal e na Espanha, com transbordamentos noutras áreas, numa opulenta culinária e numa opulenta e variada doçaria eurotropicais, da mandioca, do milho, da banana, do tomate, do feijão de corda, do peru, além de peixes e crustáceos de novos e, para os europeus, exóticos — deliciosamente exóticos — sabores.

Não só a culinária e a doçaria assim começaram a se enriquecer, beneficiadas por toda uma variedade de novos intercursos humanos e de novos contatos culturais, à sombra da civilização desde o século XVI em desenvolvimento no Brasil: também outros requintes passaram a caracterizar o sistema sócio-econômico das casas-grandes completadas pelas senzalas, nas terras de cana-de-açúcar. Daí as vantagens desse sistema auto-colonizador das áreas de cana-de-açúcar se comunicariam a outras áreas: à do cacau, à do gado, à do algodão e, notadamente, à do café. Foram essas áreas beneficiadas pelo mesmo

sistema, tornado possível pela bem sucedida economia do açúcar. Seriam, todas, numa América Portuguesa continuada por um Brasil precocemente nacional nas suas características de **ethos**, de vida e de cultura, formas de cultura de uma mesma origem. Entre elas, a própria arquitetura das casas-grandes que pode e deve ser considerada expressão básica e original da civilização brasileira do açúcar, representando um tipo arquitetônico e ecológico funcional, eurotropical, a que ainda hoje recorrem arquitetos do feitio mais arrojadamente moderno como Oscar Niemeyer para suas construções neste gênero — a arquitetura doméstica adaptada a constantes preferências brasileiras, de vida íntima, e de convivência familiar e harmonizada com uma ecologia tropical. Mas também o móvel — a começar pela rede, logo adotada pelos senhores de engenhos nos seus alpendres e hoje, como outrora, válida, higiênica, funcional; o móvel sólido — desde o mais decorativo, mas sempre funcional, de sala de visita e de sala de jantar, feito com as excelentes madeiras da terra — o jacarandá, o vinhático, o conduru — até o mais íntimo, como a gamela para o banho, tomado, na civilização brasileira do açúcar, diário, e realizado tanto nos rios, à maneira indígena, como dentro das camarinhas, com as mucamas lavando as sinhazinhas e os meninos, perfumando-os, penteando-os, tirando-lhes os bichos dos pés, dando-lhes — nas sinhazinhas como também nos próprios sinhôs e nas próprias sinhás — os cafunés que o sociólogo francês Roger Bastide ligaria, em páginas admiravelmente lúcidas, ao que a civilização patriarcal brasileira, iniciada com a lavoura de cana e o fabrico do açúcar, desenvolveria de sensual, de voluptuoso, de requintadamente erótico, na sua sexologia familiar.

Isto, sem termos destacado, até aqui, os aspectos menos materiais, ou menos ostensivamente físicos, das características de uma civilização de novo tipo como as que, quase sem se deter numa condição passivamente colonial, passou a tomar, no Brasil, a cultura aqui fundada pelos portugueses. Cultura desde o século XVI iniciada menos como reflexo de uma iniciativa

estatal de reis ou teocrática, da Igreja ou de bispos ou de abades, que à sombra, principalmente, das casas-grandes dos engenhos patriarcais, de açúcar, com reis, bispos, abades, Jesuítas, Franciscanos, como seus valiosos contribuintes. Porque se considerarmos, mesmo de passagem, esses significativos aspectos, tocaremos num mundo de valores que, através da repercussão da civilização brasileira do açúcar, isto é, das áreas por ela inicialmente dominadas — a de São Vicente, a de Pernambuco e adjacências, a do Recôncavo baiano e adjacências, a do Maranhão — noutras áreas, se tornaria parte da civilização brasileira gestaltianamente total: a já percebida, por observadores estrangeiros, dentre os mais argutos, desde o século XIX, como uma cultura diferenciada européia. Civilização que já se apresenta, neste fim de século XX, dotada de originalidades que antropólogos, sociólogos e historiadores brasileiros de agora vêm identificando e salientando em estudos reconhecidos como cientificamente válidos e humanisticamente valiosos por vários dos seus colegas estrangeiros, dentre os mais idôneos: um Roger Bastide, por exemplo. Um Helmut Schelsky. Um Roland Barthes. Um Silvio Zavala.

É uma civilização, à brasileira, saída dos grandes arrojos Bandeirantes sem os quais não teria o Brasil adquirido sua vastidão em espaço físico, por um lado. Mas, por outro lado, resultado do ânimo, ao mesmo tempo pioneiro e consolidador, dos fundadores de economia e da sociedade açucareiras. Arrojos e ânimos esses, que, desde o início, deram à formação brasileira o caráter de uma empresa colonizadora, de portugueses ou de hispanos, completada pela autocolonização, de pré-brasileiros: os Bandeirantes e os fundadores — num litoral desde o século XVI em constante expansão para o interior mais úmido — de uma agricultura de cana e de um fabrico de açúcar que nunca tinham sido empreendidos e desenvolvidos em tão grande escala e com tão complexas conseqüências. Inclusive conseqüências — voltemos a este ponto de ordem cultural não-material.

Dentre essas conseqüências, saliente-se a de ter a civilização do açúcar criado, paradoxalmente, no Brasil, uma sociedade em que às tendências não só aristocráticas como hierárquicas, se juntaram — até certo ponto, anulando-os — processos democratizantes. Processos democratizantes representados principalmente por várias formas de contatos como que românticos entre os componentes hierárquicos — classicamente hierárquicos — da mesma sociedade. Processo de miscigenação, no plano biológico, e de interpenetração de culturas, no plano sociológico. Daí conseqüências de ordem esteticamente cultural terem-se acrescentado às de caráter apenas biológico, ou físico, ou sensual, criando, no Brasil, aquela tendência para a exaltação de um tipo moreno de beleza feminina — espécie de ressurgimento do mito português da princesa moura — responsável, desde o século XVI, por ligações como as do fidalgo Jerônimo de Albuquerque — um dos primeiros senhores de engenhos pernambucanos — com a princesa ameríndia Maria Arcoverde. Ligações de brancos com ameríndios às quais se juntariam, à sombra dos engenhos de açúcar, as de brancos com mulheres de sangue africano: algumas, no decorrer do tempo, elevadas a sinhadas de casas-grandes.

Compreende-se que em torno do complexo **sinhá**, (sinhá, sinhadona, sinhazinha) — criado pela civilização brasileira de açúcar — tenha se desenvolvido, no Brasil, na língua portuguesa, um como culto cavalheiresco, trovadoresco, lírico, estético e não apenas sensual, da mulher; e dentro desse culto, uma exaltação, muito expressivamente brasileira, da mulher morena, embora, ao lado dessa exaltação, não tenham faltado homenagens líricas e estéticas às “virgens louras” ou às “pálidas donzelas”. O lirismo em língua portuguesa — gênero literário tão dessa língua — enriqueceu-se com expressões desse culto. Um culto característico da idealização e da romantização da mulher que se desenvolveu, quer à sombra das casas-grandes patriarcais ou dos salões dos sobrados das aristocracias açucareiras e, nesses casos, através da poesia erudita dos Maciel Monteiro e dos Castro Alves e do romance, também erudito,

dos Macedo e dos José de Alencar, quer, plebeiramente, na poesia popular, na literária oral, no folclore. É um culto, o da mulher, originário, em grande parte, da civilização do açúcar. Tal exaltação da graça, da beleza, da própria feminilidade da mulher é, ainda hoje, característica do **ethos** e da cultura total do brasileiro. No momento, esse culto revive com a tendência geral, no Ocidente, para corrigir-se o excesso de sexualidade apenas biológica ou animal que vinha se generalizando, entre ocidentais, com um como regresso à romantização do amor. De onde estar em voga nova onda de idealização da figura brasileira da sinhazinha de casa-grande de engenho de açúcar.

(FREYRE, Gilberto. **A Presença do Açúcar na Formação Brasileira**. Instituto do Açúcar e do Alcool.)

FRANCÊS

Duração da prova: 4h30min.

A — Rédaction

Valeur: 60 points.

Minimum: 400 mots.

Depuis Gutenberg existe une civilisation de l'écrit; mais, depuis le début de ce siècle, est née une civilisation de l'image. Évaluez la part qui revient dans votre vie à l'une et à l'autre forme d'expression.

B — Thème

Valeur: 40 points.

Traduire en français:

LONDRES, 1952: UM DIA DE POLUIÇÃO

Londres, 4 de dezembro de 1952 — A cidade amanheceu mergulhada num espesso nevoeiro, bem mais denso do que

o de costume. Os ônibus andavam a pouco mais de três quilômetros por hora, tão devagar quanto um homem em marcha lenta: os cobradores iam na frente, indicando o caminho aos motoristas. Os automóveis formavam comboios que se arrastavam lentamente pelas ruas.

Nada disso, naquela manhã, perturbou a serenidade britânica. Nem mesmo um pato que, voando às cegas, chocou-se contra o telhado de Victoria Station, a maior e mais movimentada estação ferroviária da capital inglesa, e foi cair lá dentro, no meio da multidão de passageiros imobilizados pelo atraso dos trens. Mas o dia foi-se passando sem que o nevoeiro cedesse. E, à noite, uma corrida de cães teve de ser interrompida: logo depois da partida, os cachorros que deveriam perseguir um coelho dispersaram-se em várias direções, perderam-se no meio do nevoeiro. E a ópera *La Traviata*, em cartaz no famoso teatro Sadlers Well, não chegou ao final do primeiro ato, pois o fog penetrou na platéia e invadiu o palco, como um intruso personagem, tomando conta do espetáculo a ponto de não ser possível aos cantores enxergar o maestro.

Revista Realidade — Outubro 1975.

INGLÊS

Duração da prova: 4h30min.

A — Composition

Value: 60 marks.

Discuss the following subject in a composition of not less than 400 words:

“More Attractive Cultural Aspects in Brazil”

B — Translation

Value: 40 marks.

Quanto mais anos vivo, mais quero viver, maior o meu amor. Nem as tristezas, nem as decepções, nada impede que a minha alegria renasça sempre, enquanto os anos a viver diminuem sempre. Tudo é bom, pesares de envolta com prazer. Os olhos fechados na mocidade vão-se abrindo à aproximação da velhice, deslumbrando-se sempre com a revelação de um mundo que não tinha visto antes: uma folha verde, uma pedra branca no caminho, o vento nas árvores, um efeito de luz, tudo é precioso, motivo de encantamento, descoberta de uma felicidade a mais.

Recostada na cama, na penumbra do quarto, olho o corredor, metade meio sombria, metade clareada pela luz que entra através da vidraça da porta da sala, iluminando a parede e a estante, pintadas de branco. Olho, olho, não me canso de olhar o jogo de luz e sombra no corredor, a paz que se desprende de aposentos tão familiares à minha vista. Tudo é bom, íntimo, na minha vida. Levanto-me e caminho pelo apartamento todo, lentamente, olhando com carinho cada objeto adquirido por mim ou por N., devagarinho e com muito amor: os móveis, os santos. A história da compra de cada um (...), a santa de cima da cômoda, comprada aos poucos numa galeria da rua da Assembléia, entre risos e cochichos meus e de N., verificando se o dinheiro que tínhamos dava para aquela loucura (...). O São Sebastião, que precisou de um táxi para carregá-lo até em casa, tão grande era. O susto da mamãe quando nos viu descer do carro (...):

— Que menino é este que vocês estão trazendo aí?

Adaptado de Vida de Maria Helena Cardoso

**TEXTO DAS PROVAS VESTIBULARES FINAIS RELATIVAS
AO EXAME VESTIBULAR PARA O ANO LETIVO DE 1976**

HISTÓRIA DO BRASIL

Duração da prova: 4 hs. e 30 min.

Parte A — Dissertação

A Inglaterra e o reconhecimento da Independência do Brasil.

Valor: 40 pontos

Roteiro: 5 pontos

Desenvolvimento: 35 pontos

Parte B — Pequenas Dissertações

1. O positivismo e a proclamação da República.
2. A política econômica a partir do Movimento de 1964.
3. Causas da Confederação do Equador.

Valor de cada questão: 20 pontos

Extensão: máximo de 30 linhas.

GEOGRAFIA

Duração da prova: 4 hs. e 30 min.

Parte A — Dissertação

Limitações e potencialidades do quadro natural do Brasil.

Valor: 40 pontos.

Parte B — Pequenas Dissertações

1. Condicionantes naturais e organização espacial da economia na região nordeste dos Estados-Unidos.
2. Cite três problemas atuais da agricultura latino-americana.
3. Registra-se tendência estatística à mudança na estrutura etária da população brasileira, caracterizada por ligeira redução da proporção de jovens. Analise as repercussões dessa tendência.

Valor: 20 pontos cada questão.

Extensão: 20 linhas.

HISTÓRIA MUNDIAL

Duração da prova: 4 hs. e 30 min.

Parte A — Dissertação

A Guerra Fria, de 1947 a 1961: origens, características e conflitos.

Valor: 40 pontos

Roteiro: 5

Desenvolvimento: 35 pontos

Parte B — Pequenas Dissertações

1. Características econômicas, financeiras e técnicas da Revolução Industrial.

2. Causas políticas da Primeira Guerra Mundial.
3. Cooperação interamericana após 1945: principais exemplos.

Valor: 20 pontos cada uma

Extensão: máximo de 30 linhas

DIREITO

Duração da prova: 4 hs. e 30 min.

Parte A — **Dissertação**

DOMICÍLIO

Valor: 40 pontos

Extensão: máximo de 30 linhas

Parte B — **Pequenas Dissertações**

1. Qual o princípio básico da responsabilidade civil em nosso direito?
2. Em que consistem os contratos bilaterais?
3. Quais os requisitos atuais do desquite por mútuo consentimento?

Valor: 20 pontos cada questão

Extensão: 15 linhas.

Observação: É facultada a consulta a legislação não comentada.

TEXTO DAS PROVAS VESTIBULARES INICIAIS RELATIVAS AO EXAME VESTIBULAR PARA O ANO LETIVO DE 1977

PORTUGUÊS

Duração da prova: 4h30min.

A — **Redação**

Valor: 60 pontos.

Discorra sobre o seguinte tema:

“A Língua como Fator de Unidade Nacional”

Obs.: Esta redação deverá ter a extensão de 450 a 600 palavras. Tem como finalidade essencial aferir a capacidade de expressão clara e correta em língua portuguesa. Destina-se também a apurar o grau de maturidade do candidato através da interpretação pessoal do tema. Não pretende verificar conhecimento técnico especializado.

B — **Resumo**

Valor: 40 pontos.

Resuma o texto a seguir.

Obs.: O candidato deverá utilizar-se dos seus próprios recursos expressivos, evitando repetir frases do texto.

... A comparação, tantas vezes feita, entre o americanismo de Rio-Branco e o de Joaquim Nabuco, só pode ser colocada num plano acidental. Pois as diferenças estavam nas nuances, nos pormenores, talvez nas palavras, tudo se explicando,

aliás, pelo que havia de diverso nas personalidades do Ministro e do Embaixador. A exuberância e o entusiasmo do pan-americanismo de Nabuco vinham do seu temperamento idealista, da sua capacidade de entregar-se todo a uma causa e a ela dedicar-se até às últimas conseqüências. A sobriedade do pan-americanismo de Rio-Branco, por outro lado, representava uma expressão do seu temperamento realista, da sua tendência a não fixar os problemas como valores absolutos, do seu processo interior de dar uma medida às coisas para dominá-las com mais segurança. Além disso, para Joaquim Nabuco, o pan-americanismo era a idéia principal — a idéia exclusiva, poder-se-ia acrescentar — da sua obra de embaixador; podia concentrar-se mais extensamente e agir mais entusiasticamente porque visava a um só fim, uma só direção. O seu pan-americanismo era bem aquele que se podia desejar de um embaixador empolgado por uma idéia que não tinha apenas caráter político, mas também sentimental e cultural. Para Rio-Branco, ao contrário, o pan-americanismo constituía uma só das idéias — embora fundamental — da sua obra de Ministro; não podia dedicar-se exclusivamente a ela, porque da sua posição tinha que fixar o conjunto da política externa e atender à variedade e complexidade dos problemas e situações. O seu pan-americanismo, por isso, era bem aquele que se podia esperar de um Ministro obrigado a orientar as suas idéias segundo um caráter rigorosamente político.

Dissera Joaquim Nabuco:

“Para mim a doutrina de Monroe... significa que politicamente nós nos desprendemos da Europa tão completamente e definitivamente como a lua da terra. Nesse sentido é que sou Monroísta.”

Rio-Branco, ao contrário, desejava que o monroísmo, como princípio particular de política americana, não representasse uma separação da Europa. Parecia-lhe que no Velho Continente estava uma civilização de que não se deviam desligar as nações jovens, os países ainda em período de crescimento.

Aproveitou, por isso, o próprio ambiente da Terceira Conferência Americana para fazer o elogio da Europa e lembrar o que lhe devíamos nos planos da política, da economia e da cultura:

“Nações ainda novas, não podemos esquecer o que devemos aos formadores do capital com que entramos na concorrência social. A própria vastidão dos nossos sertões, em grande parte desertos, inexplorados alguns, e a certeza de que temos recursos para que neste continente viva com largueza uma população dez, vinte vezes maior, nos aconselhariam a estreitar cada vez mais as relações de boa amizade, a procurar desenvolver as de comércio com esse inexaurível viveiro de homens e fonte prodigiosa de energias fecundas que é a Europa. Ela nos criou, ela nos ensinou, dela recebemos incessantemente apoio e exemplo, a claridade da ciência e da arte, as comodidades da sua indústria e a lição mais proveitosa do progresso.”

A verdade, porém, é que coincidiam a política americana de Rio-Branco e a política tradicional dos próprios Estados Unidos. Tanto a diplomacia dos Estados Unidos como a de Rio-Branco se mostravam contrárias às ligas e alianças, suscetíveis de limitar a liberdade de ação. Tanto de uma como de outra era a idéia de que o princípio de Monroe devia ser flexível e plástico, sem outra obrigação absoluta que não fosse a defesa da independência e da integridade territorial dos países americanos. Em uma das instruções de Rio-Branco a Joaquim Nabuco havia, por exemplo, esta frase de caráter normativo:

“O nosso desejo é prender-nos o menos possível por compromissos.”

Da concordância dos Estados Unidos com a política americana de Rio-Branco tem-se confirmação neste trecho de um telegrama de Joaquim Nabuco:

“Declaração Vossência monroísmo (...) oferece base inteligência vossência com Root.”

O que se conclui, aliás, dos documentos e dos atos do Barão do Rio-Branco, é que, se ele fosse obrigado, por circunstâncias decisivas, a optar politicamente entre os Estados Unidos e a Europa, a sua escolha seria pelos Estados Unidos.

(LINS, Alvaro — **Rio Branco (O Barão do Rio-Branco) 1845-1912** — Livraria José Olympio).

FRANCÊS

Duração da prova: 4h30min.

A — Rédaction

Valeur: 60 points.

Minimum: 400 mots.

“Si vous aviez à définir notre siècle, dans ses problèmes et ses conquêtes, quelles caractéristiques dominantes choisiriez-vous?”

B — Thème

Valeur: 40 points.

Traduire en français:

O MILAGRE DAS CAIXINHAS

O Brasil consome uma média de quatro a cinco palitos de fósforos, **per capita**, por dia: um consumo total, diário, de 12 a 13 milhões de caixinhas. Esse mercado afirma desconhecer a ameaça de qualquer outro produto e se sente cada vez mais próspero, revigorado por inovações introduzidas nos últimos anos: as caixas maiores, para uso doméstico; as caixinhas menores, mais bem acabadas, com desenhos coloridos e temas humorísticos; as embalagens com marca pessoal ou propaganda comercial e as caixas de luxo, com reproduções de trabalhos de artistas famosos, preferidas dos colecionadores.

Exemplo talvez mais antigo da linha de produtos “use e jogue fora”, os fósforos guardam entre suas características a condição de um dos mais baratos artigos de consumo: o preço da caixinha, nos supermercados, não ultrapassa os 15 centavos, chegando a 30 ou 40 nos bares e botequins, onde freqüentemente, pelo seu baixo custo, substitui nos trocos a moeda divisória.

No Brasil, eles são sempre “de segurança”, o que quer dizer: por proibição legal, aqui não se fabricam os do tipo “riscam em qualquer lugar”, muito comuns, por exemplo, nos Estados Unidos. No caso brasileiro, os fósforos são a rigor a combinação palito-caixa. Sozinho, o palito não produz fogo: a chama só se dá quando há o atrito com a lixa da caixinha.

“Jornal do Brasil”
09 de maio de 1976.
Miriam Alencar.

INGLÊS

Duração da prova: 4h30min.

A — Composition

Value: 60 marks.

Discuss the following subject in a composition of not less than 400 words:

“Formation and Information in the Education System”

B — Translation

Value: 40 marks.

O IMPERADOR

Em caminho encontramos o Imperador, que vinha da Escola de Medicina. O ônibus em que fomos parou, como todos os

veículos; os passageiros desceram à rua e tiraram o chapéu, até que o coche imperial passasse. Quando tornei ao meu lugar, trazia uma idéia fantástica, a idéia de ir ter com o imperador, contar-lhe tudo e pedir-lhe a intervenção. Não confiaria esta idéia a Capitu. "Sua Majestade pedindo, mamãe cede", pensei comigo.

Vi então o Imperador escutando-me, refletindo e acabando por dizer que sim, que iria falar a minha mãe; eu beijava-lhe a mão com lágrimas. E logo me achei em casa, à espera, até que ouvi o barulho da cavalaria; é o Imperador! Toda a gente chegava às janelas para vê-lo passar, mas não passava, o coche parava à nossa porta, o Imperador apeava-se e entrava.

Grande alvoroço na vizinhança: "O Imperador entrou em casa de D. Glória! Que será? Que não será?" A nossa família saía a recebê-lo, minha mãe era a primeira que lhe beijava a mão. Então o Imperador, todo risonho, sem entrar na sala ou entrando, — não me lembra, os sonhos são muitas vezes confusos, — pedia a minha mãe que não me fizesse padre, — e ela, lisonjeada e obediente, prometia que não.

— A medicina, — por que não lhe manda ensinar medicina?

— Uma vez que é do agrado de Vossa Majestade...

— Mande ensinar-lhe medicina; é uma bonita carreira, e nós temos aqui bons professores. Nunca foi à nossa Escola? É uma bela Escola. Já temos médicos de primeira ordem que podem ombrear com os melhores de outras terras.

(Machado de Assis — DOM CASMURRO)

TEXTO DAS PROVAS VESTIBULARES FINAIS RELATIVAS AO EXAME VESTIBULAR PARA O ANO LETIVO DE 1977

HISTÓRIA DO BRASIL

Parte A — **Dissertação**

Política Externa do Brasil Republicano.

Valor: 40 pontos

Roteiro: 5 pontos

Desenvolvimento: 35 pontos

Parte B — **Pequenas Dissertações**

1. A Carta Constitucional de 1824.
2. A Questão Christie.
3. O Convênio de Taubaté.

Valor de cada questão: 20 pontos

Extensão: máximo de 30 linhas

GEOGRAFIA

Parte A — **Dissertação**

O Potencial Energético Brasileiro e seu Aproveitamento.

Valor: 40 pontos

Roteiro: 5 pontos

Desenvolvimento: 35 pontos

Parte B — **Pequenas Dissertações**

1. Em que bases geográficas repousa a unidade dos países platinos?
2. Caracterizar e comparar o crescimento demográfico dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos.
3. Geografia do minério de ferro no Brasil.

Valor: 20 pontos cada questão

Extensão: máximo de 30 linhas.

HISTÓRIA MUNDIAL

Parte A — **Dissertação**

As Relações Internacionais de 1870 a 1904 — contexto europeu e colonial.

Valor: 40 pontos

Roteiro: 5 pontos

Desenvolvimento: 35 pontos

Parte B — **Pequenas Dissertações**

1. O Caudilhismo na América Espanhola, no século XIX.
2. A década de 1930 na Europa: características políticas fundamentais.
3. As conseqüências econômicas da Paz de Versalhes.

Valor: 20 pontos cada questão

Extensão: máximo de 30 linhas.

DIREITO

Parte A — **Dissertação**

A Interpretação da Norma Jurídica; os Métodos Tradicionais. O Bem Comum, A Justiça Social, a Equidade. Condenação do Abuso de Direito.

Valor: 40 pontos

Extensão: 60 linhas

Parte B — **Pequenas Dissertações**

1. Caracterizar a propriedade por seus elementos.
2. Quais os requisitos da quitação?
3. Os diversos casos de casamento anulável.

Valor: 20 pontos cada questão

Extensão: 15 linhas

LEGISLAÇÃO

PORTARIA MINISTERIAL Nº 412, DE 25 DE JULHO DE 1975 (*)

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto n.º 71.534, de 12 de dezembro de 1972, e considerando o disposto no artigo 15 do mesmo decreto,

Resolve:

Aprovar as instruções e programas para o Exame Vestibular de 1975 ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, apresentados pelo Diretor do Instituto Rio-Branco.

O Diretor do Instituto Rio-Branco baixará, por Edital, as instruções e programas referidos, bem como os atos complementares que se fizerem necessários.

Brasília, em 25 de julho de 1975.

a) Antonio F. Azeredo da Silveira.

(Publicada no **Diário Oficial** de 30 de julho de 1975).

(*) Portaria relativa ao Exame Vestibular para o ano de 1976, iniciado em novembro de 1975.

CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA — EXAME VESTIBULAR

Edital

O Diretor do Instituto Rio-Branco faz público que estarão abertas, do dia 1.º de setembro a 31 de outubro de 1975, a) na sede do Instituto, Avenida Marechal Floriano, n.º 196, Rio de Janeiro, b) no Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, c) nas Reitorias das Universidades Federais do Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e Universidade de São Paulo, as inscrições para o Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, o qual obedecerá às instruções e aos programas aprovados pela Portaria Ministerial n.º 412, de 25 de julho de 1975, que acompanham o presente Edital.

É fixado em 30 (trinta) o número de vagas no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata a serem providas pelos candidatos aprovados no Exame Vestibular, os quais serão aproveitados de acordo com a ordem de classificação final.

Rio de Janeiro, em 28 de julho de 1975.

(Publicado no Diário Oficial de 30 de julho de 1975).

PORTARIA MINISTERIAL N.º 426, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1975

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, tendo em vista o que dispõe o artigo 6.º do Decreto número 68.885, de 6 de julho de 1971, e em virtude da competência que lhe foi delegada "ex vi" do Decreto número 75.350, de 4 de fevereiro de 1975, resolve:

Aprovar o Regulamento do Instituto Rio-Branco, que passa a ter a seguinte redação:

(Publicado no Diário Oficial de 2 de janeiro de 1976).

REGULAMENTO DO INSTITUTO RIO-BRANCO
DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

TÍTULO I

Das Finalidades

Art. 1.º O Instituto Rio-Branco, órgão do Ministério das Relações Exteriores, tem por finalidade:

- I — o recrutamento, a seleção e a formação de pessoal para a Carreira de Diplomata; e
- II — a execução de cursos de aperfeiçoamento ou especialização de servidores do Ministério das Relações Exteriores.

Art. 2.º Para preencher as suas finalidades, o Instituto Rio-Branco manterá os seguintes cursos:

- 1) Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD);
- 2) Curso de Aperfeiçoamento de Diplomata (CAD);
- 3) Curso de Altos Estudos (CAE);
- 4) Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização de Servidores do Ministério das Relações Exteriores.

§ 1.º O Instituto poderá realizar outros cursos, além dos acima mencionados, no interesse do Ministério das Relações Exteriores.

§ 2.º O Instituto organizará concursos de provas para ingresso direto na Carreira de Diplomata, sempre que as necessidades de recrutamento o exigirem.

TÍTULO II

Dos Cursos

Capítulo I

**DO CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA
DE DIPLOMATA**

Seção I — Dos Objetivos

Art. 3.º O Curso de Preparação à Carreira de Diplomata tem por objetivo a formação de candidatos à classe inicial do Grupo Diplomacia.

Seção II — Do Exame Vestibular

Art. 4.º A Admissão ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata se fará mediante aprovação em Exame Vestibular, para o qual o Ministro de Estado das Relações Exteriores determinará, por proposta do Diretor do Instituto Rio-Branco as matérias, os programas, os tipos, o caráter e o sistema de aferição das provas, bem como o calendário de sua realização.

Art. 5.º Para inscrição no Exame Vestibular requer-se do candidato que preencha formulário de dados pessoais, fornecido pelo Instituto Rio-Branco, e prove:

- a) ser brasileiro e atender o requisito do artigo 145, parágrafo único, da Constituição Federal; se casado com

pessoa de nacionalidade estrangeira, sua inscrição dependerá de autorização especial do Ministro de Estado das Relações Exteriores;

- b) contar, no mínimo, 19 e no máximo 30 anos de idade;
- c) ser eleitor;
- d) estar quite com as obrigações militares;
- e) ter bons antecedentes;
- f) ter concluído, pelo menos, o segundo ano, ou quarto período de curso de graduação em instituições de ensino superior reconhecida ou de Universidade estrangeira, neste caso desde que comprovada a equivalência de nível com os correspondentes estudos no Brasil.

Parágrafo único. Por ocasião da inscrição no Exame Vestibular, considerar-se-á preenchido o requisito da alínea "f" se o candidato apresentar atestado de matrícula no segundo ano ou terceiro período de curso de graduação de escola superior reconhecida; a apresentação do atestado de conclusão do segundo ano ou quarto período será, entretanto, condição essencial para a efetivação da sua matrícula no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

Art. 6.º O Exame Vestibular será realizado em duas fases. As provas vestibulares iniciais serão realizadas na Capital Federal, na sede do Instituto Rio-Branco e nas capitais de vários Estados da União; as provas vestibulares finais se efetuarão na cidade sede do Instituto Rio-Branco.

Art. 7.º Os candidatos habilitados nas provas vestibulares iniciais submeter-se-ão a exames de sanidade e capacidade física e psíquica e a avaliação dos costumes e conceito corrente.

§ 1.º Os exames de sanidade e capacidade física e psíquica ficarão a cargo de entidade oficial ou oficializada ou de junta médica de especialistas, à escolha do Diretor do Instituto.

§ 2.º A avaliação dos costumes e conceitos corrente será realizada por uma comissão de três membros designados pelo Diretor do Instituto, ouvido o Ministro de Estado das Relações Exteriores. A Comissão se louvará, para tanto, em elementos obtidos de autoridades oficiais e em entrevistas individuais com os candidatos.

§ 3.º A Comissão, com base nos resultados dos exames e da avaliação emitirá, a respeito de cada candidato parecer sobre sua aptidão para a carreira diplomática e sobre a conveniência de sua admissão às provas vestibulares finais.

§ 4.º Se a Comissão concluir pela inaptidão do candidato, o Diretor do Instituto submeterá o respectivo expediente, com o seu parecer, ao Ministro de Estado das Relações Exteriores. De igual forma procederá o Diretor nos casos em que discorde de conclusão favorável da Comissão. A decisão do Ministro de Estado será final.

§ 5.º Os candidatos considerados aptos ficarão habilitados a realizar as provas vestibulares finais.

Seção III — Da Organização do Curso

Art. 8.º O currículo do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata será fixado pelo Ministro de Estado por proposta do Diretor do Instituto e observará o caráter de nível superior do curso.

Art. 9.º O Ministro de Estado, por proposta do Diretor do Instituto, fixará a duração do ano escolar, dos períodos letivos e das férias, bem como aprovará o planejamento anual do curso, a seriação das matérias e os respectivos programas.

Seção IV — Do Regime Didático

Art. 10. Na execução dos programas, serão adotados como método de ensino, conforme o assunto, aulas de preleção, conferências, seminários, aulas e trabalhos práticos, pesqui-

sas individuais e em grupo, exercícios, arguições e visitas a centros de interesse.

Parágrafo único. No caso das línguas, poderão ser adotadas formas especiais de ensino e utilizadas provas e exercícios de outras matérias para a aferição do aproveitamento.

Seção V — Do Regime de Provas

Art. 11. Para cada matéria, em cada ano letivo, haverá provas periódicas e uma prova final.

§ 1.º As provas a que se refere este artigo poderão ter a forma de exames escritos ou orais, exercícios escolares, monografias e exposições sobre trabalhos de pesquisa.

§ 2.º O número, os tipos e os pesos das provas de cada matéria serão fixados pelo Diretor do Instituto, por proposta do respectivo professor, ao Coordenador de Ensino.

§ 3.º A nota final de cada matéria será a média ponderada das provas de que trata este artigo.

Art. 12. A média global do ano letivo será a média aritmética das notas finais das matérias do referido ano.

Art. 13. A nota final do Curso será a média ponderada das médias globais do Exame Vestibular e de cada ano letivo, atribuindo-se peso 1 à primeira e peso 2 à média global de cada ano.

Art. 14. Será promovido à série seguinte, ou ficará habilitado a receber o certificado de conclusão do Curso, o aluno que obtiver, no ano letivo, a média global mínima de 60 pontos e a nota final mínima de 50 pontos em cada matéria.

Art. 15. Ao aluno que obtiver média global igual ou superior a 60 pontos, mas não houver logrado a nota final mínima em até duas matérias será facultado requerer exame de segunda época dessas matérias.

§ 1.º No caso previsto neste artigo, a nota final da matéria passará a ser a média ponderada das provas de que trata o artigo 11 e da nota do exame de segunda época, com pesos respectivos iguais a 3 e 2.

§ 2.º A média global do ano letivo será a obtida em primeira época, não computado para esse efeito o resultado do exame de segunda época.

Art. 16. Será permitida a repetência ao aluno que:

- a) se bem aprovado em todas as matérias, não obtiver a média global mínima exigida no artigo 14;
- b) se encontre na situação prevista no artigo 15 e não haja obtido os pontos necessários no exame de segunda época;
- c) por motivo justo, haja excedido o número de faltas admissíveis fixado na forma do parágrafo 1.º do artigo 32.

Parágrafo único. A repetência será admitida uma só vez durante o Curso.

Seção VI — Dos Alunos

Art. 17. Os candidatos aprovados no Exame Vestibular ficarão habilitados a matricular-se no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

Parágrafo único. Os candidatos habilitados no Exame Vestibular que houverem contraído matrimônio após sua inscrição no referido exame só poderão matricular-se no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata depois de preenchidos todos os requisitos estabelecidos para os candidatos casados, nas Instruções que regulam aquele exame.

Art. 18. Aos alunos do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata aplica-se, no que couber, o disposto na legislação vigente para o casamento de Diplomata.

Art. 19. Em qualquer época do Curso, o Diretor do Instituto poderá determinar que o aluno seja novamente submetido a qualquer dos exames ou à avaliação de que trata o artigo 7.º e na forma ali prescrita.

Parágrafo único. Verificada a inaptidão do aluno, a matrícula será cancelada.

Art. 20. A permanência no Curso pressupõe procedimento pessoal irrepreensível, dentro e fora do Instituto, e conformidade com as disposições legais e as normas que regulam a vida escolar.

Art. 21. Em cada ano letivo a direção do Instituto e os professores emitirão apreciação sobre cada aluno no que se refere ao seu procedimento geral, interesse pelos estudos e aptidão para a carreira diplomática.

Art. 22. São aplicáveis aos alunos do Curso, por ato do Diretor do Instituto, penas de advertência, repreensão, suspensão e exclusão.

§ 1.º Será excluído do Curso o aluno que incorrer em falta grave, a juízo do Diretor.

§ 2.º Do ato de exclusão, caberá recurso ao Ministro de Estado.

Art. 23. Por ocasião da conclusão do Curso, o Instituto Rio-Branco remeterá à Divisão do Ministério das Relações Exteriores, para fins de inclusão nos respectivos assentamentos individuais, um resumo da vida escolar de cada aluno, o qual conterá, "inter alia":

- a) a nota final do Curso;
- b) os resultados do Exame Vestibular;
- c) as notas obtidas no decorrer do ano letivo;
- d) as apreciações a que se refere o artigo 21.

Art. 24. Aos alunos que mais se distinguirem durante o Curso, será conferido o Prêmio Rio-Branco.

Parágrafo único. O primeiro colocado receberá medalha de ouro e o segundo medalha de prata.

Art. 25. Por proposta do Diretor do Instituto, o Ministro de Estado baixará as normas para a concessão de bolsa de estudo aos alunos do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

Art. 26. Ao término do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, os alunos receberão auxílio equivalente ao montante de cinco bolsas de estudo a título de "auxílio enxoval".

CAPÍTULO II

Do Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas

Art. 27. O Ministro de Estado fixará, por proposta do Diretor do Instituto, as normas para a realização do Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas.

CAPÍTULO III

Do Curso de Altos Estudos

Art. 28. O Ministro de Estado, por proposta do Diretor do Instituto, fixará as normas para a realização do Curso de Altos Estudos.

CAPÍTULO IV

Dos Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização dos Servidores do Ministério das Relações Exteriores

Art. 29. O Instituto Rio-Branco, em articulação com a Divisão do Pessoal, organizará cursos de treinamento, aperfeiçoamento e especialização com vistas ao preparo para ascensão ou progressão de servidores do Ministério das Relações Exteriores não pertencentes à Carreira de Diplomata.

Art. 30. O Instituto poderá organizar ainda outros cursos e financiar programas de estudo a serem cumpridos por funcionários diplomáticos ou servidores administrativos do Ministério das Relações Exteriores em instituições de ensino nacionais ou estrangeiras e com estas celebrar convênios, se necessário.

Art. 31. Os cursos e programas a que se referem os artigos 29 e 30 serão submetidos pelo Diretor do Instituto à aprovação do Ministro de Estado.

CAPÍTULO V

Dos Cursos em Geral

Art. 32. Em qualquer curso, é obrigatória a freqüência às aulas e conferências, bem como a participação em provas, seminários, trabalhos práticos, pesquisas, exercícios e visitas constantes da respectiva programação.

§ 1.º O Diretor do Instituto fixará, para cada ano, o número máximo de faltas toleráveis.

§ 2.º Excepcionalmente, o Diretor do Instituto, ouvidos o professor da matéria e o Coordenador de Ensino, poderá dispensar o aluno do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, à luz de sua formação universitária anterior, das exigências deste artigo mantida a obrigatoriedade de prestação da prova final para efeito de atribuição da nota na matéria. Em qualquer caso, não poderá haver dispensa de mais de duas matérias por período letivo.

Art. 33. As notas serão graduadas de zero a cem, admitidas até duas decimais.

Art. 34. Ao aluno que concluir qualquer dos cursos será conferido um certificado.

Art. 35. No interesse da política externa brasileira, o Instituto Rio-Branco poderá receber alunos estrangeiros. O Ministro de Estado fixará as condições de participação desses alunos nos diferentes cursos.

CAPÍTULO VI

Do Corpo Docente

Art. 36. O ensino será ministrado por professores e professores-assistentes designados em portaria, pelo Diretor do Instituto, após aprovação dos seus nomes pelo Ministro de Estado. Parágrafo único. Os professores e professores-assistentes poderão ser brasileiros ou estrangeiros, servidores públicos ou não.

Art. 37. Aos professores e professores-assistentes caberá:

- a) elaborar, de acordo com o planejamento anual do curso, o programa da matéria, de sua regência, a ser submetido à aprovação do Diretor do Instituto pelo Coordenador de Ensino;
- b) dirigir o ensino da matéria e executar integralmente o programa aprovado;
- c) conferir notas de julgamento das provas e demais trabalhos escolares;
- d) tomar parte em reuniões do Corpo Docente ou, quando para isso designados, em comissões de exames ou estudos;
- e) apresentar ao Diretor do Instituto, no fim do ano letivo, relatório sobre as atividades relativas ao ensino da matéria a seu cargo;
- f) consagrar, sempre que necessário, e de acordo com programa fixado pelo Diretor do Instituto, além das aulas, determinado número de horas à orientação dos estudos e das pesquisas dos alunos;
- g) exercer as demais atribuições conferidas por instruções especiais do Diretor do Instituto.

Art. 38. Na portaria de designação, o Diretor do Instituto fixará a remuneração atribuída a cada professor e professor-assistente, por aula ou por tarefa.

§ 1.º Para efeito de remuneração, serão computados como aulas as reuniões do Corpo Docente e as atividades a que se refere a letra "f" do artigo 37.

§ 2.º A remuneração pelos serviços prestados em comissões de exames ou de estudos será fixada, pelo Diretor do Instituto, na portaria de designação.

Art. 39. Para o cumprimento das suas atividades docentes, o Instituto Rio-Branco poderá estabelecer convênios com outras instituições de ensino, observado, no que toca aos professores, o disposto nos artigos 6 e 37.

Art. 40. O Diretor do Instituto determinará, em portaria, no início do ano letivo, a remuneração a ser atribuída a conferencistas.

TÍTULO III

Do Concurso de Provas para a Cadeira de Diplomata

Art. 41. O Ministro de Estado das Relações Exteriores poderá determinar a realização de Concurso de Provas para Ingresso na Carreira de Diplomata, sempre que a existência de vagas na Classe inicial assim o justificar.

Parágrafo único. Os requisitos de inscrição para o Concurso não serão inferiores aos estabelecidos no artigo 5.º para o Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

Art. 42. O Concurso de Provas será realizado em duas fases: as provas iniciais serão realizadas na Capital Federal, na sede do Instituto Rio-Branco e nas capitais de vários Estados da União; as provas finais se efetuarão na cidade sede do Instituto Rio-Branco.

Art. 43. Os candidatos habilitados nas provas iniciais submeter-se-ão a exames de sanidade e capacidade física e psíquica e a avaliação dos costumes e conceito na forma que estabelece o artigo 7.º e parágrafos.

TÍTULO IV

Das Pesquisas

Art. 44. O Instituto Rio-Branco poderá realizar pesquisas relacionadas com as suas finalidades.

Art. 45. Para a realização de pesquisas, o Instituto Rio-Branco poderá contratar serviços de terceiros.

DISPOSIÇÃO FINAL

Art. 46. Este regulamento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antonio F. Azeredo da Silveira

PORTARIA N.º 432, DE 17 DE MARÇO DE 1976

O MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto n.º 71.534, de 12 de dezembro de 1972, e considerando o disposto no artigo 15 do mesmo decreto,

RESOLVE:

Aprovar as instruções e programas para o Exame Vestibular de 1976 ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, apresentados pelo Diretor do Instituto Rio-Branco.

O Diretor do Instituto Rio-Branco baixará, por Edital, as instruções e programas referidos, bem como os atos complementares que se fizerem necessários.

Brasília, em 17 de março de 1976

Antonio F. Azeredo da Silveira

EDITAL

O Diretor do Instituto Rio-Branco faz público que estarão abertas, do dia 31 de março a 14 de maio de 1976, a) na sede do Instituto Rio-Branco no Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, b) na representação do Instituto Rio-Branco no Rio de Janeiro, Avenida Marechal Floriano, 196, c) nas Reitorias das Universidades Federais do Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e Universidade de São Paulo, as inscrições para o exame vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, o qual obedecerá às instruções e aos programas aprovados pela Portaria Ministerial n.º 432 de 17 de março de 1976, que acompanham o presente Edital.

É fixado em 30 (trinta) o número de vagas no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata a serem providas pelos candidatos aprovados no Exame Vestibular, os quais serão aproveitados de acordo com a ordem de classificação final.

Brasília, em 17 de março de 1976.

PESSOAL

**PESSOAL DO INSTITUTO RIO-BRANCO
DE 1945 A 1976**

NOMES	CARGO	EXERCÍCIO
DIRETORES		
Hildebrando Pompeu Pinto Accioly	Embaixador	28-04-1945 a 13-01-1947
Hélio Lobo	Ministro	15-01-1947 a 24-04-1947
Lafayette de Carvalho e Silva	Embaixador	24-04-1947 a 26-01-1956
Antonio Camillo de Oliveira	Embaixador	28-01-1956 a 21-06-1966
Antônio Corrêa do Lago	Embaixador	21-06-1966 a 17-11-1969
Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva	Embaixador	17-11-1969 a 31-07-1972
Frederico Carlos Carnaúba (*)	Ministro	31-07-1972 a 24-05-1973
Alfredo Teixeira Valladão	Embaixador	31-05-1973 a 30-12-1975
Sergio Fernando Guarischi Bath	Ministro	30-12-1975 a
COORDENADOR DE ENSINO		
Raphael Valentino Sobrinho	Secretário	05-07-1973 a 14-10-1974
Adhemar Gabriel Bahadian	Secretário	31-07-1975 a 08-09-1976
Clarisse Jeane Filiatre Ferreira da Silva	Adjunto	01-06-1976 a
CHEFES DA SECRETARIA		
Labieno Salgado dos Santos	Ministro	01-09-1945 a 03-06-1946
Jacome Baggi de Berenguer César	Ministro	03-06-1946 a 07-01-1947
João Guimarães Rosa	Secretário	24-01-1947 a 07-08-1948
Vera Regina Amaral Sauer (*)	Cônsul	01-08-1947 a 31-08-1947
Raul Bopp	Ministro	17-09-1948 a 17-11-1951
Beata Vettori	Conselheiro	17-11-1951 a 30-05-1953
Jayme de Azevedo Rodrigues	Conselheiro	30-05-1953 a 11-11-1953
Antônio Corrêa do Lago	Ministro	11-11-1953 a 01-10-1954
Luiz de Almeida Nogueira Porto	Cônsul	06-10-1954 a 26-05-1955
Vera Regina Amaral Sauer	Ministro	26-05-1955 a 22-08-1962
Arnaldo Rigueira (*)	Secretário	24-09-1960 a 20-12-1960
Hélio Antônio Scarabòtolo	Conselheiro	22-08-1962 a 01-08-1964
Arthur Pimenta Valente	Secretário	12-08-1964 a 01-04-1965
Isócrates de Oliveira	Secretário	25-06-1965 a 01-07-1966
Fernando Paulo Simas Magalhães	Ministro	01-07-1966 a 23-12-1966
Othon do Amaral Henriques Filho	Conselheiro	28-12-1966 a 31-05-1967
Oswaldo Barreto e Silva (*)	Conselheiro	01-06-1967 a 31-07-1967
Othon do Amaral Henriques Filho	Conselheiro	01-08-1967 a 12-09-1969
Othon Guimarães	Conselheiro	12-09-1969 a 27-08-1972
José Olympio Rache de Almeida	Conselheiro	27-08-1972 a 05-07-1973
Maria da Natividade Duarte Ribeiro Pelit	Secretário	05-07-1973 a

(*) Em caráter interino.

NOMES	CARGO	EXERCÍCIO
ASSISTENTE DO DIRETOR		
Carlos Henrique Cardim	Secretário	15-03-1976 a
SECRETÁRIO ADMINISTRATIVO DO IRBR		
Maria Gemina Macedo de Queiroz	Of. de Chancelaria	20-10-1975 a 22-10-1976
COORDENAÇÃO DE ENSINO		
Luciola Junqueira	Assistente Comercial	19-03-1973 a 12-09-1973
Ana Maria Teixeira Nunes	Téc. Contabilidade	19-03-1973 a 17-02-1975
Martha Freire Pereira Pinto	Of. de Chancelaria	19-03-1973 a 20-08-1973
Marina Iliama de Figueiredo Pessoa	Ag. Administrativo	19-03-1973 a 22-10-1976
Maria da Glória Pizzi	Ag. Administrativo	23-11-1973 a 22-10-1976
Risette da Penha Travassos de Figueiredo	Of. de Chancelaria	28-01-1974 a 27-08-1974
Sandra Maria Mello Rocha	Of. de Chancelaria	28-03-1974 a 08-10-1976
Zuleide de Souza Pessoa	Of. de Chancelaria	19-04-1974 a 12-05-1975
Ilika Vianna de Moura	Of. de Chancelaria	09-10-1974 a 22-10-1976
Felicy Ludmilla Wotzasek de Carvalho	Ag. Administrativo	02-01-1975 a 22-10-1976
Beatriz Correa Meyer Sant'Ana	Of. de Chancelaria	01-12-1976 a
SECRETARIA		
Naura Teixeira Lopes da Cruz	Of. de Chancelaria	19-03-1973 a 22-10-1976
Maria Paletta de Alencar	Of. de Chancelaria	19-03-1973 a 22-10-1976
Therezinha Castro Lima	Contador	19-03-1973 a 22-10-1976
Margarida do Nascimento Brito	Of. de Chancelaria	19-03-1973 a 17-08-1976
Maria de Vilhena Fabiano de Araújo	Of. de Chancelaria	19-03-1973 a 22-10-1976
Esther Guitmann	Of. de Chancelaria	09-10-1973 a 22-10-1976
Irene Paternot Rodrigues	Of. de Chancelaria	28-01-1974 a 01-07-1974
Lúcia Maria do Couto Bastos	Of. de Chancelaria	28-01-1974 a 22-10-1976
Maria Gemina Macedo de Queiroz	Of. de Chancelaria	28-01-1974 a 20-10-1975
Maria Aparecida Fonseca	Ag. Administrativo	28-01-1974 a 22-10-1976
Ana Maria Teixeira Nunes	Téc. Contabilidade	17-02-1975 a 22-10-1976
Alair da Silva Langsdorff	Ag. Administrativo	02-01-1975 a 22-10-1976
Benedicta Izabel Gonçalves	Arquivista	02-01-1975 a 06-08-1975
Lygia Nanni Langsdorff	Of. de Chancelaria	02-01-1975 a 07-11-1975
Maria de Lourdes Almeida Ribeiro	Téc. Contabilidade	02-01-1975 a 12-09-1976
Ondina de Castro Ferreira	Bibliotecária	02-01-1975 a 22-10-1976
Irene Andrade Pacheco Amoras	Ag. Administrativo	02-01-1976 a
Vera Lucia Rodrigues de Faria	Eventual	10-02-1976 a
Helena Margarida Leipner Gomes	Postalista	01-04-1976 a
Sylvia Lima de Abreu Garcia de Oliveira	Of. Chancelaria	28-07-1976 a
Margareth Salgado Costa	Eventual	03-11-1976 a
José Luiz Porto de Magalhães	Of. Chancelaria	08-11-1976 a
Namara Gibram Fonseca Ribeiro	Of. Chancelaria	01-12-1976 a
Ana Maria da Costa Souza	Of. Chancelaria	20-12-1976 a
BIBLIOTECA		
Heleisa Behring Tonello	Of. de Chancelaria	15-03-1955 a 22-10-1976
Laura Moura de Aquino	Ag. Administrativo	02-05-1967 a 22-10-1976
Solange Therezinha Vianna de Almeida e Albuquerque	Bibliotecária	19-11-1971 a 22-10-1976
Aída Roca Diegues	Taquigrafa	02-01-1975 a 14-07-1976
Maria Luiza Migliora dos Santos	Bibliotecária	02-01-1975 a 27-06-1975
CONTABILIDADE		
Denise Maria Karl	Eventual	28-04-1976 a
Loreta Maria Francisca Montenegro Lopes da Cruz	Of. Chancelaria	01-12-1976 a
PORTARIA		
Wilson Teixeira	Impressor	01-11-1945 a 22-10-1976
Ivan Teixeira	Porteiro	01-04-1947 a 22-12-1969
Antônio Jorge dos Santos	Servente	(até 15-12-1961)
Rubens Pereira de Souza e Silva	Porteiro	(até 12-04-1963)
Adilson de Miranda Miguel	Servente	(até 02-12-1963)
		De 01-04-1965 a 04-10-1965

NOMES	CARGO	EXERCÍCIO
Joaquim Francisco da Costa	Servente	(até 02-09-1963)
Gilberto de Jesus	Servente	(até 01-04-1965)
		De 17-11-1966 a 31-08-1974
Waldir Teixeira	Ag. de Portaria	01-09-1971 a 22-10-1976
João Francisco Tenda	Impressor	02-01-1975 a 22-10-1976
Zaferino Eugênio Filho	Impressor	02-01-1975 a 22-10-1976
Luiz Paixão de Souza Costa	Ag. Portaria	06-04-1976 a
José Carlos Dias	Ag. Portaria	06-07-1977 a

CENTRO REGIONAL DE INSCRIÇÕES DO IRBR NO RIO DE JANEIRO

Ana Maria Teixeira Nunes	Téc. Contabilidade	22-10-1976 a
Esther Guitmann	Of. de Chancelaria	22-10-1976 a
Lúcia Maria do Couto Bastos	Of. de Chancelaria	22-10-1976 a
Maria Gemina Macedo de Queiroz	Of. de Chancelaria	22-10-1976 a
Maria de Vilhena Fabiano de Araújo	Of. de Chancelaria	22-10-1976 a
Marina Iliama de Figueiredo Pessoa	Ag. Administração	22-10-1976 a
Naura Teixeira Lopes da Cruz	Of. de Chancelaria	22-10-1976 a
Ondina de Castro Ferreira	Bibliotecária	22-10-1976 a

Funcionários Lotados em Seções e Ocupantes de Cargos Extintos com a Publicação do Regimento Interno da Secretaria de Estado em 15-3-1973

SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

Maria Virgínia Dantas Cavalcanti	Auxiliar	01-09-1945 a 31-12-1945
Ladislau Colaço	Auxiliar	10-11-1945 a 14-11-1945
Jorge Malheiros dos Santos	Auxiliar	05-10-1945 a 13-11-1945
Estevão Botelho	Contador	01-01-1946 a 09-12-1958
Martha Freire Pereira Pinto	Escriturária	06-03-1946 a 12-02-1949
Vera Pereira Correia Costa	Auxiliar	08-07-1946 a 20-12-1946
Manoel Moreira de Barros	Auxiliar	08-03-1946 a 18-10-1946
Ida Lôbo de Brito	Arquivista	08-03-1946 a 01-02-1947
Naura Teixeira Lopes da Cruz	Of. de Chancelaria	28-11-1946 a 19-03-1973
Maria Paletta de Alencar	Of. de Chancelaria	06-05-1947 a 12-12-1947
		07-03-1957 a 19-03-1973
Dulce Soares de Oliveira	Datilógrafa	03-09-1947 a 31-12-1947
Clotilde Paletta de Alencar	Auxiliar	07-11-1947 a 31-05-1951
Washington Müller dos Reis	Auxiliar	21-11-1947 a 05-05-1948
Iolanda Lúcia Vettori	Arquivologista	12-01-1948 a 30-08-1948
Cecília Leite Carneiro Monteiro	Datilógrafa	02-01-1949 a 09-12-1952
Regina Lima de Abreu	Datilógrafa	23-03-1949 a 23-08-1951
Lygia Lima de Abreu	Escriturária	25-10-1951 a 16-11-1956
Vera de Pimentel Brandão Corrêa Pinto	Auxiliar	01-11-1951 a 31-12-1953
Íris Coelho	Taquigrafa	02-01-1953 a 31-08-1955
Sílvia Ribeiro Póvoas	Aux. Administrativo	15-07-1954 a 26-08-1954
Zoeh Ivone da Veiga Ferreira Pontes	Aux. Administrativo	26-11-1951 a 01-08-1952
Maria Aparecida de Carvalho Sá	Aux. Téc. Financeiro	01-12-1953 a 19-03-1973
Rachel Biasotto Mano	Escrevente Datil.	01-10-1954 a 13-01-1955
Maria Sylvia de Noronha	Aux. Administrativo	01-10-1954 a 02-09-1955
Ana Maria Teixeira Nunes	Auxiliar	22-08-1955 a 07-03-1960
Luciola Junqueira	Auxiliar	22-08-1955 a 07-03-1957
Laura Moura de Aquino	Datilógrafa	10-05-1962 a 02-05-1967
Ilma Drinkwater de Oliveira Gomes	Aux. de Escritório	05-11-1962 a 31-05-1971
Therezinha Castro Lima	Contadora	20-04-1970 a 19-03-1973
Margarida do Nascimento Brito	Of. de Chancelaria	29-04-1970 a 19-03-1973

CHEFES DE SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

Pedro de Souza Ferreira Gonçalves Braga	Cônsul	12-05-1948 a 18-11-1949
Ayrton Diniz (*)	Cônsul	18-11-1949 a 23-06-1950
Pedro de Souza Ferreira Gonçalves Braga	Cônsul	25-06-1950 a 09-02-1951

(*) Em caráter interino.

Cláudio Garcia de Souza	Cônsul	09-02-1951 a 26-05-1952
Luiz Benjamin de Almeida Cunha (*)	Cônsul	02-04-1951 a 28-05-1951
Marcos Antônio de Saivo Coimbra (*)	Cônsul	28-05-1952 a 27-03-1953
Manoel Maria Fernandes Alcázar	Cônsul	08-06-1953 a 07-04-1954
Ostres Carneiro Leão (*)	Aux. Administrativo	11-01-1954 a 10-05-1954
José Maria Vilar de Queiroz	Cônsul	07-04-1954 a 10-01-1955
Martha Freire Pereira Pinto	Escriturária	13-01-1955 a 20-01-1959
Arnaldo Rigueira	Secretário	21-01-1959 a 08-03-1961
Naura Teixeira Lopes da Cruz	Of. de Chancelaria	25-03-1961 a 19-03-1973

SEÇÃO TÉCNICO-PEDAGÓGICA

Marina de Barros e Vasconcelos	Assistente	21-09-1946 a 19-10-1951
	Encar. de Seção	09-10-1951 a 03-01-1955
	Auxiliar	12-12-1947 a 07-03-1957
Maria Paletta de Alencar	Of. de Chancelaria	03-01-1955 a 12-01-1965
Rachel Biasotto Mano	Datilógrafa	01-10-1954 a 31-12-1959
Zina Arcary	Of. de Chancelaria	01-11-1956 a 06-08-1965
Ilka Vianna de Moura	Assistente Comercial	08-03-1957 a 19-03-1973
Luciôla Junqueira	Téc. Contabilidade	07-03-1960 a 19-03-1973
Ana Maria Teixeira Nunes	Aux. de Escritório	26-07-1965 a 19-08-1968
Juraciema Marciano de Amorim	Of. de Chancelaria	01-03-1969 a 19-03-1973
Martha Freire Pereira Pinto	Of. de Administração	01-02-1971 a 19-03-1973
Marina Iliema de Figueiredo Pessoa		

CHEFES DA SEÇÃO TÉCNICO-PEDAGÓGICA

Álvaro Moitinho Neiva (*)	Téc. de Educação	19-05-1948 a 31-12-1949
Marina de Barros e Vasconcelos (*)	Professora	09-10-1951 a 13-01-1955
Rachel Biasotto Mano	Professora	13-01-1955 a 01-04-1955
Ilmah de Figueiredo Lobo	Professora	01-04-1955 a 20-08-1968
Martha Freire Pereira Pinto	Of. de Chancelaria	01-03-1969 a 19-08-1973

SEÇÃO DE PESQUISAS E PUBLICAÇÕES

Astréia Dutra dos Santos	Pesquisador	26-11-1945 a 31-12-1949
Jacy Lobato Álvares	Bibliotecário	10-09-1948 a 10-08-1951
Maria de Vilhena Fabiano de Araújo	Of. de Chancelaria	31-11-1948 a 19-03-1973
Ostres Carneiro Leão	Aux. Administrativo	19-06-1951 a 26-01-1955

CHEFES DA SEÇÃO DE PESQUISAS E PUBLICAÇÕES

José Honório Rodrigues	Professor	02-09-1948 a 24-07-1950
Raul José de Sá Barbosa	Cônsul	21-08-1950 a 26-05-1951
Luiz Benjamin de Almeida Cunha (*)	Cônsul	11-06-1951 a 24-09-1951
Cláudio Garcia de Souza (*)	Cônsul	24-09-1951 a 19-01-1952
Flávio Garcia de Souza	Auxiliar	19-01-1952 a 07-01-1955
Maria de Vilhena Fabiano de Araújo	Of. de Chancelaria	07-01-1955 a 19-03-1973

COORDENADOR DE CURSOS

Jorge Alberto de Seixas Corrêa	Ministro	13-05-1969 a 11-07-1972
--------------------------------	----------	-------------------------

SECRETÁRIOS DO DIRETOR

Mello Moreira de Mello	Cônsul	22-05-1946 a 03-12-1946
Pedro de Souza Ferreira Gonçalves Braga	Cônsul	23-12-1946 a 12-05-1948
Vera Regina Amaral Sauer (*)	Cônsul	01-08-1947 a 31-01-1948
Ayrton Diniz	Cônsul	12-05-1948 a 23-06-1950
Luiz Benjamin de Almeida Cunha	Cônsul	13-02-1951 a 24-09-1951
Cláudio Garcia de Souza (*)	Cônsul	24-09-1951 a 05-10-1951
Marcos Antônio de Saivo Coimbra	Cônsul	05-10-1951 a 27-03-1953
Manoel Maria Fernandes Alcázar	Cônsul	08-07-1953 a 07-04-1954
José Maria Vilar de Queiroz	Cônsul	07-04-1954 a 25-01-1955
Elza Gomes (*)	Aux. Administrativo	09-02-1956 a 15-05-1957
Naura Teixeira Lopes da Cruz	Escriturária	16-05-1957 a 24-03-1961
Martha Freire Pereira Pinto	Of. de Chancelaria	25-03-1961 a 19-03-1973
Lucy Soares Carneiro	Taquigráfa	30-03-1970 a 19-03-1973

ABRANCHES, Carlos Alberto Dunshee de

(CPCD — Direito Internacional Público — 1965 a 1972, 1974 a 1976)

(Estágio de Formação correspondente à 4.ª Fase do Concurso de Provas — Direito Internacional Público — 1968)

Bacharel pela Faculdade de Direito da Universidade do Brasil (1935).
I — Atividades Profissionais: Professor universitário, Advogado e Jornalista. **II — Principais Funções Públicas:** a) Membro da Comissão de Reparações de Guerra, 1945; b) Consultor Especial da Comissão Nacional de Energia Nuclear desde 1961; c) Delegado do Brasil ao Comitê Intergovernamental sobre Responsabilidade Civil da Agência Internacional de Energia Atômica (Viena, 1962); d) Delegado do Brasil e Presidente do Comitê Jurídico da Comissão Interamericana de Energia Nuclear da OEA (Washington, 1962; Viena, 1963; Washington, 1963; Buenos Aires, 1964; México, 1967; Rio de Janeiro, 1969 e Washington, 1971 e 1973); e) Delegado do Brasil e "Rapporteur" à Conferência Internacional sobre Responsabilidade Civil por Danos Nucleares (Viena, 1963); f) Delegado do Brasil à 5.ª Reunião da Comissão Interamericana de Energia Nuclear da OEA (Valparaíso, 1964); g) Delegado do Brasil à II Conferência Interamericana Extraordinária (Rio de Janeiro, 1965); h) Delegado do Brasil na Comissão de Peritos sobre Assistência de Emergência em Caso de Acidente Nuclear da AIEA (Viena, 1965); i) Representante do Brasil no Seminário das Nações Unidas sobre o Apartheid (Brasília, 1966); j) Membro do Tribunal de Arbitragem do Consortium Internacional de Telecomunicações por Satélites (Washington, 1967); k) Delegado do Brasil no Comitê das Nações Unidas sobre Satélites de Comunicação Direta (Nova York, 1969); l) Delegado do Brasil às Conferências do INTELSAT (Washington, 1969 a 1971); m) Chefe da Delegação do Brasil à Conferência Especializada da OEA sobre Direitos Humanos (San José, 1969); n) Delegado do Brasil às Conferências de Peritos Governamentais

mentais sobre Direito Internacional Humanitário (Genebra, 1971/1972); o) Delegado do Brasil à XXII Conferência Internacional da Cruz Vermelha (Teerã, 1973); p) Membro do Comitê da Cruz Vermelha sobre Armas que Causam Sofrimentos Desnecessários e Efeitos Indiscriminados (Genebra, 1973); q) Delegado do Brasil à Conferência Diplomática sobre Direito Internacional Aplicável aos Conflitos Armados (Genebra, 1974/1975). **III — Mandato Internacional:** Membro da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (Washington, 1964/1975); Vice-Presidente (1972/1975). **IV — Exercício de Magistério:** a) Professor contratado de Direito Penal da Faculdade Nacional de Direito (1940); b) Professor Livre-Docente de Direito Internacional Público da Faculdade de Direito da UEG (1965); c) Catedrático Interino de Direito Internacional Público da Faculdade de Direito da UEG (1969/1971); d) Catedrático Interino de Direito Constitucional da mesma Faculdade (1967/1968); e) Conferencista nas Universidades de Coimbra, Lisboa, Santiago, Genebra (Institut des Hautes Études Internationales), Brasília, Pernambuco, São Paulo, Santa Maria e Juiz de Fora, na Pontifícia Universidade Católica e outras Universidades; f) Conferencista da Escola Superior de Guerra, da Escola de Guerra Naval e da ADESG. **V — Outras Atividades Internacionais:** a) Tesoureiro da Inter-American Bar Association (1965/1975); b) Diretor Geral da Comissão Interamericana de Arbitragem Comercial (1968/1975); c) Presidente da Comissão Brasileira do XXV Aniversário das Nações Unidas (1970); d) Vice-Presidente do Comitê de Direito e Tecnologia dos Computadores da World Peace Through Law Center (1968/1975); e) Membro do Comitê Organizador da Comissão Internacional para Arbitragem Comercial (Paris, 1973); f) Membro do Comitê sobre Regras Uniformes de Arbitragem da UNCITRAL (Londres, 1974). Autor de numerosos livros e trabalhos publicados.

AMARAL; Adriano Benayon do (CPCD — Economia — 1976) — Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Faculdade de Direito da Universidade do Brasil. Diplomado pelo Instituto Rio-Branco, no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas. Curso da Academia de Direito Internacional da Haia, 1962.

Cônsul de Terceira Classe, pelo Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, do Instituto Rio-Branco, 1959.

Vice-Cônsul em Amsterdam, 1961.

Promovido a Segundo-Secretário, por merecimento, 1961.

Cônsul-Adjunto em Amsterdam, 1961 a 1963.

Encarregado do Consulado-Geral em Rotterdam, 1961 e 1962.

Encarregado do Consulado-Geral em Amsterdam, 1961 e 1963.

Segundo-Secretário da Embaixada em Assunção, 1963 a 1964.

Chefe do Serviço de Propaganda e Expansão Comercial (SERPRO) em Assunção, 1963 e 1964.

Segundo Secretário da Legação em Sófia 1964 a 1967.

Encarregado de Negócios em Sófia, 1964 e 1965.

Membro da Reunião dos Chefes de Missão do Leste Europeu, 1965.

Assistente do Chefe da Divisão da América Central, 1967.

Auxiliar do Secretário-Geral-Adjunto para Promoção Comercial, 1968 a 1971.

Representante do Brasil no Seminário sobre Promoção Comercial, Genebra, 1958.

Chefe, interino, da Divisão de Feiras e Exposições Comerciais, 1969.

Encarregado do Pavilhão do Brasil "Randshow", na Feira de Pretória, 1970.

Segundo Secretário da Embaixada em Assunção, provisoriamente, 1971.

Cônsul-Adjunto em Hamburgo, 1971 a 1973.

Encarregado do Setor de Promoção Comercial do Consulado-Geral em Hamburgo, 1972.

AMORIM; Celso Luiz Nunes (CPCD) — Expressão e Redação Profissional — 1976) — Mestrado em Relações Internacionais pela Academia Diplomática de Viena, em Ciências Políticas pela London School of Economics and Political Science. Prêmio Rio-Branco e Medalha de Vermeil, no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, do Instituto Rio-Branco, 1974.

Terceiro-Secretário, pelo Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, do Instituto Rio-Branco, 1965.

Membro da Seção Brasileira da III Reunião do Grupo Misto de Cooperação Industrial Brasil—Espanha, Madrid, 1965.

Auxiliar do Secretário-Geral-Adjunto para Planejamento Político, 1967.

Promovido a Segundo-Secretário, por antiguidade, 1967.

Cônsul-Adjunto em Londres, 1968 a 1969.

Segundo Secretário da Embaixada em Londres, 1969 a 1971.

Observador do Brasil na "Conferência sobre Desenvolvimento" na Universidade de Cambridge, 1969.

Segundo Secretário da Missão junto à Organização dos Estados Americanos, 1971 a 1973.

Delegado do Brasil ao II Período Ordinário de Sessões da Assembléia-Geral da OEA, Washington, 1972.

Assessor da Delegação do Brasil à Conferência Interamericana Especializada sobre a Aplicação da Ciência e Tecnologia ao Desenvolvimento da América Latina (CACTAL), Brasília, 1972.

Assessor da Delegação do Brasil à Reunião de Técnicos Governamentais da Conferência Interamericana Especializada sobre a Aplicação da Ciência e Tecnologia ao Desenvolvimento da América Latina (CACTAL), Washington, 1972.

Delegado do Brasil ao 3.º Período Ordinário de Sessões da OEA, Washington, 1973.

Promovido a Primeiro-Secretário, por merecimento, 1973.

ALEIXO; José Carlos Brandi (CPCD — Ciência Política — 1976) Estudos e Títulos Universitários — Doutorado (Ph. D.) em Ciência Política, Georgetown University, Washington, D. C., Estados Unidos da América do Norte, 09 de junho de 1968, após cinco anos de pós-graduação em estudos de Ciência Política. Este diploma de doutorado foi revalidado pela Universidade Católica de Minas Gerais em 29-04-1970 e registrado na Universidade Federal de Minas Gerais em 3-7-1970 por delegação de competência da Diretoria do Ensino Superior do Ministério de Educação e Cultura. Neste período de cinco anos foi também obtido o mestrado (Master's Degree) em Ciência Política na referida Universidade.

Licenciatura em Teologia. Pontifícia Universidade de Camillas, Santander, Espanha, Junho de 1962.

Curso de 4 anos licenciatura em Letras Clássicas. Pontifícia Universidade Católica - Rio de Janeiro - 11 de junho de 1957.

Curso de 4 anos. Licenciatura em Filosofia em 20 de dezembro de 1955. Nova Friburgo, Estado do Rio.

Participações — Simpósio sobre a Integração Latino-Americana, Georgetown University - Washington, D.C. junho de 1966.

"Catholic Interamerican Cooperation Program" (CISOL). Última Semana de janeiro de 1968. Saint Louis, Estados Unidos da América do Norte.

Sociedades Cientificadas — Membro de PI SIGMA ALPHA. "The National Political Science Honor Society" dos Estados Unidos da América do Norte.

Membro Titular do Instituto Brasileiro de Filosofia.

Membro da Sociedade Brasileira de Filósofos Católicos.

Na Universidade de Brasília lecionou ou leciona:

Introdução à Ciência Política - 1959, 1970, 1971.

Relações Interamericanas, 1969.

Problemas Sociais e Econômicos Contemporâneos (1.º semestre de 1971 para o Curso de Comunicações).

Política I — Relações Interamericanas para o Profissional de Ciências Sociais (2.º semestre de 1971).

Teoria Política II (2.º semestre 1972).

Outras atividades acadêmicas — Chefia do Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade de Brasília.

Coordenador e Professor de Seminário sobre a Integração Latino-Americana na UnB — em 1971.

Coordenador do Curso de Estudo de Problemas Brasileiros para alunos de Pós-graduação de Sociologia da Universidade de Brasília - 2.º semestre e 1971.

Estagiário da Escola Superior de Guerra - Rio de Janeiro, 1975.

Publicações Principais — Deveres do Eleitor Católico - Rio de Janeiro - Secretariado da AEC do Brasil - 1964.

Artigos sobre o Brasil no **Diário Montañez** e na revista **Sal Terrae** de Santander, Espanha; na revista **Hechos y Dichos** de Zaragoza, Espanha, 1960 e 1961.

Dois trabalhos para o Caderno de Textos dos alunos de Introdução à Ciência Política da UnB: a) Ciência Política - Relação com outras Ciências; b) Idéias Políticas na América Latina.

The Catholic Church and Elections. A Study of the Catholic Thought on the Moral Obligation of Voting — México — CIDOC — 1969.

A Integração Latino-americana. Considerações Políticas e Histórias sobre suas bases, processo e significado. Prefácio do Presidente Rafael Caldera. Trabalho publicado pela Coordenada Editora de Brasília em co-edição com o Instituto Nacional do Livro, 1970.

Política Demográfica do Brasil — **Revista de Ciência Política** — Fundação Getúlio Vargas — Rio de Janeiro, 1974.

BAHADIAN, Adhemar Gabriel

(CPCD — Organização e Métodos de Trabalho do MRE — 1974 a 1976)

(CPCD — Português e Comunicação Profissional — 1974 — 2.º semestre, 1975)

Diplomado no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio-Branco (1966). Diplomado no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (1967). Curso de Política Comercial no GATT (1969). Psicólogo pela Universidade Gama Filho (1974). Assistente do Chefe do Escritório Regional no Estado do Rio de Janeiro. Membro da Delegação do Brasil à Conferência Diplomática sobre Tratado de Cooperação em Patentes (1970). Membro da Delegação do Brasil às Reuniões da União de Paris e da Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI), (Genebra, 1970). Observador do Brasil na V Assembléia-Geral do Centro Interamericano de Administradores Tributários (CIAT), (Rio de Janeiro, 1971). Representante-Suplente do Itamaraty nas Reuniões da Comissão de Empréstimos Externos (CEMPLEX), (Rio de Janeiro, 1972). Delegado do Brasil à III Sessão da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Santiago, 1972). Delegado do Brasil ao I Congresso Interamericano Extraordinário de Turismo (Rio de Janeiro, 1972). Representante-Suplente do Itamaraty na Comissão de Seguros de Crédito à Exportação (1972). À disposição do Ministro da Agricultura da Tanzânia (Rio de Janeiro, 1973). Representante-Suplente do Itamaraty no CPA (Conselho de Política Aduaneira), (1972/1974). Membro da Junta Deliberativa do Trigo (1972/1974). Membro do Conselho Deliberativo do Instituto do Açúcar e do Alcool (1972/1974).

BONDUKI; ISSA ANTONIO (CPCD — Língua Árabe 1976).

Licenciado em Ciências Econômicas e Políticas pela Faculdade de Direito da Universidade Libanesa de Beirute em 1959.

Atividades: 1948 a 1954 — Professor de Língua Árabe, História e Geografia, em Homs, Síria.

1955, — Diretor do Colégio de Trípoli, no Líbano.

1956 — (até novembro) Elaboração de programas da Rádio Difusora Oriente Médio (Escritório Central em Beirute e Emissora em Chipre).

1957 — Diretor do Colégio de Dhour — El Choueir, Líbano.

1958 a 1959 — (até agosto) Redator de Assuntos Econômicos do Jornal Sada — Lubnan (Eco do Líbano).

Atualmente — Tradutor da Embaixada da Arábia Saudita.

Professor da Língua Árabe no Instituto de Cultura Árabe Brasileira — ICAB.

MELO, Oswaldo José de Campos

(CPCD — História das Relações Exteriores do Brasil — 1975/1976)

I — Curso de Bacharelado pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais — (1968). II — Curso de Doutorado pela Faculdade de Direito da Universidade de Paris — (Panthéon-Sorbonne) como bolsista do Governo Francês (1969/70/71). III — Instituto de Altos Estudos Internacionais da Universidade de Paris: dirigido pelo Professor Charles Rousseau e fundado pelos célebres internacionalistas Paul Fauchille e Albert de Lapradelle. Curso de dois anos (1969/70 e 1970/71). IV — Estágio da Academia de Direito Internacional da Haia para a sessão de verão de 1971 dedicada a assuntos de atualidade do Direito Internacional Público. V — Seminário sobre a "Vida e Instituições Americanas" e "Problemas do Desenvolvimento Econômico" na Universidade de Harvard, nos Estados Unidos, como bolsista da Associação Universitária Interamericana — (julho-agosto de 1967). VI — Curso de "Português Superior" (Filologia, Literatura, História Portuguesa) pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, como bolsista da Fundação Calouste Gulbenkian — (julho-agosto de 1970). VII — Chefe de equipe do "Projeto Rondon n.º III que atuou na cidade de Tapauá, às margens do rio Purus, na Amazônia (janeiro-fevereiro de 1969). VIII — Assistente do Professor Celso de Albuquerque Mello nas disciplinas de Direito Internacional Público, na Pontifícia Universidade Católica, nas cadeiras eletivas de Direito dos Tratados e Organizações Internacionais (1972). IX — Regência de turmas na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, como assistente do Professor Haroldo Valladão nas disciplinas de Direito Internacional Privado e História do Direito (1972). X — Assistente do Professor Miguel Franchini Netto na cadeira de Direito Internacional Público da Faculdade Brasileira de Direito. XI — Auxiliar de Ensino de Direito Internacional Público na Faculdade Nacional de Direito do Rio de Janeiro, desde março

de 1973, na cátedra exercida pelo Professor Franchini Netto e sob a regência do Professor Celso de Albuquerque Mello. XII — Professor titular de Direito Internacional Público da Faculdade de Direito Estácio de Sá, aprovado mediante parecer do Conselho Federal de Educação, desde 1973. XIII — Professor de Direito Internacional Público da Faculdade de Direito de Valença — RJ. XIV — Professor da disciplina "Mar Territorial" no curso "Direito e Relações Internacionais — Legislação e Comércio Exterior" do Instituto de Direito Público e Ciências Políticas da Fundação Getúlio Vargas. XV — Professor convidado para os Seminários de Direito Internacional Público (1973/74) e Direito Constitucional (1974) pela Escola de Comando do Estado-Maior do Exército (ECEME).

MELLO, Celso Duvivier de Albuquerque

(CPCD — Direito Internacional Público — 1974 a 1976)

Livre-Docente e Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Professor Associado da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; Juiz do Tribunal Marítimo. Autor de numerosos trabalhos publicados.

MULHOLLAND, John

(CPCD — Inglês — 1952, 1954 a 1957, 1974 a 1976)

Diretor de Ensino da Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa (1940 a 1956). Curso para Professores de Inglês do "British Council", Stratford-upon-Avon (1948). Examinador de Inglês do Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (1950 a 1954 e 1956). Professor de Inglês nos Cursos da Rádio Ministério da Educação. Professor de Didática Especial na Faculdade de Filosofia do Instituto Lafayette. Membro das Bancas Examinadoras nos Concursos para Provimento de Cátedra de Inglês no Colégio Pedro II em colégios oficiais do Estado do Espírito Santo. Membro das Bancas Examinadoras para os Exames de Suficiência para Professores de Inglês, realizados nas Faculdades de Filosofia no Rio de Janeiro e em Campinas, SP. Membro da Banca Examinadora em Concurso para Tradutores Juramentados e Intérpretes Comerciais.

PAYNE, Kenneth James

(CPCD — Inglês — 1961, 1964 a 1968, 1971 a 1976)

St. Catherine's Society, Oxford, 1945/1948. Honours Degree in Modern Languages (Class I). Professor Primário, 1948/1952 e Professor Particular de Inglês, 1952/1954, em Eastbourne. Professor Assistente na Escola de Inglês da Legião Árabe em Londres, 1955/1956, em Amã, na Jordânia, em 1956. Professor Assistente no "The Linguist Club School of English", Londres,

1956/1957. Professor no Curso de Inglês para Professores de Ensino Secundário organizado pela CADES, Ministério da Educação e Cultura, Belo Horizonte, 1958. Professor na Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa, 1958. Conferencista Titular, junho, 1958. Diretor da filial de Botafogo em 1958/1960. Diretor de Ensino, SBCE, Rio, 1960/1971. Examinador de Provas Orais para o Diploma "Cambridge" no Rio de Janeiro. Examinador de Inglês dos Exames de Seleção Prévia (1960, 1962, 1963, 1965, 1967 a 1969, 1971), do Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (1959, 1960, 1962 a 1971), e do Concurso de Provas para a Carreira de Diplomata (1967, 1.ª Fase). Professor Assistente da PUC, 1966/1967. Coordenador de Inglês da PUC, 1968/1969. Professor Associado da PUC, desde 1970. Fundador e Diretor do Curso. "Context", Rio de Janeiro, 1971 em diante. Examinador do Concurso para Tradutores e Intérpretes promovido pela Junta Comercial do Estado da Guanabara e realizado pela Academia de Polícia, janeiro-fevereiro, 1973.

PIQUET, Rosélia Périssé da Silva

(CPCD — Economia — 1975/1976)

1. **Cursos de Nível Universitário:** 1.1. — Bacharel em Ciências Econômicas pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. 1.2 — Bacharel em Ciências Sociais pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (atual U.F.R.J.). 1.3 — Licenciada em Ciências Sociais pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (atual U.F.R.J.). 2. **Cursos de Aperfeiçoamento em Nível de Pós-Graduação:** 2.1. — Métodos e Técnicas de Pesquisa — Centro Latino-Americano de Pesquisa em Ciências Sociais — UNESCO — bolsista por concurso. 2.2 — Aspectos Sociológicos do Desenvolvimento Brasileiro — Universidade do Brasil. 2.3 — Metodologia das Ciências Sociais — Universidade do Brasil. 2.4 — Engenharia Econômica e Administração Industrial — Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2.5 — Planejamento Urbano e Regional — Mestrado — Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia (COPPE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 3. **Exercício de Magistério Superior:** 3.1 — Professor Assistente de Economia Política da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (1961/67). 3.2. — Professor Regente da Cátedra de Economia Política da Faculdade de Filosofia — Universidade Federal do Rio de Janeiro (1967/69). 3.3. — Professor de Economia do Curso de Pós-Graduação em Saúde Pública (Mestrado) da Escola Nacional de Saúde Pública do Ministério da Saúde (1967). 3.4 — Professor Assistente do Departamento de Economia da Universidade Federal Fluminense, aprovada em concurso público realizado em 1969 (1969/70). 3.5. — Professor Assistente do Departamento de Teoria Econômica da Faculdade de Economia e Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro (em exercício). 3.6 — Professor Associado do Departamento de Economia da

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. 4. **Atividades de Caráter Profissional:** 4.1 — Membro do Corpo de Pesquisadores do Instituto de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, tendo participado das seguintes pesquisas (1961/65): 4.1.1 — "Estrutura e Funções dos Grupos Econômicos". 4.1.2 — "Setores Líderes da Industrialização Brasileira". 4.2 — Membro do Conselho de Ensino e Graduação (CEG) da Universidade Federal do Rio de Janeiro como representante da Faculdade de Economia e Administração (1973/74). Autora de trabalho publicado.

REZEK, JOSÉ FRANCISCO (CPCD — Direito — 1976)

Trabalho anterior à vinda para o Distrito Federal: Assessor de Planejamento e Controle na Secretaria de Administração do Estado de Minas Gerais; Professor Assistente na Faculdade de Direito da U.F.M.G. (até julho de 1970). Formação universitária: Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (1962/1966).

Diploma de Estudos Superiores de Doutorado em Direito Público; Faculdade de Direito da U.F.M.G. (1966/1967).

Bolsista da Interamerican University Foundation para viagem aos Estados Unidos da América em julho/agosto de 1965. Diploma da Harvard University em curso de extensão: Vida e Instituições Americanas; Problemas de Desenvolvimento Econômico.

Bolsista do Governo francês em nível de pós-graduação (1967/1968; 1970). Integrante do Centro de Estudos e Pesquisas de Direito Internacional e de Relações Internacionais da Academia de Direito Internacional de Haia, havendo obtido diploma comprobatório da produção individual (agosto/setembro de 1968).

Doutor da Universidade de Paris em Direito Internacional Público, mediante defesa da tese "La Conduite des Relations Internationales dans le Droit Constitutionnel Latino-américain" em 2 de outubro de 1970, perante júri integrado pelos Professores Georges Berlia e Roger Schwartzberg, e presidido pelo Professor Georges Vedel, Deão da Faculdade de Direito da Universidade de Paris e patrono da tese.

Magistério Superior — Professor Assistente na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, mediante concurso Público em que obteve o primeiro lugar na área de Direito Internacional (fevereiro de 1970). Professor de Direito Internacional Público no 5.º ano do curso de Bacharelado, e de Relações Internacionais no 2.º ano do curso de Doutorado (1970, 1.º semestre). Membro da Congregação.

Professor Adjunto na Universidade de Brasília, vinculado à área do Direito Internacional Público (ingresso: 1971).

Chefe do Departamento de Direito da Universidade de Brasília, desde 4 de junho de 1974 a 1976. Professor do Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade de Brasília.

Membro da Comissão de Implantação e primeiro Coordenador do Curso de Pós-Graduação em Direito da Universidade de Brasília (1974/1975).

Outras atividades — Advogado Judiciário do Estado de Minas Gerais. Assessor de Planejamento e Controle do Secretário de Estado de Administração (1967/1970).

Secretário Jurídico do Ministro Olavo Bilac Pinto no Supremo Tribunal Federal (1970/1972).

Membro de Comissões Examinadoras em concursos públicos promovidos pela Universidade Federal de Minas Gerais (Auxiliar de Ensino, 1971), pelo Senado Federal (Assessor Legislativo, 1973), pelo Conselho de Justiça Federal (Juiz Federal, 1975) e pelo Tribunal de Contas da União (Auditor, 1975). Membro de Comissão Julgadora de tese de doutoramento em Direito Internacional Público, na Universidade Federal de Minas Gerais (1975).

Professor convidado pela Academia Nacional de Polícia Federal para ministrar disciplinas jurídicas em programas de duração limitada (1973, 1974, 1975).

Coordenador do Grupo de Trabalho instituído por Portaria Interministerial (Justiça-Fazenda-Planejamento) para equacionar, mediante projeto de lei, o problema da guarda e do destino dos bens apreendidos em casos de contrabando e descaminho (outubro de 1974).

Pesquisador-conferencista na Universidade de Paris, a convite do Governo francês (outubro/novembro de 1973). Conferencista na Universidade Federal de Santa Catarina (outubro de 1975).

Procurador da República de 1ª. categoria, mediante concurso público em que obteve o segundo lugar na classificação nacional (1972). Duas vezes promovido por merecimento (1973/1974).

Assessor do Procurador Geral da República desde novembro de 1972.

Membro da Comissão designada pelo Procurador Geral da República para elaborar o anteprojeto de Lei Orgânica do Ministério Público da União (1974). Delegado do Brasil à Conferência Diplomática para a Reafirmação e o Desenvolvimento do Direito Internacional Humanitário aplicável aos Conflitos Armados (Genebra, 1974, 1975).

Publicações pertinentes — *Droit des Traités: Particularités des Actes Constitutifs D'Organisations Internationales*, 100 exemplares: Academia de Direito de Haia, 1968.

La Conduite des Relations Internationales dans le Droit Constitutionnel Latino-Américain, tese de doutoramento, duas edições de 50 exemplares cada, subvencionada a primeira pela Universidade de Paris: Dactylo-Sorbonne, Paris, 1970.

Comunicações de Massa na Constituição Brasileira, in *Notícia do Direito Brasileiro* n.º 2; Universidade de Brasília, 1972.

As Relações Internacionais na Constituição da Primeira República, in *Arquivos do Ministério da Justiça* n.º 126; Imprensa Nacional, Brasília, 1973.

O Princípio da Nacionalidade e a Aplicação da Lei Penal Brasileira, in *Boletim do Departamento de Polícia Federal*; Brasília, maio de 1973.

Perspectiva do Tratado Institucional, in *Notícia do Direito Brasileiro* n.º 3; Universidade de Brasília, 1975.

A Questão da Nacionalidade após a Lei n.º 6.092/74, in *Notícia do Direito Brasileiro* n.º 4; Universidade de Brasília, 1976.

Pareceres diversos, transcritos na *Revista Trimestral de Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal* (1973/1975).

No prelo: *Perspectiva do Regime Jurídico da Extradicação*, estudo monográfico, 38 p., Gráfica do Senado Federal.

Em preparo: *Da Nacionalidade no Direito Brasileiro Contemporâneo*, livro encomendado pela Editora Forense para julho de 1976.

RIBEIRO; MARIA JOSÉ BRAGA (C.P.C.D. — Língua Espanhola — 1976)

Curso Superior: Curso de Letras Neolatinas, Faculdade de Filosofia da PUC, Guanabara. 1949/1952.

Outros Cursos: Curso de Teatro para Professores de Ensino Secundário, Guanabara. 1959.

Curso de Especialista em Recursos Audio-visuais, São Paulo. 1962.

Curso de Professores de Francês pelo método audio-visual — CREDIF — 1968.

No Exterior — França: Estágio no Centre International d'Études Pédagogiques Sevres. Paris. 1956.

Estágio no "Institut de Phonétique de Paris" — Paris, 1956.

Espanha — Curso de Doutorado em Literatura Espanhola: Comentário estilístico de textos espanhóis; (Pelo Professor Carlos Bousoño).

Literatura Hispanoamericana; (Pelo Prof. Moráles Olivier)

Estudos sobre D. Quijote; (Pelo Professor Giménez Caballero).

Cultura de la Hispanidad; (Pelo Prof. M. Fernandez). Madrid, 1954/1955.

Curso Superior de Filologia Hispánica, Salamanca. 1956.

IV Curso Hispano Brasileiro de Filologia. Instituto de Cultura Hispánica. Madrid. 1967.

Professora de Espanhol — Colégio Pedro II. Guanabara. 1957/1959.

Colégio da Imaculada Conceição. Guanabara. 1953/1954.

Colégio Santa Rosa de Lima. Guanabara. 1953/1959.

Colégio Sacré Coeur de Marie. Guanabara. 1958.

Centro de Ensino Médio. Brasília. 1960/1964.

Colégio Santa Teresa de Jesus. Rio. 1964.

Universidade de Brasília.

Professora de Português — Centro de Ensino Médio. Brasília. 1962/1970.

Colégio "Sacré Coeur de Marie". Brasília. 1965/1966.

Colégio D. Bosco. Brasília. 1964.

Teatro — Centro de Educação Média — 1960/61/62.

RIOS, Hilton Carlos da Silva

(CPCD — Direito Internacional Privado — 1969 a 1976)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco. Ex-Assistente Jurídico do Estado de Pernambuco. Curso de Doutorado na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco. Curso de Preparação a Pesquisas Sócio-Jurídicas da Divisão de Ciência do Direito do Instituto de Ciências do Homem da Universidade Federal de Pernambuco. Antigo Professor Assistente de Direito Internacional Privado da Faculdade de Direito de Caruaru (Pernambuco). Antigo Professor Titular de Direito Internacional Público da Faculdade de Direito da Universidade Católica de Pernambuco. Professor Associado de Direito Internacional Privado e de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Membro da Sociedade Brasileira de Direito Internacional.

SAMPAIO, Flávio Penteadó

(CPCD — Problemas Econômicos Contemporâneos — 1975/1976)

Títulos Profissionais: Professor — Instituto de Educação “Álvaro Guião” São Paulo. **Bacharel** em Ciências Sociais, U.S.P. **Técnico de Administração** — Ministério do Trabalho e Previdência Social. **Estudos de Pós-Graduação e Extensão Universitária:** — Universidade de São Paulo em “Economia Brasileira e Sociologia Industrial”. — Escola de Sociologia e Política em “Administração” — University of Chicago em “Industrial Education”. — Instituto de Altos Estudos Nacionais e Internacionais — OENG — Nações Unidas: “Relações Políticas e Econômicas Internacionais”. — INDIPO/FGV — “Relações Jurídicas e Econômicas Internacionais”. **Experiência Profissional:** Professor da Escola Industrial “Paulino Botelho” em São Carlos, SP: Geografia Econômica (1939/40). Professor do Instituto de Educação “Álvaro Guião” em São Carlos, SP: Filosofia da Educação (1941/44). Diretor da Escola Técnica Getúlio Vargas, SP (1947/50). Secretário-Executivo da Comissão de Mão-de-Obra do Estado de São Paulo. Introdutor, no Brasil, do Método de Treinamento de Supervisores T.W.I. (1951/52). Consultor da Conferência Interamericana de Educação Profissional, promovida por OEA-OIT — Universidade de Maryland e Ponto IV — USA (1952). Diretor do Ensino Industrial do Ministério da Educação e Cultura — Brasil (1953/54). Superintendente da Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial — CBAI (1953/54). Primeiro Diretor e Professor da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas (1955/64). Diretor de Campo do Programa Interamericano de Ciências Administrativas — Projeto 105 da OEA (São Paulo) — Santiago (Chile) e Caracas (Venezuela) (1964/67). Consultor da USAID e da “Creole Foundation” sobre Ensino de

Administração de Empresas na Venezuela, para criação do “Instituto de Estudos Superiores de la Empresa” (1963 — 1 mês). Consultor da Fundação Ford e M.E.C. para adaptação do “Engineering Technician” ao Ensino Técnico Industrial no Brasil (1964 — 2 meses). Assessor da Comissão Consultiva de Assuntos Empresariais da ALALC, Montevidéu, sobre desenvolvimento de executivos para o sistema empresarial latino-americano (1966 — 1 mês). Consultor da PROJETEC sobre Organização Administrativa para reorganização da Secretaria do Trabalho, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo (1967). Patrocinador da pesquisa e cinco publicações sobre “Administração da Pequena e Média Empresa”, EAESP/OEA/FGV (1966/67). Diretor Nacional FGV do CICOM — Centro Interamericano de Capacitação em Comercialização Nacional e Internacional — OEA/GOB/FGV (1968 até o presente). Professor do CICOM — Empresas Multinacionais e Comércio Exterior da América Latina (1968/74). Professor do IDORT-GB — “Trading Companies” (1972/74). Professor na Escola Brasileira de Administração Pública — FGV — “Comércio Internacional” (1974). **Outras Atividades:** Membro da Comissão Consultiva Nacional de Administração (1953/55). Membro do Conselho Nacional do SENAI (1953/55). Membro do Conselho da Escola Técnica Industrial de SP (1962/63). Membro do Conselho de Administração da Escola de Administração de Empresas de SP (1966 até o presente). Diretor do IDORT-SP (1953/67). Professor de Recursos Humanos do Instituto de Altos Estudos Nacionais e Internacionais da OENG — Nações Unidas, SP (1968). Presidente do IDORT-GB (1972/73). Consultor da Marinha Brasileira em Organização Administrativa (1972/74). **Títulos e Diplomas Honoríficos:** Membro do “Phi Delta Kappa Fraternity”, Univ. of Chicago (1974). Diretor Honorário — “Escuela Superior de Administración de Empresas y Mercadotecnia” — Lima, Peru (1962). Honra ao Mérito — Escola de Administração de Empresas FGV-SP (1966). “Honorary Professor of Business Administration” — Michigan State University, USA (1963). Membro da “International Academy of Management”, CIOS — Genève (1965 — permanente) — “Board of Directors” (1972/75). Diploma e medalha “Nilo Peçanha” — Contribuição ao Ensino Industrial no Brasil — Ministério da Educação e Cultura, Decreto Federal (1969). Membro eleito da Academia Brasileira de Ciências Administrativas (1973 — permanente). **Pesquisa:** “A Profissionalização do Administrador Paulista” — Fundação de Amparo à Pesquisa, SP (1963/64). Administrador de Pesquisa sobre Comercialização de Exportação de Frutos Tropicais e Sucos — MF/FGV/OCDE (1972/74). Administrador dos Programas de Pesquisa do CICOM (1974). Vice-Presidente da Câmara de Pesquisas do CONCEP-FGV (1974). **Imprensa:** Criador da Revista de Administração de Empresas — EAESP/FGV. Colaborador da Revista “Mundo Econômico” — SP. Colaborador da “Revista Econômica” do Jornal do Brasil — RJ. Colaborador da Revista IDORT.

SELON, André

(CPCD — Francês — 1961 a 1976)

Licence-és-Lettres — Sorbonne. Licence en Droit — Sorbonne. Tradutor Juramentado e Intérprete Comercial (1.º colocado no Concurso — 1958). Dirigiu o Serviço de Tradução nos seguintes Congressos: Conferência dos Ministros de Economia e Finanças (1954, Rio); Congresso Internacional da União Interparlamentar; Congresso Internacional das Organizações Superiores de Controle de Finanças Públicas (1959, Rio); Congresso Internacional do Pen Club (1960, Rio). Participou, como Tradutor, da II Conferência Extraordinária Americana (Rio, 1965); das Quartas Reuniões Anuais do Conselho Econômico e Social Interamericano (Buenos Aires, 1966); da Teceira Conferência Interamericana Extraordinária (Buenos Aires, 1967); da Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores — OEA (Punta del Este, 1967); da Conferência do CIES (Buenos Aires, 1967); da OEA (Viña del mar, 1967); da I Assembléia-Geral da OEA (Washington, 1970); da Conferência sobre Cultura e Educação — OEA (Lima, 1971); da Assembléia-Geral da OEA (São José da Costa Rica, 1971); da Assembléia-Geral da OEA (Washington, 1972); das Conferências da Reformulação do Sistema Interamericana (Lima, junho e novembro de 1973); da Conferência dos Chanceleres — OEA (Quito, novembro de 1974). Dirigiu o Setor Francês de Tradução das seguintes Reuniões Internacionais: Direito Internacional Privado (Panamá, janeiro de 1975); Ministros das Relações Exteriores dos Países Não-Alinhados (Lima, agosto de 1975); Ministros do Trabalho (Guatemala, novembro de 1975); Conferência Portuária Interamericana (México, dezembro de 1975). Professor do Centro Preparatório de Funcionários Internacionais. Adaptação e Narração, em francês, dos filmes. "Brasil Ano 150", "A Transamazônica", "Nossa Senhora da Glória do Outeiro" e "Blue Marx". Ministrou o Curso "Aspectos Sociais da Comunidade Industrial" da Federação das Indústrias de Salvador (Bahia, 1966). Nomeado Conselheiro-Delegado para o Brasil do "Instituto de Ciências del Hombre" de Buenos Aires. Recebeu o Título de Cidadão do Estado da Guanabara em agosto de 1973.

VALLADÃO, Haroldo Teixeira

(CPCD — Direito Internacional Privado — 1959 a 1976)

(Estágio de Formação correspondente à 4.ª Fase do Concurso de Provas — Direito Internacional Privado — 1968)

(CPCD — Coordenador de Direito — 1967 a 1970)

Professor Catedrático de Direito Internacional Privado da Universidade do Brasil (Emérito) e da Universidade Católica do Rio de Janeiro (Titular); antigo: Diretor da Faculdade Católica e Vice-Diretor da Faculdade Nacional de

Direito e Decano do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Membro efetivo desde 1924, e Presidente (1944 a 1946) do Instituto dos Advogados Brasileiros. Antigo Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (1950/1952). Membro, antigo 1.º Vice-Presidente do "Institut de Droit International" e Presidente da Sessão de Nice (1967) do mesmo Instituto. Antigo Ministro do Tribunal Superior Eleitoral (1955/1959). Consultor Jurídico do Ministério das Relações Exteriores (1961 a 1971). Procurador-Geral da República (1967). Doutor "honoris causa" da Universidade d'Aix, Marseille (1956). Acadêmico da Pontifícia Academia Romana de Santo Tomás de Aquino e de Religião Católica, Seção Jurídico-Econômica. Membro da Corte Permanente de Arbitragem da Haia. Membro da Comissão Nacional de Codificação do Direito Internacional. Presidente da Comissão Permanente de Inquérito e Conciliação Chileno—Sueca. Membro da Academia Internacional de Direito Comparado da Haia. Presidente do Comitê Nacional (Brasil) de Direito Comparado. Membro eleito do Conselho Diretor (Comitê Internacional de Direito Comparado) da Associação Internacional das Ciências Jurídicas da UNESCO (1960/1963 e 1972/1975). Consultor-Geral da República (1947/1950). Embaixador-Chefe da Delegação do Brasil à V Reunião do Conselho Interamericano de Jurisconsultos (1965). Presidente da Seção Brasileira da "International Law Association". Presidente da Sociedade Brasileira de Direito Internacional. Sócio efetivo e orador oficial do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Professor da Academia Interamericana de Direito Internacional e Comparado, encarregado de cursos em Havana (1945/1959). Professor, em 1952, em 1962 e em 1971, na "Académie de Droit International de La Haye". Presidente da Academia Interamericana de Direito Internacional e Comparado. Membro Correspondente da Academia de Ciências Políticas e Sociais da Venezuela. Membro Honorário da Associação Argentina de Direito Comparado. Membro Titular do Instituto Hispano-Luso-Americano de Direito Internacional. Encarregado de Cursos nas Faculdades de Direito de Paris e Rennes (1936) e de Paris, Bordeaux e Toulouse (1949) e, a seguir, conferencista nas principais Universidades, Faculdades e Associações Jurídicas do Brasil, das Américas e da Europa. Embaixador-Chefe da Delegação do Brasil às Conferências de Peritos Governamentais para o Direito Humanitário Internacional, da Cruz Vermelha, Genebra (1971 e 1972). Delegado do Brasil à 12.ª Sessão da Conferência de Direito Internacional Privado da Haia (1972). Chefe da Delegação do Brasil à reunião da Cruz Vermelha Brasileira de Teeran (outubro de 1973). Embaixador-Chefe da Delegação do Brasil à Conferência Especializada Interamericana de Direito Internacional Privado, Panamá (14/30 janeiro de 1975). Autor de numerosos livros e trabalhos monográficos sobre Direito Internacional Privado, Direito Internacional Público, Direito Processual e Direito em geral.

RELAÇÃO DOS EX-PROFESSORES DO INSTITUTO RIO-BRANCO

ACCIOLY, Embaixador Hildebrando Pompeu Pinto
(CPCD — Direito Internacional Público — 1974 a 1950, 1952/1953, 1956 a 1958).

AGUIAR, Ministro Sérgio Portella de
CAD — CP — Promoção Comercial — 1968/1969).

ALBUQUERQUE, Manoel Maurício
(CPCD — História Diplomática do Brasil — 1960 a 1964)
(CPCD — História das Américas — 1965/1966).

ALEXANDRE, Peter
(CPCD — Inglês — 1958).

ALMEIDA, Secretário Márcio Fortes de
(CPCD — Português — 1966 a 1974)
(CPCD — Orientação Profissional — 1967 a 1970)
(Estágio de Formação Correspondente à 4.^a Fase do Concurso de Provas —
Orientação Profissional — 1968)

ALMEIDA, Embaixador Miguel Álvaro Ozório de
(CPCD — Economia Política — 1953/1954, 1961)
(C.E. — Análise Estatística — Análise Macroeconômica — Pesquisa Ope-
racional e Teoria dos Jogos — Coordenador — 1969).

ALMEIDA, Renato Costa
(CPCD — Português — 1962).

ALVES, Ministro Dário Moreira de Castro
(CAD — CP — Comunicações — 1968)
(CAD — CP — Organização e Administração de Chancelarias — 1969 a 1972).

ALVIM, Clara de Andrade
(CPCD — Português — 1966).

ANDRADE, Dyla Sílvia Navarro de
(CE — Prática de Arquivo — 1974/1948).

ARANTES, Tarcísio Barbosa
(CPCD — Relações Econômicas Internacionais — 1964, 1965).

ARAÚJO, Secretário João Hermes Pereira de
(CPCD — Prática Diplomática — 1963).

ARAÚJO, Secretário Roberto Luiz Assumpção de
(CPCD — História do Brasil — 1946).

AUGER, Jacques
(CPCD — Francês — 1969 a 1972).

AUSTEN, Mary Veronica
(CE — Inglês — 1964).

AVILA, Padre Fernando Bastos de
(CAD — Estudos Brasileiros — 1957/1958).

BACKEUSER, Everardo
(CEX — Geografia Política do Brasil e da América Latina — 1945).

BAER, Werner
(CPCD — Economia II — 1966).

BALTHASAR, João da Silva
(CE — Taquigrafia — 1967).

BANDEIRA, Pedro Paulo Rocha
(CPCD — Direito Internacional Privado — 1967/1968).

BARAT, Josef
(CPCD — Economia I — 1966).

BARROS, Júlio d'Assunção
(CE — Direito Administrativo e Contabilidade Pública — 1967).

BATALHA, Secretário Ivan Velloso da Silveira
(CPCD — Teorias de Política Internacional — 1969)
(CPCD — Problemas Internacionais Contemporâneos — 1969).

BATISTA, Secretário Paulo Nogueira
(CPCD — Direito Internacional Público — 1959).

BAUMGARTEN JÚNIOR, Alfredo Luiz
(CPCD — Economia — 1968/1969, 1971 a 1975)

- BAUSS, Rudolph William
(CPCD — Inglês — 1973).
- BECKER, BERTHA KOIFFMANN
(CPCD — Geografia — 1966 a 1975)
(Estágio de Formação correspondente à 4.^a Fase do Concurso de Provas — Geografia Política — 1968)
- BECKER, Gretchen
(CE — Alemão — 1971 a 1974)
- BECKER, Martha Ellen
(CE — Alemão — 1952/1953).
- BENSON, Daniel Harold
(CPCD — Francês — 1973 a 1975)
- BENTES, João Ferreira
(CPCD — Economia — 1970).
- BERARDINELLI, Cleonice Serôa da Motta
(CPCD — Português — 1961 a 1963).
- BIER, Secretário Amaury
(CPCD — Economia II — 1966)
(CPCD — Política Internacional — 1966).
- BIRCHALL, Stephen
(CE — Inglês — 1966).
- BORJA, Célio de Oliveira
(CPCD — Direito Constitucional e Administrativo — 1961 a 1963).
- BRAGA, Ministro Pedro de Souza Ferreira Gonçalves
(CPCD — Direito Internacional Público — 1949/1950, 1959).
- BRITO, Aldemar Hora Dantas de
(CPCD — Política Internacional — 1954).
- BRITO, Dante de
(CPCD — Inglês — 1951).
- BROWN, Gilbert Clark
(CPCD — Inglês 1971/1972).
- BRYTYGIER, Guy
(CPCD — Francês — 1962).
- BUESCU, Mircea
(CPCD — Economia II — 1967/1968)
- (Estágio de Formação correspondente à 4.^a Fase do Concurso de Provas — Economia — 1968).
(CPCD — Departamento de Economia — Coordenador dos Seminários e Conferências — 1969).
- BURGOS, Frederico Luiz de
(CE — Estenografia — 1948, 1951/1952).
- BURKITT, Sara
(CPCD — Inglês — 1968/1969).
- BURNIER, Maria Cândida Penido
(CPCD — Francês — 1971).
(CE — Francês — 1964 a 1967).
- CABAL, Embaixador Hélio de Burgos
(CPCD — Direito Internacional Público — 1964).
- CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso
(CPCD — Português — 1958 a 1960).
- CAMPOS, Pedro de Souza
(CPCD — Geografia — 1962).
- CAMPOS, Ministro Roberto de Oliveira
(CAD — Sociologia Política — 1950).
- CARBONAR, Secretário Orlando Soares
(CPCD — Política Internacional — 1967/1968)
(Estágio de Formação correspondente à 4.^a Fase do Concurso de Provas — Política Internacional II — 1968).
- CARNAÚBA, Ministro Frederico Carlos
(CPCD — Organização e Métodos de Trabalho do MRE — 1973).
- CARNEIRO, Ministro Octavio Augusto Dias
(CPCD — Política Econômica — 1952 — Economia Política — 1952/53)
(CAD — Tratados e Política Econômica do Brasil — 1951/1952).
- CARNEIRO JÚNIOR, David Antônio da Silva
(CPCD — Economia I — 1967).
- CARVALHO, Carlos Delgado de
(CPCD — História Diplomática do Brasil — 1955/1966).
(CPCD — História Diplomática Mundial — 1956).
- CASTRO, Antônio Barros de
(CPCD — Economia I — 1964, 1966)
(CPCD — Economia II — 1965).

CASTRO, Ministro Raymundo Nonato Loyola de
(CAD — CP — Prática Consular — 1970 a 1972).

CAVAGNARI, Maria Eugênia Corrêa Lima
(CPCD — Administração Pública e Direito Administrativo — 1969).

CHACEL, Julian Magalhães
(CPCD — Política Econômica — 1960).

CHAMOUN, Ebert Vianna
(CPCD — Direito Civil — 1959 a 1969).

COLE, Desmond
(CPCD — Inglês — 1958 a 1960).

COLLOR, Secretário Lindolfo Leopoldo
(Curso Especial correspondente à 3.ª Fase do Concurso de Provas —
Política Internacional — 1963).

CONNEL, Graham
(CPCD — Inglês — 1962).

CONRADO, Secretário Raul
(CAD — Espanhol — 1946).

CORRÊA, Roberto Alvim
(CPCD — Francês — 1947/1948, 1950).

CORRÊA JÚNIOR, Ministro Manuel Pio
(CPCD — Orientação Profissional — 1951/1952 — Política Internacional
— 1959).
(CAD — Prática Diplomática — 1951).

CORREIA, Marlene de Castro
(CPCD — Português — 1963 a 1965).

CORTES, Secretário Marcos Henrique Camillo
(CAD — CP — Organização e Administração de Chancelaria — 1968).

CORTESÃO, Jaime
(CAD — História da Formação Territorial do Brasil — 1946 a 1950).
(CEX — História da Cartografia e Geografia das Fronteiras do Brasil —
1945).

COSTA, Edilberto
(CPCD — Economia Política — Política Econômica — 1957)
(CAD — Tratados e Políticas Econômicas do Brasil — 1957).

COSTA, Secretário João Frank da
(CPCD — Política Internacional — 1961/1962).

COUCHOUD, Jean Paul
(CPCD — Francês — 1963).

COX, Melvyn Dennis
(CPCD — Inglês — 1962).

CURY, Américo
(CPCD — Economia Política — 1948 a 1950).

DAROS, Eduardo José
(CPCD — Economia I — 1965).

DOURADO, Mecenas
(CPCD — História Diplomática do Brasil — 1954)
(CPCD — História Diplomática Mundial — 1954/1955).

DRUMOND, José Eduardo Pizarro
(CPCD — Direito Civil — 1958).

DUARTE, Alúcio Capdeville
(CPCD — Geografia — 1961).

DUARTE, Secretário Sérgio de Queiroz
(CAD — CP — Comunicações — 1969).

DURAN, Túlio Hostilio Federico Arvelo
(CPCD — Economia — 1970).

ELIA, Hamilton
(CPCD — Português — 1951, 1958/1959).

EMMERICH, Charlotte
(CE — Alemão — 1966).

FALCON, Francisco José Calazans
(CPCD — História Diplomática Mundial — 1959).

FARIA, Ministro Milton
(CAD — Prática Consular — 1950, 1957 a 1959).

FARO JÚNIOR, Embaixador Luiz Pereira Ferreira de
(CPCD — Direito Internacional Público — 1960).

FERNANDES, Cônsul-Geral Mário de Deus
(CAD — Prática Consular — 1948, 1951).

FERRAZ, Sérgio
(CPCD — Direito Civil — 1955).

FINN, Patrick James David Gardner
(CPCD — Inglês — 1962).

FIORAVANTE, Moacyr Antônio
(CPCD — Economia — 1968, 1971 a 1974).

FLYN, John Gerard
(CPCD — Inglês — 1963).

FONSECA, Roberto Piragibe
(CPCD — Direito Internacional Público — 1952).

FORRER, Robert L. C.
(CPCD — Inglês — 1959/1960).

FOX, William Thorton Rickert
(CPCD — Política Internacional — 1966).

FOZ, Alberto dos Santos
(CPCD — Economia Política — 1951).

FRANCO, Alexandre
(CE — Alemão — 1964).

FRANCO FILHO, Secretário Álvaro da Costa
(CPCD — Problemas internacionais Contemporâneos — 1969).

FRAZÃO, Secretário Sérgio Armando
(CPCD — Direito Internacional Público — 1951)

FREY, Alexander
(CPCD — Inglês — 1962).

GABAGLIA, Fernando Antônio Raja
(CEX — Geografia Cultural do Brasil e da América Latina — 1945).

GALVÃO, Ivan
(CAD — Italiano — 1946).

GALVÃO, Jesus Bello
(CPCD — Português — 1952 a 1957, 1960).

GIBBON, Virgílio Horácio Samuel
(CPCD — Economia — 1975)

GOMES, Ministro Jaime de Barros
(CPCD — História Social e Política do Brasil — 1952/1953).

GOMES, Henrique de Carvalho
(CPCD — Relações Econômicas Internacionais — 1966)
(CPCD — Economia II — 1967).

GONÇALVES, Embaixador Roberto Mendes
(CPCD — Português — 1963).

GRIECO, Secretário Donatelo
(CPCD — Português — 1951).

GRIFFIN, William James
(CPCD — Inglês — 1947).

GUERREIRO, Embaixador Ramiro Elysio Saraiva
(CPCD — Direito Internacional Público — 1962).
(Curso Especial correspondente à 3.ª Fase do Concurso de Provas — Direito Internacional Público — 1963)
(CPCD — Relações Internacionais — 1969).
(CPCD — Departamento de Política — Coordenador — 1969).

GUILLOU, Yvonne
(CPCD — Francês 1958/1959).

GUIMARÃES, Fábio de Macedo Soares
(CPCD — Geografia — 1952 a 1954, 1957 a 1960).
(Curso Especial correspondente à 3.ª Fase do Concurso de Provas — Geografia — 1963).

GUIMARÃES, José Nunes
(CPCD — Política Econômica — 1954).

HENFREY, Norman
(CPCD — Inglês — 1961).

HERMES JÚNIOR, Ministro João Severiano da Fonseca
(CAD — Prática Diplomática — 1948, 1950).

HOLLANDA, Guy de
(CPCD — História das Relações Exteriores do Brasil — 1967/1968).
(Estágio de Formação correspondente à 4.ª Fase do Concurso de Provas — História das Relações Exteriores do Brasil — 1968).

HOLLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque de
(CPCD — Português — 1952, 1957).

JACQUES, Paulino Ignacio
(CPCD — Direito Constitucional e Administração — 1966 a 1968).

JACQUIER, Louise
(CPCD — Francês — 1946 a 1960).

JENNINGS, Ralph Edward
(CPCD — Inglês — 1970).

KARIDAKIS, Savas
(CE — Francês — 1963/1964).

KELLER, Elza Coelho de Souza
(CPCD — Geografia — 1957).

KING, Bernard Noel
(CPCD — Inglês — 1969).

KNOX, John
(CPCD — Inglês — 1946 a 1957).
(CE — Inglês — 1952/1953).
CEX — Inglês — 1953).

KRANC, Piotr Pawel
(CPCD — Inglês — 1963 a 1965).

KURY, Adriano da Gama
(CPCD — Português — 1961).

LACERDA, José Cândido Sampaio de
(CPCD — Direito Civil e Comercial — 1955 a 1959).

LACOMBE, José Cândido Sampaio de
(CPCD — História Diplomática do Brasil — 1949, 1957/1958).
(CPCD — História das Relações Exteriores do Brasil — Coordenador —
1967 a 1970).

LAGE, Alfredo Martins
(CE — Inglês — 1948).

LAGO, Ministro Antônio Corrêa do
(CPCD — Orientação Profissional — 1954).

LAMY FILHO, Alfredo
(CPCD — Direito Comercial — 1960 a 1962).

LANNA, Hélio José da Costa
(CPCD — Economia I — 1967).

LANTELME, Paulo
(CPCD — Português — 1957).

LATOUR, Embaixador Jorge
(CAD — Prática Diplomática — 1956/1957).

LEAL, Hamilton
(CPCD — Direito Constitucional e Administrativo — 1946 a 1959).

LÉCUYER, Jacques
(CPCD — Francês — 1961/1962).

LEITE FILHO, João Baptista Barreto
(CPCD — Política Internacional — 1955 a 1961).

LELLIS, Raul Moreira
(CPCD — Português — 1956).

LEME, Og Francisco
(CPCD — Economia I — 1967).

LEMOS, Augusto Jefferson de Oliveira
(CPCD — Economia I — 1967).

LIED, Helmut
(CE — Alemão — 1964).

LIMA, Alceu Amoroso
(CPCD — Economia Política — 1947).
(CAD — Sociologia Política — 1948).

LIMA, Carlos Henrique da Rocha
(CPCD — Português — 1947 a 1950, 1953 a 1957).

LIMA, Ministro Paulo Tarso Flecha de
(CAD — CP — Promoção Comercial — 1971/1972).

LIMA SOBRINHO, Antônio Estevam de
(CPCD — Pensamento Político Contemporâneo (Cibernética) — 1971 a
1975).

LINHARES, Bruno Mattos
(CPCD — Economia I — 1965).
(CPCD — Economia II — 1965).
(CPCD — Relações Econômicas Internacionais — 1965).

LINHARES, Maria Yedda Leite
(CPCD — História Diplomática Mundial — 1957).

LOBO, Ministro Hélio
(CAD — História Diplomática do Brasil — Prática Diplomática — 1946).

LODGE, Ian Dennis
(CPCD — Inglês — 1967).

LOPES, Helga de Godoy
(CE — Alemão — 1972/1973).

LOPES, Secretário José Ferreira
(CAD — CP — Promoção Comercial — 1970).

LOPES, Desembargador Miguel Maria de Serpa
(CPCD — Direito Civil — 1960).

MADEIRA, Marcos Almir
(CAD — Estudos Brasileiros — 1952).

MAGALHÃES, João Paulo de Almeida
(CPCD — Política Econômica — 1958).
(CAD — Tratados e Política Econômica do Brasil — 1958).

MANGABEIRA, Francisco
(CPCD — Direito Internacional Público — 1953).
(CAD — Estudos Brasileiros — 1956).

MANTOVANELLI NETO, Obertal
(CE — Análise Macroeconômica — 1969/1970).

MARINHO, Armando de Oliveira
(CPCD — Direito Constitucional e Instituições Políticas — 1974/1975).

MARINHO, Secretário Ilmar Penna
(CPCD — Direito Internacional Privado — 1946).

MARTINS, Marco Antônio Campos
(CPCD — Relações Econômicas Internacionais — 1969).
(CPCD — Desenvolvimento Econômico — 1969).

MELLO, José de Campos
(CPCD — Economia Política — 1949).

MELLO, Embaixador Rubens Ferreira de
(CAD — Prática Diplomática — 1958).

MELLO FRANCO, Afonso Arinos de
(CPCD — História do Brasil — 1946).

MENDONÇA, Mário Alexandre Campos
(CPCD — Direito Civil — 1969).

MÉRIGOUX, Pierre
(CPCD — Francês — 1967).

MESQUITA, Embaixador André Teixeira de
(CPCD — CP — Prática Diplomática I — 1970 a 1972).

MIRANDA, José Luiz Silveira
(CPCD — Relações Econômicas Internacionais — 1966).

MONTEIRO, Clóvis do Rêgo
(CPCD — Português — 1947 a 1949).

MONTEIRO, Secretário Márcio Rêgo
(CPCD — Economia I — 1963).
(Curso Especial correspondente à 3.ª Fase do Concurso de Provas — Economia — 1963 — Política Internacional — 1963).

MOREIRA, Laura de Barros
(CEX — Praxes Sociais e Diplomáticas — 1951).

MOREIRA, 1.º Secretário Marcílio Marques
(CPCD — Relações Econômicas Internacionais — 1965).
(CPCD — Economia II — 1966).
(C.P.C.D. — Política Internacional — 1966 a 1968).
(Estágio de Formação correspondente à 4.ª Fase do Concurso de Provas — Política Internacional I — 1968).
(CPCD — Pensamento Político Contemporâneo — 1969 a 1975).

MORTARA, Marcella
(CAD — Italiano — 1948, 1950).

MOTA, Secretário Benedito Rocque da
(CPCD — Prática Diplomática — 1955).

MOTTA, Petrônio
(CPCD — Português — 1946).

MOURA, Secretário Heitor Pinto de
(CPCD — Português — 1962/1963).

MURPHY, Alan James
(CPCD — Inglês — 1970).

NABUCO, Gustavo Schmidt
(CE — Leitura Dinâmica — 1968).

NASCENTES, Antenor
(CPCD — Português — 1946).

NASCIMENTO E SILVA, Embaixador Geraldo Eulálio do
(CPCD — Direito Internacional Público — 1946 a 1948, 1956 a 1958, 1961).
(CPCD — Política Internacional — 1970 a 1975 — 1.º semestre).

NEVES, Ministro Adolpho de Camargo
(CEX — Prática Consular — 1945).

NOGUEIRA, Júlio
(CE — Português — 1947/1948).

NORONHA, Secretário Sérgio Seabra de
(CAD — CP — Comunicações — 1970).

NOVELLI, Flávio Bauer
(CPCD — Direito Constitucional e Administrativo — 1964/1965).

NUNES, Amaro Ventura
(CE — Português — 1967).

ONIGA, Teodoro
(CE — Análise Estatística — 1969/1970).
(CE — Pesquisa Operacional e Teoria de Jogos — 1969/1970).

OUCHKOFF, Oleg
(CE — Russo — 1964 a 1966).

PACHÁ, Sérgio de Carvalho
(CE — Português — 1964).

PAIVA NETTO, Jacintho Francisco
(CPCD — Administração Pública e Direito Administrativo — 1969).

PARAÍSO, Hamilton Prisco
(CPCD — Direito Constitucional e Administrativo — 1960).

PAULA, Tacariju Tomé de
(CPCD — Geografia — 1962).

PAYNE, Kenneth James
(CPCD — Inglês — 1961, 1964 a 1968, 1971 a 1975).

PEARSON, Christopher
(CPCD — Inglês — 1961/1962).

PEDROSA, Mário
(CPCD — Política Internacional — 1955).

PEREIRA, Antonio Celso Alves
(CPCD — Política Internacional — 1975).

PEREZ, David José
(CAD — Espanhol — 1948, 1950).

PIMENTEL, Maria de Lourdes
(CE — Criptografia — 1947).

PINHEIRO, Conselheiro João Baptista
(CPCD — Economia Política — 1953 — Política Econômica — 1952 a 1954).
(CEX — Conceitos Básicos de Economia Política e Renda Nacional — 1952).

PINHO, José Wanderley de Araújo
(CPCD — História Diplomática do Brasil — 1957).

PINTO, Luiz Fernando da Silva
(CPCD — Economia I — 1967).

POLZIN, Cônsul-Geral Alfredo
(CAD — Prática Consular — 1954 a 1957).

PÔRTO, Conselheiro Luiz de Almeida Nogueira
(CPCD — Direito Internacional Público — 1953).
(CAD — Prática Diplomática — 1954).

PÓVOAS, Sílvia Ribeiro
(CE — Datilografia — 1948).

PRADO, Eugênia Damasceno Vieira
(CPCD — História Diplomática Mundial — 1958).

QUEIROZ, Secretário José Maria Vilar de
(CPCD — Português — 1964).

RAILLARD, Georges Léopold
(CPCD — Francês — 1960).

RENAULT, Adrien
(CPCD — Francês — 1963 a 1969).

REZENDE, Omar Vieira de
(CE — Prática de Correspondência e Comunicação — 1974).

RIBEIRO, Darcy Rodrigues Lopes
(CPCD — Direito Interaniconal Privado — 1958).

RIBEIRO, Secretário Jorge Carlos
(CAD — CP — Comunicações — 1971/1972).

RIBEIRO, Pedro Freire
(CPCD — Política Mundial Contemporânea — 1947 a 1953).

RIOS, José Arthur
(CAD — Estudos Brasileiros — 1951).

RODRIGUES, Embaixador Jaime Azevedo
(CPCD — Direito Internacional Público — 1961).
(CPCD — Política Internacional — 1961).
(CPCD — Orientação Profissional — 1953).
(CAD — Prática Diplomática — 1960).

RODRIGUES, José Antônio Gonçalves Amaral de Figueiredo
(CPCD — Economia I — 1967).

RODRIGUES, José Honório
(CPCD — História do Brasil — 1946 a 1949, 1956).

RODRIGUEZ, Ministro Carlos Calero
(CPCD — Direito Internacional Público — 1954/1955, 1963/1964).

ROUANET, Secretário Sérgio Paulo
(CPCD — Política Internacional — 1967).

SÁ, Hernane Tavares de
(CAD — Estudos Brasileiros — 1951).

SÁ, Jayme Magrassi de
(CPCD — Economia Política — 1955 a 1957 — Política Econômica — 1954 a 1957)
(CAD — Tratados e Política Econômica do Brasil — 1954 a 1957).

SANTOS, Ezio Távora dos
(CPCD — Relações Econômicas Internacionais — 1964/1965).

SANTOS, Theophilo de Azeredo
(CPCD — Direito Comercial — 1963 a 1975).

SANTOS JÚNIOR, Carlos
(CPCD — Economia II — 1963).

SCARABÓTOLO, Ministro Hélio Antônio
(CPCD — Prática Diplomática — 1963 a 1966).

SCHLIEPER, Ernesto Oto Carlos
(CE — Alemão — 1972/1973).

SETTE, Secretário Luiz Paulo Lindenberg
(CPCD — Economia Política — 1961).

SILVA, Secretário Alberto Vasconcellos da Costa e
(CAD — CP — Prática Diplomática II — 1968 a 1972).

SILVA, Secretário Bernardino Raimundo da
(CPCD — Organização e Métodos de Trabalho do MRE — 1971).

SILVA, Fernando Antônio Rezende da
(CPCD — Desenvolvimento Econômico — 1969).

SILVA, Hélio Schlitter
(CPCD — Relações Econômicas Internacionais — 1958 a 1964).

SILVA, Jacyr Heronville da
(CPCD — Relações Econômicas Internacionais — 1969).

SILVA, Embaixador Joaquim Eulálio do Nascimento e
(CAD — História Diplomática do Brasil — 1948).

SILVA, José Luiz Werneck da
(CPCD — História Diplomática do Brasil — 1965/1966).

SILVA, Paulo César Machado da
(CPCD — Inglês — 1948/1949).

SILVA, Conselheiro Rinaldo de Carvalho e
(CAD — CP — Prática Consular — 1968/1969).

SILVA, Roberto Barbosa da
(CPCD — Português — 1953).

SILVA, Ministro Ruy Barbosa de Miranda e
(CPCD — Prática Consular — 1963 a 1966).

SIMONSEN, Mário Henrique
(CPCD — Economia Política — 1961).
(CPCD — Política Econômica — 1962).
(CPCD — Departamento de Economia — Coordenador — 1967 a 1969).

SOARES, Secretário João Clemente Baena
(CPCD — Português — 1964/1965).

SOARES, Pedro Paulo Martins
(CPCD — Economia I — 1967).

SOUSA, Senador José Ferreira de
(CPCD — Direito Civil e Comercial — 1951).

SOUZA, Alberto Mello e
(CE — Análise Macroeconômica — 1969/1970).
(CE — Análise Estatística — 1969/1970).

STERNBERG, Hilgard O'Reilly
(CPCD — Geografia — 1946 a 1958).

TAPAJÓS, Vicente Costa Santos
(CPCD — História das Relações Exteriores do Brasil — 1969 a 1973).

TEIXEIRA FILHO, Henrique Carneiro Leão
(CPCD — História do Brasil — 1959).

TENÓRIO, Desembargador Oscar Accioly
(CPCD — Direito Internacional Privado — 1946 a 1958).

THIELEN, Maila Karen
(CE — Alemão — 1966).

TRIGUEIRO, Embaixador Oswaldo
(CPCD — Política Internacional — 1960).

- TURTUR, Hermann
(CE — Alemão — 1963/1964).
- VALENTINO SOBRINHO, Secretário Raphael
(CPCD — Direito Internacional Público — 1968).
(Estágio de Formação correspondente à 4.^a Fase do Concurso de Provas —
Direito Internacional Público — 1968)
(CPCD — Direito Constitucional — 1969 a 1973).
(CPCD — Relações Internacionais — 1969).
(CPCD — Problemas Econômicos Contemporâneos — 1969 a 1974).
(CPCD — Política Internacional — 1974).
- VARZEA, Afonso
(CEX — Geografia Econômica do Brasil e da América Latina — 1945).
- VASCONCELLOS, Cônsul Dora Alencar de
(CAD — Prática Consular — 1952).
- VASCONCELLOS, Marina de Barros e
(CPCD — Francês — 1951 a 1954).
(CE — Francês — 1948).
- VENANCIO FILHO, Alberto
(CPCD — Pensamento Político Contemporâneo — 1971 a 1975).
- VIANA, Hélio
(CAD — História Diplomática — 1950).
- VIEIRA, José Maria Gouveia
(CPCD — Economia I — 1963).
(Curso Especial correspondente à 3.^a Fase do Concurso de Provas —
Economia — 1963).
- WEINSCHENCK, Conselheiro Guilherme
(CAD — CP — Prática Diplomática I — 1968/1969).
- WEISS, Arthur Bernardes
(CPCD — Geografia — 1963 a 1964).
- WHITFIELD, Margaret Ann
(CPCD — Inglês — 1970).
- WOOD, F. G.
(CPCD — Inglês — 1961 a 1963).